



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS
vida, educação, política

Marta Maria de Araújo

Dept. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

São Paulo

1995



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS -
vida, educação, política

Tese de Doutorado apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Educação, por *Marta Maria de Araújo*.

Orientadora: Marli E. D. Afonso de André

São Paulo

1995



AGRADECIMENTOS

Há alguns testemunhos que consideramos relevantes aqui destacar por terem contribuídos para a elaboração deste trabalho de tese de doutorado. Os agradecimentos se centram, justamente, em torno deles. O primeiro é a nossa incursão na leitura e reflexão da concepção historiográfica da nova história cultural de Roger Chartier. Neste sentido, manifestamos um primeiro agradecimento às professoras Marta Maria Chagas de Carvalho e Clarice Nunes, pois favoreceram os primeiros contatos com essa literatura, ajudando-nos a melhor compreender o estudo da trajetória perseguida.

O segundo testemunho refere-se ao privilégio de termos participado da Base de Pesquisa Educação e Sociedade, coordenada pelo Professor José Willington Germano, de quem partiu a sugestão do tema aqui tratado, compondo o mesmo uma das linhas de pesquisa da referida Base de Pesquisa (formada por professores e alunos de iniciação científica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Tivemos, aí, a oportunidade de vivenciar situações de enriquecimento intelectual por meio dos estudos, pesquisas e seminários realizados, do exercício da orientação científica e das considerações à crítica teórico-metodológica das linhas de pesquisa abordadas.

O terceiro testemunho é quanto ao percurso de formação doutoral ter sido orientado pela Professora Marli E. D. Afonso de André. Isto significou ter contado em todos os momentos, mais do que com uma orientadora: uma amiga solidária e companheira de viagem acadêmica.

Destacaremos ainda a nossa gratidão e admiração a cinco pessoas especiais: ao amigo e conterrâneo Olavo de Medeiros Filho, pela colaboração

grandiosa na ajuda dos desvendamentos dos antepassados de José Augusto no Seridó; às amigas e colegas da Universidade, Dione Violeta, Nivaldete Ferreira e Marlúcia Paiva de Oliveira, pela leitura crítica dos manuscritos e a apresentação de sugestões valiosas; e ao amigo e ex-professor de ginásio, Laércio Segundo de Oliveira, pela sua cuidadosa leitura e revisão redacional do trabalho, com incentivos caros e gratificantes.

Externamos aqui um agradecimento à bolsista de iniciação científica Francisca Wilma Cavalcante, pela competência e dedicação no empenho do levantamento das fontes de pesquisa desse estudo e a vontade de aprender; e a Terezinha Anibas da Cunha, pelas sugestões de normalização técnica das referências bibliográficas.

Teríamos, certamente, a quem mais agradecer. O receio de uma omissão involuntária impede a citação de outros nomes. Não poderíamos, no entanto, omitir, destes registros, os colegas da pós-graduação em educação da USP, pela proveitosa convivência acadêmica e os colegas do Departamento de Educação, pela riqueza da convivência e o testemunho nas lutas educacionais.

RESUMO

O objetivo central desta tese é o de constituir a trajetória político-intelectual de José Augusto Bezerra de Medeiros, uma das vanguardas do movimento de renovação educacional no Brasil. Para compreender sua identidade com a educação e com a política, procuramos apreender suas raízes históricas e culturais. O foco sobre a educação do educador trouxe o entendimento da constituição existencial de suas representações liberais e abriu a possibilidade de uma leitura de seu enveredamento pelas campanhas de alfabetização e movimentos de renovação educacional, a partir dos anos 10 até o início da década subsequente. O estudo da reforma da instrução pública no Rio Grande do Norte, realizada durante seu governo (1924-1927), permite flagrar as alterações no campo educativo e no "em torno". O estudo recompõe ainda o percurso político de José Augusto na década de 30, seu ostracismo no início da ditadura Vargas e a retomada da luta política no período de 1945 a 1960. A construção da trajetória de José Augusto indica a escolha por uma perspectiva metodológica, capaz de elucidar nas suas representações a identidade com um projeto liberal de educação, de homem e de sociedade.

SUMÁRIO

1 - A TRAJETÓRIA A SER PERSEGUIDA	1
2 - A EDUCAÇÃO DO EDUCADOR	27
2.1 - As origens e as representações	29
2.2 - No rastro das antigas representações	49
2.3 - O destino a ser perseguido	58
3 - O EDUCADOR MILITANTE	82
3.1 - A primazia dada à escolarização primária e integral e à Educação Nova	88
4 - AS PAUTAS MODERNIZADORAS DO GOVERNO JOSÉ AUGUSTO	120
4.1 - O reordenamento do público e do privado no espaço urbano da cidade	130
4.2 - As imagens da vida nas imagens da escola	138
5 - DA TRAJETÓRIA À CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE	168
BIBLIOGRAFIA	189

1 - A TRAJETÓRIA A SER PERSEGUIDA

A história das chamadas famílias tradicionais de Caicó (RN),¹ sempre foi lembrada por suas próprias gerações, que costumavam especular em torno da cultura e da educação de que eram portadoras, seus interesses políticos e intelectuais, o poder político e oligárquico, as formas de trabalho, suas relações com as lutas libertárias e republicanas entre outras representações. Nos dias presentes, a lembrança histórica dessas famílias é muito pouco registrada através da tradição oral - diferentemente do passado - que a repetia de geração à geração, sempre com o mesmo orgulho. Para preservar essa memória histórico-cultural, começam a se tornar realidade livros e trabalhos acadêmicos.

Com vistas à preservação dessa memória, fomos estimulados pelo colega de Universidade, Prof. Dr. José Willington Germano, a estudar a trajetória político-intelectual de José Augusto Bezerra de Medeiros, nome esse ligado tanto às famílias tradicionais de Caicó e da zona Seridó em geral, no interior sertanejo do Rio Grande do Norte, quanto ao movimento de renovação educacional que teve início nos anos dez deste século, no bojo das campanhas de alfabetização. Vi-me, assim, seduzida a fazer um trabalho de Doutorado onde, de alguma forma, algumas lembranças de minha infância, principalmente aquelas relacionadas com as práticas culturais de tais famílias tradicionais, poderiam ser mais ou menos desmistificadas nesse percurso, cujo objeto de estudo (leia-se sujeito) é o caicoense José Augusto.

Portanto, a par dessa decisão acadêmica, começamos a pesquisa dos materiais históricos necessários à construção teórica da tese, tratando-se não somente de uma aventura emocional e intelectual, mas, acima de tudo, de uma aventura duramente angustiosa e árdua. Por se tratar de uma investigação que tem como tempo e época o século XIX e as primeiras décadas do atual, onde tudo se torna difícil de acesso, de leitura e de achado, haja vista as condições deploráveis desses materiais históricos, geralmente sob a guarda de instituições-memórias da sociedade e sem uma política de preservação e de conservação desse patrimônio, como assim age a Fundação José Augusto em Natal.

O primeiro e desencantado contato com as revistas, cartas, fotografias, discursos, entre outros documentos empoeirados, como parte de uma memória histórica mal cuidada, logo nos fez ver-lhe a dispersão, apesar do testemunho vivo e os rastros da trajetória de vida de José Augusto (1884-1971) a ser perseguida.

José Augusto pertenceu à chamada geração de homens nascida com a República, portadora de sólida cultura intelectual e erudita, voltada para a construção de uma identidade nacional pátria. Era ele visto pelos seus contemporâneos como um idealista, havendo a trajetória de vida corporificado a história de suas convicções liberais. Esses também registraram que as suas grandes paixões foram a educação, a democracia e o parlamentarismo. Ademais, também foi telúrico, por eleger o Rio Grande do Norte acima de tudo, e, por extensão, a região Nordeste na qual se situa. Ambos estavam sempre presentes na sua agenda política, e deles se tornou um estudioso incansável, de suas possibilidades educacionais, econômicas e sociais.

[Adepto da Escola Nova, José Augusto foi um dos integrantes e entusiastas do movimento pela renovação da educação,] ao lado de A. Carneiro Leão, Victor Viana, Mario Pinto Serva, Afrânio Peixoto, e, mais tarde, Heitor Lira, Sampaio Dória, Lourenço Filho, Venâncio Filho, Edgard Sússekind, entre outros. Tal movimento foi ao que nos parece, pelo seus objetivos, um dos principais móveis para a perspectiva de fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), assim como, pelo incentivo desta, das reformas estaduais de ensino que, no Rio Grande do Norte, tiveram repercussões pela forma empreendida durante o governo do próprio José Augusto (1924 a 1927).

Em torno do tema da escolarização e da renovação da educação, esses educadores procuraram, desde o início da campanha de alfabetização nos anos 10, sensibilizar a opinião pública tanto da situação de atraso geral do país, quanto da ausência de um projeto nacional de educação. Em vista disso, estabeleceram uma rede de relações e de práticas sociais, priorizando os segmentos com poder de opinião e preocupados com a mudança social. Sob essa perspectiva, priorizaram a publicação de artigos na imprensa brasileira, a publicação de livros e revistas, a fundação de associações estaduais de educação e ligas de ensino, a promoção de cursos, entre outros. Nesse sentido, a partir de 1927, deu-se início às Conferências e Congressos Nacionais, atingindo o ápice em 32, com o célebre Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propunha a reconstrução educacional do País e era dirigido ao povo e ao governo. Tal manifesto culminou, por sua vez, com amplo desenvolvimento do escolanovismo no Brasil.

Sob essa forma de aparecer socialmente, os escolanovistas se antepuseram como uma vanguarda intelectual na mobilização pela renovação da educação, tendo como pressuposto fundamental a organização da sociedade e da

escola, segundo os moldes da fábrica no seu modo de organização industrial e disciplinar.² Sob esse prisma, foram pioneiros. É evidente que não foram a única vanguarda modernizante, mas se constituíram, como assinala Carlos Monarcha, em uma das "*expressões fundamentais dos rearranjos do liberalismo*", nesse período republicano.³

Por sua vez, o nosso olhar de historiadora da educação irá se deter, de forma mais atenta, na trajetória política e intelectual de uma dessas vanguardas - José Augusto - que, dada sua condição de educador militante, construiu uma identidade própria nos movimentos de vanguarda de sua época, atuando em muitas frentes. No seu Estado, exerceu atividades nos três Poderes. Fora dele, participou ativamente de inúmeras instituições da sociedade civil no Brasil e no exterior, socializando práticas de representações e práxis social. Vivenciou o exercício do poder, assim como o ostracismo político durante um certo período da ditadura Vargas, nos anos trinta.

A leitura dessa trajetória de vida, na qual estão implícitos tempo e espaço social, terá, como pressuposto básico, o alcance de um objeto a conhecer: a possibilidade de compreender como se constituiu uma identidade existencial que se associou com outras vanguardas nas campanhas e movimentos no campo educativo. E, por conseguinte, como utilizou o tempo em que esteve como governador do Rio Grande do Norte, e o espaço do campo educativo e o em "*torno*" para converter suas reflexões teóricas, ou não, em realizações vivas. Nesse sentido, o nosso olhar percorrerá os aspectos qualitativos e quantitativos da reforma da instrução pública realizada durante seu governo.

O diálogo com José Augusto nos leva ao diálogo com seus comentaristas e biógrafos. Sobre o assunto, as referências a ele⁴ são basicamente

centradas na trajetória de vinte e cinco anos de vida parlamentar no Congresso Nacional, incluindo livros, artigos, discursos e biografias, escritos na sua maioria por seus contemporâneos do referido Congresso, em comemoração ao seu primeiro mandato parlamentar, em janeiro de 1955, e por motivo de sua morte em 1971. Na emoção das homenagens, a pessoa de José Augusto é descrita como defensor de idéias e doutrinas, que tinham como perspectiva a mudança social da educação e, em vista disso, procurou se integrar à sua época, na perspectiva de reformas nas instituições do Estado. Era visto, enfim, pelos seus contemporâneos como o paradigma do homem público de bem; o democrata, o líder, o paladino da educação, o idílico, o honrado, o generoso, o conservador, o talentoso, além de outras adjetivações, que muito pouco revelam sobre a prática real do sujeito pesquisado.

No ano de 1983/84, sob o patrocínio da Fundação José Augusto, o escritor Nilo Pereira publicou *José Augusto B. de Medeiros: um democrata, em dois volumes*.⁵ No primeiro, dentro da intenção de um gênero biográfico, o autor, na ausência de consulta a fontes, resumiu seu relato ao nível de fatos episódicos e testemunhais. Nesse sentido, compreensivelmente, o autor exagera o uso de eufemismos; relatos biográficos, e enquanto gênero biográfico, o livro, como o próprio autor reconheceu, é "falho" em alguns números de aspectos.⁶ No segundo volume, tratou de reunir o anedotário, depoimentos e artigos do próprio biografado. Ali, os depoimentos ficam por conta dos políticos e intelectuais de vanguarda de sua época, a exemplo de Carlos Drummond de Andrade, Mennotti del Pichia, Carlos Lacerda, General A. de Lira Tavares, Mário P. de Brito, entre outros. Tais depoimentos seguem o estilo das representações anteriores: o paladino da democracia e da educação, o autêntico, o idealista, o pensador político.

Ao procedermos à revisão da literatura produzida no âmbito da historiografia da educação brasileira, encontramos o nome de José Augusto associado aos movimentos educacionais como a criação da Liga de Ensino no Rio Grande do Norte em 1911, bem como um dos signatários, ao lado do seu principal inspirado, Henrique Castriciano, na fundação da Escola Doméstica de Natal, em setembro de 1914, com base nos modelos das Escolas Novas suíças para mulheres (face às suas características, foi a pioneira do ensino doméstico na América Latina e no Brasil);⁷ a Campanha de Alfabetização (1915 a 1923), a criação da ABE (1924), a reforma da instrução pública no Rio Grande do Norte com base no idéario escolanovista (1924/27); a publicação e a direção da Revista Educação (1922 a 1924), o mesmo tendo acontecido com a Revista Brasileira de Educação (1929); a militância na ABE onde exerceu a Presidência em (1943, 1957, 1960 e 1961); a criação conjunta com Vicente Licínio e outros da Federação Nacional das Sociedades de Educação (julho de 1929), tendo sido o seu primeiro e único Presidente. Sua pessoa está de modo indelével associada a sua atuação na defesa de um projeto nacional de educação, no Parlamento Nacional, como autêntico porta-voz das entidades educativas, quando se manteve, a partir de 1915 e durante oito anos seguidos, como membro e Presidente da Comissão de Instrução Pública na Câmara Federal, no Rio de Janeiro.

No conjunto da produção da historiografia da educação brasileira, que estuda as formulações teóricas escolanovistas e as práticas no campo da educação nos primeiros anos da República, destaca-se a tese de livre-docência de Jorge Nagle, elaborada em 1966 e publicada em 1976, sob o título: *Educação e a Sociedade na Primeira República*, referente ao período de 1889 a 1929. Trata o autor de construir de maneira sumária, com o respaldo de fontes documentais, um retrato da sociedade brasileira em seus aspectos político, econômico e social, e

dos movimentos político-sociais e das correntes de idéias. Com base nessa visão de conjunto, Nagle aceita a idéia de que a sociedade brasileira daquela época se define como um período de "*passagem do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial*", ou seja, como um tempo de constituição mais firme do desenvolvimento do modo capitalista de produção, sob a influência do liberalismo.⁸

Diante desse quadro de mudanças, a consequência mais imediata, segundo Nagle, foi o surgimento da preocupação com a difusão da educação, levada a público através das campanhas de alfabetização, por parte dos movimentos e correntes de idéias existentes, sobretudo formado por políticos, intelectuais e educadores. Tal preocupação tinha como pressuposto tanto a natureza política e valorativa do assunto, quanto o chamado "*entusiasmo pela educação*" desses segmentos, estimulados pela crença de que o progresso no domínio da escolarização levaria, conseqüentemente, ao progresso em geral. Mas, com a criação da A.B.E, os debates políticos sobre a escolarização, que tinham como cenário o Congresso Nacional, passam a ser objeto de discussão em outras instituições. Para esse Autor, a criação da A.B.E. também coincide com o aparecimento de uma nova categoria de profissionais em ascensão, ou seja, o técnico e o especialista em educação, que através dela recebem estímulos, sob a influência norte-americana.⁹

Por sua vez, a perspectiva política da educação começa a ser olhada sob o ponto de vista técnico, por parte dessa nova categoria de profissionais, que passa a reivindicar a exclusividade na forma de conceber e discutir os assuntos educacionais. Essa postura irá instituir, de conformidade com Nagle, a tecnicidade da educação, concebida, doravante, como acima das discussões de caráter político. Nessa nova perspectiva, o campo educativo começa a ser teorizado sob a ótica dos assuntos de natureza pedagógica e psicológica, em oposição aos

assuntos de natureza política, antes predominantes, chegando a fazer parte de uma documentação especial no Congresso Nacional. Como decorrência da mudança de abordagem, as produções especializadas começam a ganhar a aceitação dos mercados editoriais privados e circulam para uma camada mais ampla de leitores.¹⁰

José Augusto é visualizado por Nagle como um dos homens públicos que, no Parlamento, nos anos dez, mais exprimiu com fidelidade os anseios dos seus pares na luta pela campanha da alfabetização e renovação da educação nacional.¹¹ Os livros "*Pela Educação Nacional*" (1918) e "*Eduquemo-nos*" (1922) são uma amostra de suas investidas pela problemática educacional da época, organizados a partir de uma compilação de discursos (então denominados orações), emendas e projetos-de-lei, anteriores ao advento das publicações específicas, próprios de especialistas em educação.

Para além da República Velha, inscreve-se o trabalho de Mestrado de Vanilda Paiva, publicado em 1973, cujo título, *Educação Popular e Educação de Adultos*, indica sua intenção de explicar a "*história da educação dos estratos populares no Brasil*" em vista das motivações e "*conseqüências políticas dos programas educativos*".¹² A Autora, a partir das categorias interpretativas de Nagle - *entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico* -, associa-se a ele na tese da tecnicidade do campo educativo dada à conjugação de fatores externos e internos do sistema, e dos movimentos educativos.¹³

Paiva refere-se ao "*entusiasmo pela educação*" como um momento externo ao sistema educacional, por ser constituído praticamente de políticos, a categoria mais motivada não somente em promover a luta em prol das campanhas de alfabetização, com vista à "*expansão quantitativa das oportunidades*

educacionais", para as camadas populares, como de teorizar sobre o assunto, no entanto, "*abstraindo*" das discussões "*os problemas relativos à qualidade do ensino ministrado*". Seu aparecimento coincide, segundo a Autora, "*com a firmeza conseguida pelo industrialismo nos anos dez*", na perspectiva de "*ampliação das bases eleitorais*", e do aumento das oportunidades educacionais através da expansão dos sistemas de ensino de iniciativa oficial ou privada. O clima desse "*entusiasmo*" teve como fundamento a defesa do "nacionalismo" e a percepção da "*educação como o principal problema nacional*" e que, uma vez resolvido, conduziria à realização dos demais.¹⁴

Logo depois, com o advento dos profissionais da educação, a preocupação com a educação seria revista sob a perspectiva da qualidade e eficiência dos sistemas de ensino em lugar de sua expansão quantitativa. Esse foi o momento, considerado por Paiva, do chamado "*otimismo pedagógico*", vislumbrado em "*face do movimento reformador dos sistemas de ensino*". Seus representantes mais significativos são Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira; embora, para a Autora, nem todos os educadores profissionais possam ser visualizados como representantes dessa nova postura, pois alguns mantiveram-se "*realistas*", ou seja, "*não perderam de vista a perspectiva interna e externa do sistema*".¹⁵ Enquanto isso, os técnicos representantes do "*otimismo*" permaneceram com o campo pedagógico de trabalho fechado à intervenção de políticos e diletantes. A perda da perspectiva externa que acompanhou a postura dos técnicos e especialistas em educação a partir dos anos vinte, assim como as reformas estaduais efetuadas nessa época conduziram, segundo Paiva, "*à tecnificação*" do campo pedagógico.¹⁶

Para Paiva, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, por exemplo, podem ser apontados como os primeiros "*realistas*" envolvidos com o movimento

de renovação escolar face aos princípios da Escola Nova e de suas consequências políticas; no entanto, considera Anísio Teixeira a figura mais representativa dessa postura, haja vista os seus compromissos com os "ideais democrático-liberais", mantendo-se sempre atento aos problemas colocados pela "relação entre educação e democracia".¹⁷

Paiva destaca José Augusto como um dos políticos daquela época que esteve sempre associado aos primeiros profissionais da educação em suas lutas e campanhas de alfabetização, mantendo-se sempre interessado nos problemas educacionais e buscando conhecer-lhe os aspectos técnicos.¹⁸ No entanto, permaneceu na defesa da "difusão quantitativa do ensino", por afirmar e concordar com Wenceslau Brás, que 'a escola é um dos fatores preponderantes para uma boa situação econômica'.¹⁹

A matriz teórica formulada por Nagle também foi apropriada por Dermeval Saviani em seu livro *Escola e Democracia* (1988), onde, em vários textos, reafirma a tendência do caráter técnico-pedagógico da Escola Nova. O objeto de análise de Saviani não deixa de ser a Escola Nova, síntese do movimento renovador, contra a inadequação da Escola Tradicional. Com ela, proclama-se a forma dominante de conceber a educação e colocá-la à altura de sua época. Enquanto o Ensino Tradicional foi estruturado através do método expositivo, o escolanovismo considerava o ensino como sendo um processo de pesquisa que privilegiava a "obtenção do conhecimento", ao invés da "transmissão dos conhecimentos já obtidos".²⁰ Seus fundamentos são tributários da concepção "humanista" da "moderna filosofia da educação", cuja inspiração principal situa-se na "corrente do pragmatismo".²¹

Para Saviani, com a ascensão do escolanovismo, a preocupação política em relação à "escola *reflui*". A verdade é que, com a ênfase na qualidade do ensino, o eixo das preocupações deslocou-se do âmbito político, ou seja, de uma preocupação em articular a "escola como um instrumento de participação democrática", para o "técnico-pedagógico", relativo ao interior da escola. Daí a expressão de Nagle, "otimismo pedagógico" para esse fenômeno.²²

Concebida pela burguesia, sob o movimento da história do avanço do capital, a Escola Nova constituiu-se a partir dos interesses dessa classe e tornou-se hegemônica. Assim, como o escolanovismo pressupunha "escolas bem equipadas e agradáveis, com métodos de ensino capaz de estimular o interesse e a iniciativa dos alunos", foi inevitável o surgimento de pressões, por parte de professores, pela sua generalização. E não foi, portanto, por acaso, segundo Saviani, que surgiram "propostas de renovação pedagógica articuladas com os interesses populares", na ocasião em que apareceram críticas à Escola Nova, que pretendia incorporar suas contribuições ao esforço de "formulação duma pedagogia popular", exatamente nesse momento "novos mecanismos de recomposição de hegemonia" começam a ser acionados, pelo procedimento da reordenação do processo educativo, de maneira a torná-lo objetivo e operacional, através da implantação de novas tecnologias de ensino, sob o domínio da concepção tecnicista.²³

Para além das concepções burguesas de educação, Saviani preconiza a idéia de uma "pedagogia revolucionária" centrada na busca de igualdade real e não formal entre os homens. Para isso, a "transmissão de conhecimentos vivos e atualizados" deve ser uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola, em particular.²⁴

A verdade é que os estudos de Nagle, Paiva e Saviani marcaram época com suas reflexões sobre a relação entre educação e sociedade, contribuindo com análises para a produção historiográfica na área da educação brasileira. O olhar sobre os objetos educacionais se torna crítico e contextualizado. No entanto, o trabalho de Nagle - por ser o mais antigo e compreender um período de quarenta anos, ainda não estudado na forma a que o autor se propôs - ganhou ampla aceitação, principalmente nos cursos de Pós-Graduação em Educação, que tiveram início no final dos anos sessenta, tornando-se assim hegemônico.

Com efeito, as monografias, dissertações e teses e outras formas de produções historiográficas da educação brasileira, cujo objeto em exame situava-se na etapa republicana da Primeira República à chamada Era Vargas, e dentro desta, o movimento escolanovista e a realização da Escola Nova, trazem, na sua maioria, as marcas da reprodução das categorias de análise de Nagle, sem muitas vezes ultrapassá-las criticamente. Em vista disso, tais trabalhos acadêmicos reproduziram esquemas teóricos e interpretativos onde se fazem presentes formas dualistas e estereotipadas de análise. Possivelmente, essa forma de pensar e de elaborar o conhecimento deve-se, em parte, à própria formação acadêmica recebida nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Educação, ou mesmo em outros campos do conhecimento vinculados às ciências sociais.

Nesse particular, destacam-se alguns estudos: por exemplo, o de Jamil Cury, que, em sua dissertação de Mestrado, *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais (1978)*, refere-se às campanhas de alfabetização de uma maneira geral, preocupação constante nos meios educacionais, tomada por uma "consciência acrítica" haja vista, a crença de que a superação do analfabetismo "significava a abertura do país no nível dos países desenvolvidos", ampliação dos "currais eleitorais", além de que a "presença de novas forças sociais despontando"

acarretaria um intenso "entusiasmo pela educação",²⁵ assim como as novas formas de divisão de trabalho, provocadas em parte pela diminuição dos laços imperialistas durante a Primeira Grande Guerra, "obrigaram a classe dominante a acenar a difusão da educação como meio de ascensão e mobilidade para as classes populares".²⁶

À respeito, são muito esclarecedores os relatos presentes na tese de doutorado da Marta M. C. de Cavalho, intitulada *Molde Nacional e Forma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação - 1924-1931* (1986), e o próprio estudo de Nagle. Articulada no âmbito de um projeto de construção da "nacionalidade," a campanha de alfabetização, levada a efeito por educadores e da qual José Augusto foi um dos propagandistas, voltava-se, acima de tudo, para a difusão da chamada "educação integral," circunscrita na perspectiva da "pedagogia moderna ou nova," com vistas à efetivação de um projeto de sociedade industrial e operar mecanismos de controle social,²⁷ como veremos mais adiante.

Raquel Gandini, num artigo denominado *Anísio Teixeira: Limites da Pedagogia Liberal* (1986), mostra que a influência do pensamento liberal em Anísio Teixeira tem como fundamento tanto a sua formação "humanista e bacharelesca", quanto o "liberalismo" pragmático de Dewey, certamente fundamentais para subsidiar suas propostas de "modernização da educação", assim como sua defesa da Escola Nova.²⁸ Para Gandini, a análise da sociedade brasileira, feita por Anísio com "óculos americanos", levou-o a identificá-la como sendo necessária à construção de uma "sociedade democrática" e à "adaptação" dessa sociedade "à era da ciência e da técnica", e, nesse sentido, a "educação" mostrava-se fundamental, através da "escola única", como parte da "Escola Nova". A autora remete o "otimismo pela educação" aos anos do "Iluminismo", e, quanto a Anísio

Teixeira, o "otimismo" se dá através da *"influência de Dewey"*, fazendo-o *"pensar a escola como a solução para as injustiças sociais"*. A "escola única," enquanto parte da Escola Nova, pensada por Anísio, visava à *"adaptação do indivíduo à sociedade capitalista urbano-industrial"*, entendida como sendo uma *"civilização baseada na ciência e na técnica."* Ao pensar essa proposta, segundo Gandini, esbarrava ele com suas idéias nos limites de uma sociedade ainda de *"base rural"* e, mais uma vez, *"contornava semanticamente o problema"*.²⁹

Exatamente em vista de algumas análises produzidas nos trabalhos acadêmicos, sem uma suficiente crítica documental, começa a existir na década de oitenta, por parte de alguns historiadores da educação, uma preocupação e uma insatisfação com o estilo das explicações dominantes na historiografia da educação brasileira, dadas suas formas generalistas, estereotipadas e com rotulações impertinentes ou, mesmo, armadas de representações que diferem da prática real e existencial dos sujeitos sociais.³⁰ Em vista disso, procuram rever essas formas de representações e sugerem retificações nas interpretações decorrentes da historiografia educacional, principalmente naquelas relativas à educação dos anos vinte e trinta, elaboradas, na sua maioria, a partir de fontes secundárias, com vistas a um redimensionamento.

Essas preocupações coincidem, em parte, com o momento inicial da crise dos paradigmas das ciências sociais e das matrizes teóricas globalizantes que dominaram as mentes e as utopias dos estudiosos da problemática social. E, nesse contexto de perplexidades e de reflexões, os historiadores da educação começam a polemizar com as representações anteriores, produzidas no âmbito da história da educação e, nesse diálogo, os "velhos objetos" de investigação começam a ser pensados, olhados e sentidos em face de uma nova travessia de pesquisa, em que se prioriza as fontes como matérias documentais de construção

histórica. Nesse novo estilo, o espaço de criação do objeto será menos um campo delimitado com precisão e mais a tessitura de uma estratégia de desvio que permita a problematização dos múltiplos ângulos dos quais o objeto é portador.³¹ Nesse sentido, destacam-se as produções correntes de Marta Carvalho e Clarice Nunes, entre outros. Esse debate teve origem na discussão da forma e conteúdo da disciplina História da Educação alcançando outros questionamentos e problematizações, como veremos a seguir.

Em setembro de 1982, a Revista Educação e Sociedade publicou um artigo de Evaldo Vieira - *Por Uma História da Educação que Esteja Presente no Trabalho Educativo* - objeto de discussão do Autor na II Conferência Brasileira de Educação, em junho daquele ano. Naquele artigo, Vieira tenta chamar a atenção para a visão "*historicizante*" ou "*historicista*" presente na disciplina História da Educação, em nível de ensino superior, adotada desde sua criação nos anos 40, como contribuição para as formulações idealistas, em suas formas "*determinista*" e "*mecanicista*", do fenômeno educacional. Em vista disso, propõe ampliar o campo da "*historicidade na História da Educação*" mostrando os "*processos contraditórios, os projetos educacionais da classe dominante, suas concretizações ou não, seus avanços e retrocessos*".³² Acredita ser imprescindível evitar "dogmatismos", bem como considera importante a crítica à mera descrição do objeto empírico e à "*simples colcha de retalhos metodológica*", utilizados pelos historiadores sem qualquer coerência. Para tanto, deve-se utilizar as "*determinações históricas de tempo e de espaço*", buscando a "*gênese de determinada condição humana*".³³

Nessa linha de preocupações, Miriam Jorge Warde, em setembro de 1984, apresenta em um Seminário sobre Historiografia e Educação, promovido pelo INEP, uma comunicação sob o título de *Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira*, publicada no "Em Aberto" entre setembro/outubro do mesmo

ano. Nessas notas, Warde apresenta um balanço da produção dos estudos em História da Educação Brasileira, de 1970 a 1984, de alguns programas de pós-graduação na área de Educação e uma avaliação crítica das tendências na historiografia da educação brasileira. A Autora enfoca nessa produção características bastantes peculiares, entre elas, "*peso da influência do orientador sobre o orientando*", e as "*condições precárias e pouco criativas da produção intelectual*", cujas obras geralmente se apoiam, sem muita crítica, nas matrizes teóricas e metodológicas hegemônicas ou em voga no momento da elaboração do trabalho acadêmico.³⁴ Dentre as tendências mais significativas, destaca-se o exame do pensamento de intelectuais de envergadura com sua atuação no campo da educação. O exame de tal pensamento geralmente é feito sem nenhuma ou pouca referência entre o pensamento em estudo e as condições em que foi criado. Praticamente o que se constata, conforme Warde, é a existência da relação de determinado pensamento com um modelo pedagógico abstrato ou com base em matrizes européias e norte-americanas.³⁵

Marta Carvalho, em seu artigo *Notas para Reavaliação do Movimento Educacional Brasileiro (1920-1930)*, publicado pela Revista Cadernos de Pesquisa, em agosto de 1988, procura expor alguns resultados da pesquisa de sua tese de doutorado, sobre a A.B.E. e seu projeto pedagógico dos anos de 1920 e 1930, com a preocupação de rever as "*interpretações correntes sobre o movimento renovador*".³⁶ Em tais notas, salienta que, no âmbito dos estudos daqueles anos, a "*interpretação e a crítica articuladas*" nos referidos estudos têm aparecido como "*operação sobreposta a um objeto*" constituído "*previamente sem suficiente crítica documental*" e, em face disso, seus resultados não deixam de ser uma "*imagem petrificada do movimento, que acaba por suscitar esforços interpretativos e*

explicativos que prejudicam a inteligibilidade histórica dos projetos político-pedagógicos das classes dominantes no Brasil republicano".³⁷

Em sua tese de doutorado, Carvalho retoma, com base principalmente nos estudos de Cury (1978) e Paiva (1983), vinculações que os Autores fazem entre as preocupações políticas educacionais e ampliação do número de votantes.³⁸ De forma mais condensada, no artigo anteriormente citado, mostra, ao referir-se à criação da A.B.E. que esta surgiu num momento de *"refluxo das campanhas de alfabetização"* e na propaganda então iniciada em favor da *"educação integral"*.³⁹ Seus organizadores justificavam sua fundação para por em atividade um programa de *"educação integral"* em oposição à idéia do *"fetichismo da alfabetização intensiva"*, veiculada por setores da intelectualidade envolvidas na difusão das campanhas de alfabetização, restrita à instrução. O que pode ser lida, segundo a Autora, como *"abertura de campo para o especialista em educação"* e que, na sua ótica, não significou a *"despolitização do campo educacional"*, como afirmaram Nagle (1976) e Paiva (1983), mas sua politização em novos termos. Ou seja, na crítica do *"fetichismo da alfabetização intensiva"* e na campanha em favor da *"educação integral"*, os *"argumentos mobilizados eram políticos e não pedagógicos"*. Com isso, delineava-se a perspectiva de *"redefinição dos dispositivos de dominação vigentes"*.⁴⁰

Tratava-se, de antemão, segundo Carvalho, para a intelectualidade fundadora da A.B.E., de estruturar *"mecanismos mais modernos de controle nas cidades"* eqüivalente mais ou menos ao coronelismo no campo. A presença cada vez mais intensa da fábrica, invadindo as principais cidades, produzindo ao seu redor a concentração de operários e de desempregados, fazia com que a educação aparecesse como recurso fundamental de viabilização da *"convivência inter-classes"*, no espaço urbano da cidade invadida pela fábrica e meio de

disciplinamento para adequar o ritmo da vida urbana ao ritmo da fábrica como *"exigência da subsunção da força de trabalho ao capital"*. Conseqüentemente, a *"educação integral"* se fazia necessária como recurso de controle, regramento de comportamentos e moldagem da "nacionalidade", devendo assentar-se sobre *"tríplice base: moral, higiênica e econômica"*.⁴¹

Conforme Carvalho, nesse debate, envolvendo finalidades, possibilidades de disciplinamento das práticas educativas e destinação social da educação para uma sociedade atingida pelos efeitos da fábrica, o tema da *"organização do trabalho"* teve especial relevo no interior das discussões da A.B.E., com *"conotações diversas nas diferentes situações de uso"*, sintetizando, por sua vez, as *"expectativas de modernização e controle social"*. Quando referida à escola, a expressão designava *"medidas de racionalização do trabalho escolar segundo os moldes da fábrica, constituindo-se como crivo principal da incorporação das idéias da moderna pedagogia"*; ou seja, sua *"eficiência em maximar resultados com o mínimo de dispêndio de esforço"*. Providências do uso de *"testes, organização de classes homogêneas, atendimento diferenciado a interesses e habilidades individuais"* são especialmente valorizados na expectativa de tal pedagogia.⁴² Assim como propostas de remodelação do sistema escolar pela introdução de serviços que privilegiasse a *"reorientação metodológica da escola"* como orientação educacional, até o *"aproveitamento seletivo das novidades pedagógicas em voga na Europa e Estados Unidos"*⁴³. Tais propostas compunham, conforme a Autora, o que Lourenço Filho designava de *"taylorismo educativo"*, uma das vertentes da *"Escola Nova"*⁴⁴. Nesses termos, a organização do trabalho escolar significava, portanto, estruturar o sistema escolar em *"moldes"* que *"refletissem e reproduzissem"* a estrutura hierárquica da sociedade, conseqüentemente, *"formando "elites" condutoras e 'povo' conduzido e produtivo"*.⁴⁵

Clarice Nunes em sua tese de doutorado *Anísio Teixeira: a poesia da ação* v. 1, (1991), e em artigo sobre *História da Educação Brasileira: Novas Abordagens de Velhos Objetos*, publicado pela Revista Teoria & Educação (1992), empenha-se em mostrar neste último - sob a inspiração da abordagem da história cultural da sociedade - que o espaço de criação do objeto deve ser menos um "campo delimitado com precisão" e mais uma "estratégia de desvios" que permita detectar "ângulos múltiplos" do objeto em construção.⁴⁶

Nesse sentido, o exame da trajetória da escola pública requer o estudo dos intelectuais que a forjaram. Para a Autora, a escassez de reflexões sobre a "prática e seus fundamentos no espaço da cidade" é comum na historiografia da educação. Entretanto, não faltam trabalhos de "exegese do pensamento pedagógico", e aparecem de modo "pasteurizado, expurgado das motivações efetivas do cotidiano da sua produção" e das experiências vivenciadas por eles nas Diretorias da Instrução Pública.⁴⁷

Em sua tese de doutorado, Nunes, ao revisar a produção historiográfica da educação brasileira, ressalta que a reflexão trazida por Nagle sobre a educação e a sociedade, na Primeira República, contribuiu em parte para enriquecer a visão dos educadores sobre a educação brasileira daquela época; por outro lado, criou "sérios obstáculos" à compreensão mais significativa do processo histórico, pela forma "estereotipada" e "dicotômica" de como foi elaborado. Para a Autora, há necessidade de revisão desse tipo de reflexão a partir de fontes históricas. Em decorrência da tese da tecnicidade em Nagle, "o papel da burguesia aparece estereotipado e a discussão em torno dos educadores profissionais foi fechada".⁴⁸ Enfim, considerou os "educadores profissionais como categoria já instituída no momento em que se instituíam, apagando o percurso dessa instituição".⁴⁹

O retorno a esse passado pela nova geração de historiadores da educação é, na verdade, o acerto de contas com essa forma historiográfica em educação, que formou toda uma geração de educadores dos anos setenta e oitenta. Colocadas entre parênteses as representações instituídas em relação ao sujeito do acontecer histórico, no caso, os educadores e intelectuais escolanovistas, se lançaram na gestação de um novo campo em que privilegiam as representações instituintes.⁵⁰

A apropriação desse novo campo aparece no trabalho de Carlos Monarcha, intitulado *A Reinvenção da Cidade e da Multidão - Dimensões da Modernidade Brasileira: a Escola Nova* (1989). Inspirado no procedimento benjaminiano da flânerie - passeio sem direção aparente - tece uma "crítica radical ao escolanovismo como ideário e memória". Ao fazê-lo, apanha nesse percurso, "o escolanovismo como uma empresa, voltada para a organização do mundo do trabalho, a fim de garantir a autoconservação da sociedade burguesa".⁵¹ As idéias reformadoras assumidas pela vanguarda escolanovista visavam à construção de uma nação moderna a partir do universo urbano-industrial. Para tanto, a instrução pública deveria superar os limites estreitos dos "padrões cívico-nacionalistas e tornar-se estratégia de reconstrução social e regeneração social e moral".⁵²

O desejo do conhecimento da trajetória político-intelectual de José Augusto, nas circunstâncias histórico-culturais vivenciadas, numa determinada época e lugares diferentes, leva-nos a inscrever este trabalho no procedimento das representações instituintes - perspectiva de apreender o sujeito alvo de interesse, instituindo-se na pluralidade da herança cultural recebida e transformada em experiências singulares e genéricas - como as representou no conjunto de relações que construiu e nos processos em que formulou suas obras,

construindo uma identidade existencial, própria de um educador militante liberal. A atenção ao procedimento das representações instituintes

Consideramos que a longevidade e a pluralidade das práticas sociais e políticas que marcaram a vida de José Augusto (1884-1971) possibilitam um certo relaxamento quanto à periodização do tempo a ser coberto pela investigação e deixam que o objeto, mais ou menos livre das amarras do tempo, flua mais livremente na elucidação do sujeito pesquisado, tratando, prioritariamente, de deslindar os aspectos concernentes à construção de sua identificação com a educação e a política, e de suas representações no campo educativo.

No afã do prazer de um diálogo com essa geração de educadores e intelectuais, a nossa postura metodológica será a de relativizar, como nos adverte Clarice Nunes, no seu belo texto sobre *História da Educação: espaço do desejo* (1990), a concepção que considera "a teoria como anteparo capaz de filtrar o pensamento do outro", e aproximar-nos da concepção que a considera "enquanto mediação que nos introduza na rede de significados construídos pelo sujeito que estudamos",⁵³ para fazê-lo expandir-se dentro dos ritmos próprios que impregnam suas experiências e representações.

Nesse sentido, o ato de conhecer o sujeito investigado pressupõe um diálogo do pensamento com as fontes documentais escritas e orais, assim como entre elas e delas com a reflexão teórica, através de uma relação de aproximações e de distanciamento em vista dos limites e segredos que as envolvem, seja pelo que dizem nas linhas e entrelinhas, seja pelo silêncio do que não dizem, problematizando-as, para ir além do discurso encenado, perspectiva de extrair das representações os vestígios "constituídos em representações de um objeto"⁵⁴. O nosso objetivo nesse percurso é de caminhar no sentido de uma interpretação

mais aberta na montagem da narrativa e mais flexível em relação ao referencial teórico responsável pela articulação do diálogo com os materiais empíricos, fazendo emergir as representações instituintes do sujeito-alvo do estudo.

Na concepção historiográfica da nova história cultural de Roger Chartier tem estatuto fundamental o conceito de representação. É este conceito que permite pensar representação não como idéias, '*conteúdo de pensamento*' ou do discurso, mas como prática. Tomar os discursos em seus agenciamentos, descontinuidade e especificidades, implica conceber representação como prática em que a posição dos agentes sociais são identificadas. Sob a perspectiva da nova história cultural a análise documental deve considerar que toda a representação é dimensionada por uma posição determinada, a do sujeito que produz enquanto se produz nela.⁵⁵

Para reconstituir a trajetória de um educador militante, sua prática política, seus fundamentos e suas representações, torna-se mister que o ritmo da narração no segundo capítulo tenha como ponto de partida a apreensão das raízes históricas e culturais de José Augusto, para compreendermos a opção existencial pela política e pelo campo educativo, tendo em vista que ninguém é um começo e que, por isso, Marx, em *A Ideologia Alemã* (1987), ao criticar a doutrina materialista de Feurbach sobre a alteração das circunstâncias e da educação, salienta que "*as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado*".⁵⁶ Daí a indagação: Quem educa o educador?

No terceiro capítulo, a narração deve exibir as representações culturais do sujeito da investigação no campo da educação, incluindo aí a sua participação na campanha de alfabetização e no movimento de renovação da educação. É a partir dessas práticas de representações que vamos empreender,

no quarto capítulo, o estudo da reforma da instrução pública no Rio Grande do Norte, durante o tempo de seu governo (1924-1927), e, nesse percurso histórico, tentar flagrar as alterações ocorridas no espaço educativo e em "tomo".

No quinto capítulo, a historicidade do objeto eleito prossegue com as revelações das práticas de representações de José Augusto na educação e na política no período que vai dos anos de 1930 aos de 1960; ainda que dispersas e fugazes como a própria vida, haverá, aqui, uma tentativa de síntese conclusiva. É o momento de apresentação do objeto de estudo, em suas bases teórica e política, enquanto objeto do conhecimento.

NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO

- 1 A cidade de Caicó, criada ainda nos tempos coloniais, teve várias designações. A primeira delas foi em 1700, quando se levantou o chamado Arraial do Queiquó; já em 1735, o Arraial foi elevado ao título de Povoado do Caicó; cinquenta e três anos depois, em 1788, o Povoado ganhou foros de Vila com a denominação de Vila Nova do Príncipe (em homenagem a Dom João VI, o primeiro e último Rei do Brasil), ocasião em que foi criado o município; em 1868, recebeu a designação de Cidade do Príncipe, substituída em fevereiro de 1890 pelo nome de Seridó, revogado a 7 de julho do mesmo ano, voltando a vigorar o antigo nome de Caicó. Olavo de Medeiros Filho. **Caicó cem anos atrás**. Brasília: Senado Federal, 1988, p. 6.
- 2 Edgar Salvadori Decca. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 47 a 79, 1983.
- 3 Carlos Monarcha. **A reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade: a Escola Nova**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990, p.108.
- 4 Os principais escritos sobre José Augusto são os seguintes: Afonso Arinos e Outros. **Deputado José Augusto: comemoração do 40 aniversário do seu primeiro mandato popular**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1955. Grimaldi Ribeiro e Outros. **José Augusto: presença no Rio Grande do Norte**. Brasília: Senado Federal, 1973. Nilo Pereira. **José Augusto de Medeiros: um democrata**. Natal: Fundação José Augusto. 1982. v.2 Dinarte Mariz. **José Augusto: o líder**. Brasília: Senado Federal, 1984. Moacir Duarte. **José Augusto & Câmara Cascudo: dois nomes, duas legendas**. Brasília: Senado Federal, 1985.
- 5 Nilo Pereira. **José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata**. Natal: Fundação José Augusto. 1982. v. 2.
- 6 Idem, ibidem, p.19. v.2.
- 7 José Geraldo de Albuquerque. **Henrique Castriciano de Souza: um reformador social**. Recife, 1981. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. p. 84.
- 8 Jorge Nagle. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1973. p. 97 a 98.
- 9 Idem, ibidem, p. 100 a 101 e p. 123.
- 10 Idem, ibidem, p. 262.
- 11 Idem, ibidem, p. 335.
- 12 Vanilda Pereira Paiva. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983. p.14.
- 13 Idem, ibidem, p.26. A Autora define perspectiva interna do sistema - "aquela que privilegia os aspectos metodológicos, administrativos e técnicos da educação enquanto processo de aprendizagem, de transmissão de conhecimentos de uma geração a outra". E por perspectiva externa - "aquela que privilegia a função dos sistemas ou dos movimentos educativos dentro da sociedade, suas conseqüências em termos de vida política, social e econômica do país".

- 14 Idem, ibidem, p. 28.
- 15 Idem, ibidem, p. 30.
- 16 Idem, ibidem, p. 30 a 31.
- 17 Idem, ibidem, p. 32.
- 18 Idem, ibidem, p. 104.
- 19 Idem, ibidem, p. 109.
- 20 Dermeval Saviani. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. p. 56 a 57.
- 21 Idem, ibidem, p. 71 a 72.
- 22 Idem, ibidem, p. 62.
- 23 Idem, ibidem, p. 78.
- 24 Idem, ibidem, p. 75.
- 25 Carlos Roberto Jamil Cury. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. p. 18 a 19.
- 26 Idem, ibidem, p. 19.
- 27 Cf. Marta Maria C. de Carvalho. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).** São Paulo, 1986. 339p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. p. 7 e p. 17. Cf. também: Jorge Nagle. *Op. cit.*, p. 113.
- 28 Raquel Pereira C. Gandini. **Anísio Teixeira: limites da pedagogia liberal.** In: **Inteligência Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 83 a 84. Esse artigo de Raquel Gandini é baseado em sua dissertação de Mestrado - **Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira: 1930-1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- 29 Idem, ibidem, p. 88.
- 30 Cf. Clarice Nunes. **História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. Teoria & Educação,** Porto Alegre, n.6, p.151-182, 1992. Cf. também da Autora: **Anísio Teixeira: poesia da ação.** v. 1. Rio de Janeiro, 1991. 221p. Tese (Doutorado Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- 31 _____ . *Op. Cit.*, (1991) p. 152.
- 32 Evaldo Vieira. **Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo. Educação e Sociedade,** São Paulo, v. 4, n.12, p.110-112, set.1982.
- 33 Idem, ibidem, p. 112.
- 34 Miriam Jorge Warde. **Anotações para uma historiografia da educação brasileira. Em Aberto,** Brasília, v.3, n.23, p.1-6, set /out. 1984.
- 35 Idem, ibidem, p.3.

- 36 Marta Maria C. de Carvalho. Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.66, p.4-11, ago. 1988.
- 37 Idem, *ibidem*, p. 5.
- 38 _____ . *Op. cit.*, (1986) p. 6, p.14 a 17.
- 39 _____ . *Op. cit.*, (1988) p. 6 a 7.
- 40 Idem, *ibidem*, p. 6 a 7.
- 41 Idem, *ibidem*, p. 7.
- 42 Idem, *ibidem*, p. 7 a 8.
- 43 Idem, *ibidem*, p.9.
- 44 Idem, *ibidem*, p. 9.
- 45 Idem, *ibidem*, p. 9.
- 46 Clarice Nunes (1992) *Op. cit.*, p.152.
- 47 Idem, *ibidem*, p. 155.
- 48 _____ . (1991) *Op. cit.*, p.17.
- 49 Idem, *ibidem*, p.18.
- 50 Idem, *ibidem*, p.36. A discussão sobre o procedimento das "representações instituintes e das representações instituídas", feita por Clarice Nunes, foi inspirada no artigo de Eder Sader e Maria Célia Paoli, Sobre "Classes populares" no pensamento sociológico brasileiro: notas de leituras sobre acontecimentos recentes. In: Ruth C. L. Cardoso (Org.) *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.
- 51 Carlos Monarcha. *Op. cit.*, p. 33.
- 52 Idem, *ibidem*, p. 15.
- 53 Clarice Nunes. História da educação: espaço do desejo. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.47, p.37-45, jul./set. 1990.
- 54 Marta Maria C. de Carvalho. A nova história cultural e a história da educação. *Cadernos ANPED*, Porto Alegre, n.5, p.38-60, 1993.
- 55 Idem, *ibidem*, p. 59-60. Cf. Roger Chartier. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p.23 a 28.
- 56 Karl Marx & F. Engels. *A ideologia alemã (I-Feuerbach)*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987. p.12.

2 - A EDUCAÇÃO DO EDUCADOR

Caicoense da Praça do Mercado (hoje, da Liberdade), José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu aos 22 de setembro de 1884, na Cidade do Príncipe (Caicó), descendente de famílias ligadas à história política, econômica e social da zona do Seridó, no interior sertanejo do Rio Grande do Norte, e vinculadas à história política e intelectual desse Estado. Esses fatos implicaram, para José Augusto, em uma identidade de interesses e representações apropriadas da trajetória dos antepassados, especialmente, no campo da política e da educação.

Em discurso pronunciado na ABE, em 1955, José Augusto lembrava que o seu enveredamento desde cedo pela política remontava às *"contingências de uma tradição de família"*, e, a partir dessa tradição, *"desde os primeiros anos de existência foi preparado para ser um político liberal"*.¹ A Província potiguar, que se tornou autônoma em 1823, teve como primeiro Presidente Tomás de Araújo Pereira, seu tetravô. Ainda no Império, um outro seu ascendente, o Padre Francisco de Brito Guerra, influente na política do seridó, posteriormente Deputado Geral e Senador, ampliou sua influência para todo o Estado, tornando-se o único norte-rio-grandense a exercer, a época, a Senatória, constituindo-se em o *"orientador indiscutível de sua política"*.² Nos últimos anos da Monarquia e primórdios da República, foram seus avós dirigentes partidários na zona do Seridó, sendo um deles, José Bernardo de Medeiros que, durante dezesseis anos a fio, teve assento no Senado Federal. O outro, Silvino Bezerra de

Araújo Galvão, chegou a ser Vice-Governador do Estado no primeiro período governamental sob a República. Por sua vez, seu pai, o Professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo, foi Chefe da Intendência do Acari (RN) e Deputado da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.³

E por que sua "paixão" pela educação? (no seu próprio dizer). Segundo ele, havia em Caicó, desde o início do Império, por iniciativa do Padre Guerra, respaldada numa lei de caráter nacional, uma Escola de Gramática Latina, cujo primeiro professor público fora seu bisavô, Joaquim Apolinar Pereira de Brito; depois, em anos finais da Monarquia e iniciais da República, o Professor. Manoel Augusto, seu pai, desempenhou as mesmas funções. Ainda segundo José Augusto, naquela época *"as aulas eram ministradas na própria residência do professor, de modo que comecei a despertar para a vida intelectual em uma casa em que se ensinava, em que se procurava educar a geração nova"*.⁴

Embora José Augusto não tenha deixado escritas suas memórias, a nossa intenção é a de rastrear as influências recebidas no processo de socialização primária do ambiente das cidades sertanejas onde viveu, especialmente de Caicó, constatadas nas referências feitas por ele próprio, de uma maior identidade com a trajetória dos antepassados que ali viveram. Os seus antepassados mais distantes estão entre os primeiros colonizadores do período pós-guerra dos Bárbaros ou Levante do Gentio Tapuia, enquanto os mais próximos estavam uns ligados política e ideologicamente ao regime imperial, outros, aos movimentos de organização da República e, após sua instalação, à luta pelo controle do poder no Estado, como veremos a seguir.

Por herdar da trajetória de vida dos antepassados uma identidade de interesses e representações no campo da política e da educação, evidência-se a

necessidade de apreender as circunstâncias em que o educador foi educado. E impõe-se o conhecimento das origens culturais e as representações apropriadas por José Augusto.

2. 1 - As origens e as representações

O povoamento do sertão do Rio Grande do Norte, iniciado no segundo quartel do século XVII, foi feito por sesmeiros, muitas vezes por seus prepostos, que provinham sobretudo da Bahia para as margens da ribeira do rio Açu e do rio Seridó, com base na concessão de léguas de terras, a título de Data de Concessão, onde instalaram suas fazendas de gado.

Decorrentes do incessante avanço às terras primitivas e incultas dos indígenas e da captura destes para trabalhos escravos,⁵ irromperam-se intensos combates entre os recém-povoadores e o gentio Tapuia, com a conseqüente deflagração da chamada Guerra dos Bárbaros ou Levante do Gentio Tapuia, com início em 1683 e término em 1724. Vencidos os gentios por intervenção de forças mercenárias, dentre as quais as de Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida, coube aos vencedores a apropriação definitiva do solo disputado.⁶

À época, Casas-Fortes foram soerguidas em pontos estratégicos desse confronto, sempre às margens ou na confluência dos rios, como o Seridó e Barra Nova (antes, rio Quipauá), e os rios Sabugi e Piranhas. Entre essas, destacava-se a Casa-Forte do Cuó, construída nos anos de 1686 a 1687.⁷

A Casa-Forte do Cuó, localizada em sítio assim escolhido pelos que a edificaram, passou a ser indubitavelmente ponto de referência para quantos ali

chegaram e tornaram-se criadores de gado vacum, aproveitando as boas e extensas pastagens naturais na imensidão de solo virgem. Nascia uma economia pastoril, sob a influência da economia mercantil de Portugal, onde o gado, conforme José Augusto, seria o "*elemento fundamental*", princípio econômico e social de toda a história da zona sertaneja.⁸

Assim, o constante povoamento em torno da Casa-Forte do Cuó permitiu, no início dos anos setecentos, a fundação do Arraial Queiquó. Dessa maneira, a Casa-Forte do Cuó, seguida da construção do Arraial, é considerada origem da atual cidade de Caicó.⁹

Implantado o Arraial, emerge a necessidade de seus elementos essenciais e institucionais, que lhes dão vida e vigor, "*como a licença episcopal para ereção de capela e seu respectivo titular ordinário*",¹⁰ e a presença de um Regimento de Cavalaria das Ordenanças com vistas à manutenção da ordem pública e a disciplina social. Enfim, eram formas de incentivo ao aumento do movimento colonizador.

A presença do Regimento de Cavalaria das Ordenanças da Povoação do Caicó¹¹ traduz, através daqueles que o comandaram, a genealogia de várias famílias. Dos seus nove primeiros Coronéis Comandantes, "*nomeados por patente do General de Pernambuco*",¹² no período compreendido entre 1749 a 1814, vamos encontrar, dentre aquele número, oito que respondem tanto pelos primeiros povoadores e patriarcas daquela ribeira do Seridó, particularmente da freguesia de Caicó, quanto pela formação familiar de José Augusto no território sertanejo.¹³

A par desses elementos, vieram para a Freguesia de Caicó, assim como para aquele território, famílias outras, que antes habitavam nas Capitâneas

de Pernambuco e da Paraíba, trazidas muitas delas de Portugal por Duarte Coelho, Governador Geral de Pernambuco. Tinham elas, segundo José Augusto, um "*certo desenvolvimento intelectual e severos costumes domésticos, quando comparadas aos povoadores de outras regiões da Capitania*". Era, para ele, como estudioso da genealogia das famílias seridoenses, a linhagem dos Araújo Pereira, Dantas Corrêa, Medeiros, Lopes Galvão, Bezerra, Pereira Monteiro, entre outras, constituidoras dos principais troncos genealógicos do sertão seridoense.¹⁴

Além de tais famílias, há a presença do "*imigrante lusitano*", proveniente do norte de Portugal e dos Açores,¹⁵ que se constituíram, juntamente com aqueles e os primitivos moradores, as elites econômicas e políticas emergentes no século XIX, tornando-se os fundadores de estirpes, que haveriam de ser os continuadores hereditários no domínio econômico, político e intelectual da zona do Seridó e, por vezes, mandatários no Estado.

Constituídas no terreno originário de uma economia pecuária extensiva com vistas ao fornecimento de animais de trabalho, tanto para as atividades das zonas de produção açucareira, quanto ao fornecimento de carne para as populações litorâneas nordestina, e na grande propriedade de base sesmarial e patriarcal, com predominância da utilização da mão-de-obra livre, sob a forma de trabalho de pastoreio, própria do vaqueiro,¹⁶ tais elites econômicas e políticas conceberam um modo de organização social, fazendo valer seus costumes culturais e valores sociais e morais, tanto de ordem espiritual e religiosa, quanto material, historicamente necessários às formas de dominação social e política.

Manoel Dantas, no livro *Homens de Outrora*, mostra que, a partir daqueles tempos em Caicó, tornou-se comum entre as elites a tradição de

manterem uma relação social e econômica com a cidade de Olinda e Recife, dado à hegemonia comercial e social, principalmente desta última, sobre as outras capitais dos Estados vizinhos. Assim, era costume a ida dessas elites àquela praça pernambucana para tratarem de seus negócios comerciais, como por exemplo, a exportação de algodão pelo porto de Recife, e de compras referentes às últimas novidades em matéria de vestimentas e adornos: como as sedas da China, o linho e as casimiras inglesas (o luxo masculino se traduzia na roupa de montar, a exemplo das botas de couro vindas da Rússia e nos arreios do cavalo de prata), calçados de verniz, chapéus, gravatas, xales, jóias (rara era a mulher pertencente a esta elite que não usava um pesado crucifixo de ouro, preso a um trancelim do mesmo metal), requintes de ouro e prata, baixelas, faqueiros, aparelhos de jantar etc, além de comidas, vinhos portugueses e mobílias em jacarandá, principalmente no período que antecedia às comemorações da festividade da padroeira Nossa Senhora Sant'Ana, no mês de julho de cada ano.¹⁷ Em virtude das relações sociais e comerciais com Olinda e Recife, essas elites escolheram a Faculdade de Direito e o Seminário de Olinda para os Estudos Maiores dos seus filhos e netos, como veremos mais adiante.

No conjunto dos valores dominantes daquelas elites destacava-se, entre outras, a educação escolar, por ser a educação a via de preparação dos letrados e bacharéis para as carreiras de funcionário público, do sacerdócio e do profissionalismo político, de acordo com as formas de trabalho próprias das elites em uma sociedade de economia agrária. E até onde permitiam os valores dominantes daquela época histórica no começo dos anos oitocentos, tais elites procuraram educar seus filhos, de modo a resguardar a unidade de sua cultura e a nova civilização brasileira.¹⁸

A par desse princípio e seguindo a orientação pedagógica da Metrópole,¹⁹ Escolas de Primeiras Letras, também chamadas de Escolas Menores, foram criadas em Caicó (na época, Vila Nova do Príncipe), a partir do regime de educação doméstica, sob a responsabilidade de um mestre-escola,²⁰ ou mesmo de algum padre capelão. A criança aprendia a ler, escrever, contar, catecismo cristão e gramática latina. A pedagogia permitia "desasnar" a criança com ajuda do castigo físico por meio do uso da palmatória e da vara de marmeleiro. E para dar continuidade a esse grau de estudo foi então criada, em 1810, pelo Padre Francisco de Brito Guerra, tio trisavô de José Augusto, influente na política seridoense, então vigário colado e o sétimo Pároco daquela Freguesia, a cadeira de gramática latina, segundo a tradição cultural de Portugal. Além da cadeira de gramática latina, ensinada simultaneamente à de português, lecionava-se, ainda, retórica, história, aritmética, entre outras.²¹

Nos estudos sobre a história da educação do Rio Grande do Norte é comum os estudiosos²² fazerem incursões sobre a Escola de Gramática Latina, criada e mantida gratuitamente pelo Padre Guerra, com a ajuda do seu sobrinho Padre Manuel José Fernandes, que teve a duração até o fim do Império. Coube à Escola de Gramática Latina do Padre Guerra iniciar os filhos das elites agrárias dominantes nos conhecimentos das letras clássicas. Por essa especificidade, era comum a freqüência de filhos de fazendeiros de outras zonas do Rio Grande do Norte, e de outras Capitânicas como Pernambuco, Ceará e Paraíba, que vinham iniciar-se nos conhecimentos clássicos da chamada Escola do Padre Guerra.

Feitos os Estudos Propedêuticos, era praxe os discípulos do Padre Guerra e de seus substitutos prosseguirem os Estudos Superiores nos cursos de Direito, Teologia, entre outros, existentes no Brasil e até mesmo em outros países da Europa, a exemplo do que ocorria com os filhos das elites dominantes no Brasil

de então. Posteriormente, essa nova geração de intelectuais passava a influir em seus respectivos Estados, nas formas política, social e econômica, sob a base de uma sociedade agrária.

A Escola de Gramática Latina foi fundada dentro da tradição cultural da organização do ensino de Portugal em consonância com os valores das elites dominantes da zona do Seridó, especialmente da então Vila Príncipe. José Augusto, ao pesquisar a criação oficial da Cadeira de Gramática Latina nos Anais da Câmara Imperial, verifica que se deu através de Projeto de Lei, de autoria do Padre Guerra e sancionado por Decreto Imperial de 7 de agosto de 1832, durante a sua primeira legislatura (1830-33) como Deputado Geral pelo Rio Grande do Norte à Câmara Federal do Império.²³ Foram sucessores do Padre Guerra no ensino da Cadeira de Gramática Latina, por meio de concurso público, os professores Pe. Joaquim Alvares da Costa, Joaquim Apolinar Pereira de Brito (o primeiro) - sobrinho do Padre Guerra e bisavô de José Augusto - e o professor Manoel Pinheiro Brasil. Posteriormente, segundo José Augusto, por Ato Legislativo, foi anexado ao curso de Gramática Latina o ensino de francês, sendo nessa época o professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo (seu pai) o titular do referido curso, permanecendo até sua extinção, com o fim do Império e a instalação da República.²⁴

As representações de José Augusto sobre a Escola de Gramática Latina deixam a entender que os múltiplos conhecimentos de cultura clássica, transmitida por tal Escola, foram incontestavelmente o fator preponderante para a *"influência intelectual e política das elites seridoenses na direção política e cultural da sociedade potiguar e nacional em alguns períodos históricos"*. Isso podia ser comprovado para ele, pela escolha dos primeiros dirigentes potiguares, no momento da elevação da Capitania à Província do Império do Brasil e como foi

também "a força inicial com que contou Amaro Cavalcanti para conquistar todas as posições políticas".²⁵

Seguindo as representações de José Augusto, verificamos com base nas fontes de pesquisa, que para presidir a recém-criada Província do Rio Grande do Norte, após os episódios da Revolução de 1817 em Pernambuco, que se estenderam ao Rio Grande do Norte e tiveram a sua culminância, em 1824, com os acontecimentos da "Confederação do Equador" de tendência liberal, republicana e federalista,²⁶ o Governo Imperial de D. Pedro I nomeou Tomás de Araújo Pereira (o terceiro), tetravô de José Augusto, pela linhagem paterna.²⁷ A nomeação de Tomás de Araújo deveu-se, em parte, à sua participação na anterior Junta do Governo Provisório, eleita e empossada em 18 de março de 1822 e extinta em 24 de janeiro de 1824.²⁸ E sobretudo pelo prestígio econômico e social do Seridó, que começava a despontar como espaço econômico de não mais exclusivismo da produção pecuária, mas de produção algodoeiro-pecuária, impulsionada de fora para dentro pela Revolução Industrial da Inglaterra do século dezenove.²⁹ Deveu-se, também, conforme José Augusto, à ascendência social e política de Tomás de Araújo e de seus pares e parentes consangüíneos na "hegemonia" política do Seridó.³⁰

A historiografia registra que Tomás de Araújo Pereira fora nomeado Presidente da Província desde 25 de novembro de 1823, embora só tenha assumido em 5 de maio de 1824, em momento de conflitos insuperáveis: inquietação, indignação e conspiração faziam parte do cenário político brasileiro. A Assembléia Constituinte de 1824 fora desfeita pelo Imperador D. Pedro I, para em 25 de março de 1824 ter-se uma Constituição Outorgada na forma de governo de uma Monarquia Constitucional. As idéias liberais que tinham revolucionado os povos da Europa desde os fins dos anos setecentos, aqui, entre os brasileiros

letrados, encontrou fortes adeptos; no Nordeste, conjecturava-se proclamar a "Confederação do Equador", pela criação de uma república independente, formada pelas Províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, conforme a "*Lei Orgânica da Confederação do Equador*", através da liderança dos revolucionários pernambucanos, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e o Padre João Ribeiro.³¹

Na Província do Rio Grande do Norte, o Presidente Tomás de Araújo Pereira não contava com o apoio e a confiança das forças militares sediadas em Natal, em virtude da desconfiança destas, com relação à simpatia de Tomás de Araújo pelas idéias liberais e pelos revolucionários da "Confederação do Equador", apesar de sua prudência e sua natural habilidade astuciosa de homem sertanejo.³² A anarquia geral e a total ausência de condições de governabilidade levaram o Presidente Tomás Araújo a entregar o governo da Província ao Senado da Câmara de Natal, a 8 de setembro de 1824, por meio de carta-renúncia ao Imperador D. Pedro I, sob a acusação de "*conivência com os elementos revolucionários, e de traição à causa do Império e à pessoa do Imperador*".³³

A despeito de ter sido Tomás de Araújo Pereira nomeado pelo Governo Imperial, existe uma unanimidade entre os historiadores e estudiosos desse período no Rio Grande do Norte, à exceção de José Augusto,³⁴ da positividade de suas convicções liberais e republicanas. Isso tanto é verdade que quando os revolucionários da "Confederação do Equador", derrotados no Recife, organizaram a célebre coluna revolucionária em direção ao Ceará, passando pelo Rio Grande do Norte, estrategicamente cortando pelo Seridó; ali, foram abastecidos de alimentos e de abrigos para repouso. Em Caicó, hospedaram-se na chamada "*casa de pedra*", ainda existente (então uma Casa de Caridade), devido à intervenção e o apoio político do Capitão-Mor Manuel Medeiros Rocha,

tio e correligionário de Tomás de Araújo.³⁵ Frei Caneca, cronista oficial da expedição, registra com elogios a acolhida recebida em todos os lugares por onde passou no território seridoense.³⁶

Para José Augusto e Manoel Dantas, Tomás de Araújo não foi certamente um estadista, não possuía ampla cultura intelectual, tendo freqüentado somente a Escola de Primeiras Letras que lhe ensinaram os padres, no entanto, era um homem que tinha a "*visão da importância da educação para o desenvolvimento do progresso*".³⁷ Em vista disso, segundo Manoel Dantas, procurou educar os netos, desde que filhos "*varões*" não os teve, conforme os costumes de sua época. Os homens, mandou estudar, após freqüentarem a escola do Padre Guerra, um, no seminário de Olinda, ordenando o Padre Tomás Pereira de Araújo (o quarto), e os outros dois: Manoel Lopes de Araújo Cananéa e Joaquim Lopes, no Colégio Luiz o Grande, de Paris, onde estudavam os filhos do Rei Luiz Felipe. Para a educação das netas, contratou professores e mestras para os ensinamentos das Primeiras Letras e de "*prendas domésticas*".³⁸

Tal era também sua visão de progresso, conforme seus principais biógrafos. Quando o Padre Guerra, em 1832, fundou "*O Natalense*" (1832-1837), primeiro periódico da imprensa potiguar, Tomás de Araújo, além de estimulador da iniciativa, ao lado do Presidente da Província, Basílio Quaresma Torreão, contribuiu, segundo Manoel Dantas, como sócio do jornal, com a "*dotação de 400\$000*".³⁹ Enfim, vale dizer que, dos quarenta e oito Presidentes que governaram a Província do Rio Grande do Norte (excetuando-se os que governaram em Juntas Provisórias e Governos Temporários, onde a historiografia registra a presença de alguns seridoenses nessas formas de Governo), apenas Tomás de Araújo era norte-rio-grandense.

Educados conforme mais ou menos essa tradição, os alunos do Padre Guerra e de seus substitutos, assim como os descendentes de Tomás de Araújo, herdaram formas de representações culturais, advindas das práticas políticas e intelectuais dominantes, além das propagadas pelos mestres no seminário de Olinda e na "Escola" de Direito de Recife, com base no pensamento dos clássicos do século XVIII e nos princípios da Revolução Francesa, contrários à ordem social monárquica existente.

As idéias republicanas liberais passaram a contar, com o decorrer dos tempos, com mais adeptos e propagadores, devido a seu acesso por parte de uma minoria de letrados. No Nordeste, o centro irradiador de tais idéias, associadas às abolicionistas e libertárias, era Pernambuco, com uma poderosa tradição nas lutas democráticas nacionais, através da ação radical e revolucionária de segmentos como o clero, as sociedades secretas, entre outros. Esses setores foram os mais empenhados na propaganda e na luta política por um novo regime.

Essa ação, aliás, segundo José Augusto, fora a seguida pela geração acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, que contava com "*mestres filiados aos movimentos e às doutrinas mais avançadas*", fato de suma relevância entre os movimentos revolucionários republicanos, onde as "*novas idéias faziam prosélitos*".⁴⁰

A par dessa investida, o primeiro Núcleo de Propaganda Republicana organizado no Rio Grande do Norte foi exatamente em Caicó (então cidade do Príncipe), fundado em julho de 1886 por um jovem acadêmico de Direito, Janúncio Nóbrega Filho (1869-1899), e instalado na residência do Capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega, seu pai, um dos mais ricos fazendeiros do lugar, que contou com o apoio efetivo dos quatro irmãos: Ten. Cel. Gorgônio Ambrósio da

Nóbrega, Francisco Horácio da Nóbrega, Manuel Severiano da Nóbrega e o acadêmico Diógenes Celso da Nóbrega.

No Recife, onde estudava, Janúncio Filho foi eleito por seus pares para Segundo Secretário do Centro Acadêmico Republicano, haja vista seu espírito irrequieto e combativo, fervoroso adepto das idéias emancipacionistas e libertárias e, por feitos realizados à propaganda das idéias republicanas, chegou a possuir honras de "histórico".⁴¹

Posteriormente, em abril de 1889, o Núcleo de Propaganda Republicana foi reorganizado como Centro Republicano Seridoense, cujo *"Manifesto Republicano ao Povo Seridoense"*, redigido por Janúncio Filho, conclamava os *"patriotas que sonham com a regeneração moral e política de nossa pátria que se levantem bem alto em nome do direito, em nome da humanidade, (...) o estandarte glorioso da república em nome da imprestabilidade do regime monárquico. Nós queremos a República, não fazendo questão de meios para a consecução do nosso desideratum; ou pela evolução natural da idéia ou pela revolução"*.⁴²

Para propagação das idéias liberais e republicanas e o combate ao governo monárquico e seus respectivos partidos, os liberais ligados ao Centro Republicano resolveram criar um órgão de publicidade - "O Povo" (1889-1892) - cuja plataforma de ação escrita por Diógenes Nóbrega voltava-se - *"como respiradouro de nossos sofrimentos, como reclames de nossas necessidades, como porta-voz de nossos sentimentos, quando não aos ouvidos do governo que tem os tímpanos cerrados à agonia e clamor público"*.⁴³

"O Povo" - foi o primeiro jornal republicano criado no Rio Grande do Norte. Pretendia com a propagação das idéias liberais e republicanas atingir

principalmente toda a zona seridoense. As maquinárias de José Renaud,⁴⁴ "O Povo" tinha como Patrono o Tenente Coronel José Bernardo de Medeiros (1837-1907),⁴⁵ avô de José Augusto pela linha materna, chefe político em todo o Seridó e do Partido Liberal do segundo Distrito eleitoral do sertão, possuidor de uma extensa experiência na política provincial, quando por duas vezes chegou a ocupar a Vice-Presidência da Província (1882 e 1884). Em Caicó, lugar em torno do qual girava a política do Partido Liberal no sertão, face ao prestígio de José Bernardo (casado com D. Paulina Engrácia, filha do professor de Latim Joaquim Apolinar Pereira de Brito, sobrinho do Padre Guerra) era visto pelos seus contemporâneos, assim como se fez representar, como o herdeiro político do referido Padre.

Constavam como redatores d' O Povo o então acadêmico Dr. Diógenes Celso da Nóbrega, Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, Manoel Gomes de Medeiros Dantas (chefe da redação e casado com uma tia de José Augusto, irmã de seu pai) e Janúncio Filho que, no ardor dos seus 19 anos de idade, seria o redator responsável pela coluna republicana do jornal; utilizava-a, nas palavras de José Augusto, com "*intrepidez*." E como jornal político, estava ligado aos interesses do Partido Liberal.

Entre os intelectuais liberais que formavam o corpo de redação e direção do jornal, Olegário Vale, segundo José Augusto, foi o "*entusiasta principal desse movimento*", advogado provisionado e militante do Partido Liberal ao lado de José Bernardo, "*tudo fez para que Caicó tivesse um jornal que traduzisse os anseios do povo*".⁴⁶ "O Povo" foi extinto em 19 de setembro de 1892, não por falta de recursos financeiros, mas devido à mudança dos seus redatores para outras cidades e Estados, em vista do exercício da profissão.

Alguns desses intelectuais também foram a vanguarda, em Caicó, do movimento que organizou a Comissão Libertadora responsável pela abolição dos escravos e cerimônias de alforria antes de 13 de maio de 1888. Aqui, como no jornal "O Povo," os entusiastas foram Olegário Vale, os Nóbrega, e o Padre Amaro Theot Castor Brasil, que aproveitava o sermão da missa para fazer sua pregação contra os escravocratas. Do Comitê da Comissão Libertadora faziam parte José Bernardo de Medeiros, Dr. Pires Ferreira e militantes do Partido Liberal como Manoel Dantas e o professor Manuel Bezerra de Araújo (pai de José Augusto) entre outros.⁴⁷ As cerimônias de alforria costumavam ser na Praça Pública ou do Mercado, lugar onde é hoje erguida a Praça da Liberdade, numa espécie de "latada" feita de palha, com discursos vibrantes sempre aos olhos atentos de um público interessado na vitória do movimento abolicionista.

Em março de 1918, Manoel Dantas publicou no Jornal A República um artigo intitulado: "*A Comemoração de O Povo - reminiscências de quase trinta anos passados*". Nesse artigo, o autor rememorava a história d'O Povo. Lembrava Manoel Dantas que, após o movimento abolicionista de 1888, a vanguarda empreendedora passou a sentir "*imperiosa*" falta de um órgão de opinião. Olegário Vale, "*líder da mocidade caicoense*", foi a grande força da iniciativa. Tratou de obter uma tipografia sem dinheiro, convidando José Renaud, proprietário de um prelo e morador da Vila de Flores, para retornar a Caicó em função da criação de um Jornal. Para Manoel Dantas, Olegário foi a "*força de vontade e a inteligência esclarecida*", enquanto Renaud era o "*artista no ofício da técnica jornalística, era capaz de escrever um artigo, fazer a composição tipográfica, construir o prelo e imprimir o jornal*". A Typographia Renaud tornou-se, desde então, um "*estabelecimento próspero*", aumentou suas máquinas, montou um serviço de encadernação e construiu em parceria com artesãos locais, peça por peça de um

prelo maior, que possibilitou aumentar o formato do jornal de 33 x 25 para 43x 30 centímetros com a tiragem de mais de mil exemplares mensais.⁴⁸

Jornal de opinião e formador de opinião, "O Povo," pelo elevado nível de suas matérias, ganhou, conforme Manoel Dantas, "*autoridade intelectual*", firmando-se em todo Estado, com repercussões na imprensa de todo o País, que "*comumente a ele se referia e transcreveu vários de seus editoriais*". Para esse autor, a permuta e as correspondências com outros jornais como O Diário de Pernambuco, O Jornal do Recife, O Diário do Povo, O Jornal de Notícias da Bahia, os Diários de Fortaleza, O Paiz, A Gazeta de Notícias, A Tribuna Liberal, O Correio Paulistano, entre outros jornais menores, era tão demasiada ao ponto de o jornal auxiliar com estafetas no serviço postal dos correios.⁴⁹

Teve-se, assim, em Caicó, através desses movimentos político-intelectuais e dos seus respectivos órgãos de opinião pública como a imprensa escrita, em última instância, um germen do que se pode considerar o ponto de partida de organização da sociedade civil e dos partidos políticos - Liberal e Conservador - pela participação de um grupo de intelectuais de base rural, ligados organicamente ao Partido Liberal e propagadores da concepção de um novo regime jurídico-político para o País, o republicano, sob a liderança política de José Bernardo.

Com a realidade republicana, as energias dessas vanguardas, constituídas no campo das lutas republicanas e abolicionistas, voltaram-se para a luta pela "hegemonia" e conquista do poder político republicano do Rio Grande do Norte.

No Rio Grande do Norte o Partido Republicano foi fundado tardiamente a 27 de janeiro de 1889. Naquele remoto janeiro, a Presidência da

Comissão Executiva Provisória do Partido foi entregue a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,⁵⁰ jovem médico formado no Rio de Janeiro e professor de história do Atheneu Norte-Riograndense, de trinta e três anos de idade, membro de uma família rica e tradicional de senhores de engenho e ligadas ao comércio agro-exportador no Rio Grande do Norte.

Em primeiro de julho do mesmo ano, começou a ser editado um jornal do Partido - A República - que teve como redator-chefe o próprio Pedro Velho, contando depois com a colaboração do Dr. Diógenes Celso da Nóbrega, ex-redator d' O Povo de Caicó e das hostes de José Bernardo. Tal jornal ficou em circulação até mais ou menos meados da década de oitenta dos anos noventa.

A notícia da Proclamação da República só chegou a Natal na tarde do dia 15 de novembro. Em 17 de novembro, deu-se, então, a adesão da Província. Nessa ocasião, Pedro Velho foi aclamado "Presidente" do Governo Provisório do novo "Estado" do Rio Grande do Norte, mediante autorização prévia do Ministro do Interior, Aristides Lobo.⁵¹

Ao assumir provisoriamente a direção política do Rio Grande do Norte, Pedro Velho reuniu sob sua direção um "bloco político" constituído pelos coronéis oligárquicos da zona oeste do Estado, facção representada pela indústria salineira, tendo à frente o coronel Francisco Gurgel de Oliveira, e pelos coronéis da zona do Seridó, facção representada pelos interesses algodoeiro-pecuária, liderada por José Bernardo, (chamado pelos opositores de Bispo do Seridó), conhecido como o "dono" da maior força eleitoral organizada, em virtude de suas relações econômicas e familiares com outros "coronéis" residentes no Acari, Currais Novos, Serra Negra, Jardim do Seridó entre outros municípios na

vizinhança de Caicó. E em vista disso, foi o nome escolhido por Pedro Velho para a "Pasta" do Interior.

Desse modo, Pedro Velho constituiu assim, sua base de sustentação política - através da aglutinação de forças eleitorais conservadoras e liberais do interior e da capital - agrárias e industriais - sob sua liderança e em torno do Partido Republicano. Ao mesmo tempo em que preteria os republicanos "históricos" tendo em vista, a curto prazo a formação da "hegemonia" "pedrovelhista," a longo prazo, conquistaria o domínio político e ideológico do Estado pela chamada Oligarquia Maranhão. Foi o que aconteceu. Entretanto, a estratégia de Pedro Velho não era a de consolidar as decisões de sua base política agrária e industrial, mas impor a sua própria, com o objetivo de vencer sempre a tudo e a todos. Ou, como salienta Câmara Cascudo, aliar-se a um para vencer o outro, ou vencer os seus próprios interesses políticos.⁵²

A convergência de um "bloco" de forças de expressão, como a do Coronel José Bernardo no Seridó, a do Coronel Francisco Gurgel de Oliveira no Oeste (ambos eram Coronéis da Guarda Nacional) e a de Pedro Velho na Capital e municípios vizinhos, possibilitou, nas eleições de 15 de novembro de 1890, à Constituinte Federal pelo Partido Republicano, eleger para o Senado os caicoenses José Bernardo e Amaro Cavalcanti (jurista e conhecido como o precursor na defesa do nacionalismo industrial)⁵³ o "coronel" José Pedro de Oliveira Galvão (parente de Pedro Velho). Para Deputado Federal, foram eleitos; Pedro Velho, Dr. Antonio de Amorim Garcia, Dr. Joaquim de Almeida Castro e o Dr. Almino Álvares Afonso (abolicionista da zona oeste do Estado). Na suplência à deputação apareciam os nomes de alguns intelectuais ligados a uma ou outra facção, como foi o caso de Janúncio da Nóbrega, pela facção dos agrários e Augusto Severo (irmão de Pedro Velho), ligado aos industriais.

No entanto, essa fase de luta pelo controle político do Estado, ao mesmo tempo em que se dava a formação do "pedrovelhismo" que começa com a instituição do Regime Republicano, foi marcada por sucessivas substituições no governo estadual, em virtude da instabilidade e das mudanças de orientação política pelos quais passava o governo federal. Toda essa instabilidade política traz como consequência um estado de intensos conflitos e rupturas de alianças entre as facções do Partido Republicano, momento de indicações de nomes ao governo do Estado.

Assim aconteceu desde o primeiro instante do Regime Republicano, quando a orientação centralizadora do Governo Deodoro da Fonseca impôs, em dezembro de 1888, o nome de Dr. Adolfo da Silva Gordo para o lugar de Pedro Velho no Governo do Estado. E, no momento da substituição do Dr. Adolfo Gordo, Pedro Velho conseguiu em março de 1890, com o apoio de Amaro Cavalcanti, a nomeação do Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior para Governador e a sua para Vice-Governador, respectivamente.

A vitória do Marechal Deodoro da Fonseca durante o funcionamento da Assembléia Constituinte eleita em novembro de 1890, contra o nome de Prudente de Moraes, candidato derrotado e em quem votaram Pedro Velho e José Bernardo, teve como consequência a imediata substituição do bloco "pedrovelhista" da direção política do Estado. Com a dissolução do Congresso Federal pelo Marechal Deodoro da Fonseca e a sua renúncia em setembro de 1891, com a posse imediata do seu vice, Marechal Floriano Peixoto, na Presidência da República, redefiniu-se, por conseguinte, o quadro dos governos estaduais.

No Rio Grande do Norte foi o momento de retomada do poder pelo bloco "pedrovelhista". Para isso, Pedro Velho e o Senador José Bernardo, entre outros aliados, prepararam e levaram a efeito o movimento de deposição e prisão do então Governador Miguel Castro e a pronta "aclamação" de uma Junta Governativa, para responder pelo governo do Estado. Tal Junta composta do Coronel Francisco Lima e Silva, Manoel Nascimento Castro e Silva e Joaquim Ferreira Chaves Filho, sob a Presidência do primeiro, "dissolveu", através do Decreto de 17 de dezembro de 1891, o Congresso Legislativo, ao mesmo tempo em que convocava novas eleições para 31 de janeiro, com poderes constituintes para proceder às eleições para Governador e Vice-Governador, assim como promulgar uma nova Constituição Estadual.

A chapa "pedrovelhista," para concorrer às eleições estaduais, era constituída por facções políticas de cada zona eleitoral. Do Seridó, por exemplo, o Senador José Bernardo indicou para concorrer a tais eleições a facção dos intelectuais de sua "base política", sendo eles: seu genro professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo (filho do coronel Silvino Bezerra do Acari e pai de José Augusto), os dois Nóbrega Janúncio e Diógenes e o ex-redator d'O Povo, Manoel Dantas.⁵⁴

Com a vitória da chapa "pedrovelhista", tal Congresso Constituinte promulgou uma nova Constituição para o Estado e elegeu, a 22 de fevereiro de 1892, Pedro Velho para Governador e para Vice-Governador, por indicação de José Bernardo, o Coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão (avó paterno de José Augusto).⁵⁵

Eleito governador, Pedro Velho, usando de sua autoridade de dirigente do Estado e Presidente do Partido Republicano e tendo em vista o desejo

de vencer sempre a tudo e a todos, logo indicou o nome de seu irmão, Augusto Severo d'Albuquerque Maranhão, então Deputado Estadual, para substituí-lo na vaga de Deputado Federal, sem nenhuma consulta prévia ao Diretório do Partido, ou mesmo ao Senador José Bernardo, seu sempre aliado. No entanto, tal vaga era também pretendida por Janúncio da Nóbrega e Nascimento de Castro. Não houve dúvidas, a candidatura de Augusto Severo foi mantida por Pedro Velho, apesar da divergência de parte dos integrantes do Partido, assim como da oposição radical de José Bernardo e da facção dos intelectuais do Seridó. Por sua vez, Janúncio apresentou-se como candidato da oposição. Augusto Severo venceu Janúncio. O Congresso Nacional anulou a eleição e um novo pleito foi marcado. Entretanto, Janúncio muito doente não consegue concorrer e desiste em nome de Tobias do Rego Monteiro, conhecido intelectual, jornalista e historiador. Com ampla derrota no Seridó, Augusto Severo foi o eleito.

Na historiografia do Rio Grande do Norte essa fase que marcou a disputa entre a facção "bernardista" e a facção "pedrovelhista," culminando, portanto, com a consolidação e a dominação desta última facção sobre a realidade político e sócio-econômica do Estado, ficou denominada pelos antigos como fase de "rompimento" nas relações políticas de Pedro Velho com o Senador José Bernardo.⁵⁶

As representações de José Augusto sobre essa fase de divergências e "rompimento" do Senador José Bernardo com Pedro Velho teriam sido estimuladas pelos intelectuais do Seridó, "*ardorosos companheiros de José Bernardo*", a partir de 1897, contudo, estavam de novo "*irmanados*."⁵⁷

As fontes documentais pesquisadas apenas confirmam em parte as representações de José Augusto, pois, Pedro Velho, de posse do controle e da

"direção" cultural da sociedade, toma para si o papel do "intelectual" organizador do Estado Republicano. Foi o "elaborador" da concepção e da estruturação de todas as instituições do Estado.⁵⁸ Favoreceu, em última instância, os seus interesses econômicos e posições no domínio "hegemônico" e oligárquico do Estado do Rio Grande do Norte.

Desse modo, a história política e intelectual do Rio Grande do Norte de 1889 a 1914 foi, portanto, a história do domínio "pedrovelhista" e da "hegemonia" da oligarquia Maranhão no controle e organização do Estado, nos níveis municipal, estadual e federal. Nesse regime "absolutista", a oposição não dispunha de nenhuma chance para chegar ao poder. Afastar-se ou dissentir do governo, como fizera José Bernardo, era exílio eleitoral inapelável, assim dizia, Câmara Cascudo. Com poucas alternativas, restava aos dissidentes a criação de um jornal como fizera Janúncio da Nóbrega (antes de sua morte pré-matura), Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas, com o incentivo de José Bernardo, fazendo circular primeiro "O Diário de Natal" (primeiro jornal diário do Rio Grande do Norte), depois "O Estado" com o objetivo de fazer a propaganda oposicionista ao "pedrovelhismo".⁵⁹

Em suma, a ascensão e a consolidação da oligarquia Maranhão no domínio político do Estado cobriu o interregno que começa com a Proclamação da República e vai até o fim do governo de Pedro Velho em 1895, quando este designou Ferreira Chaves para concorrer às primeiras eleições para o governo do Estado, cuja vitória levou-o a governar de 1896 a 1900.⁶⁰ O "pedrovelhismo" garantiu, a partir do governo de Ferreira Chaves, o domínio "hegemônico" da oligarquia Maranhão através dos governos sucessivos de Alberto Maranhão,⁶¹ Tavares de Lira⁶² e Antônio José de Mello e Souza, período esse que vai de 1904 a 1914. A esse período seguiu-se a fase de domínio político de Ferreira Chaves

(1914 a 1920), quando este investiu no seu próprio esquema de sustentação política de base seridoense, ligado aos interesses da produção e exportação do algodão, assim como na desarticulação das bases políticas da oligarquia Maranhão. Sob esse influxo de rompimento, impôs seu próprio candidato a sua sucessão, Antônio de Souza (1920 a 1924), um ex-aliado dos Maranhão, que deu prosseguimento ao desmonte definitivo de tal oligarquia, fechando-se assim com o Governador Antônio de Souza o ciclo de formação, consolidação e ocaso do "pedrovelhismo" e do controle político da oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte.

Com a morte do Senador José Bernardo em janeiro de 1907, herdeiro político do Padre Guerra não somente no Seridó mas em todo o sertão potiguar, o "novo" herdeiro político - José Augusto - recebeu uma formação intelectual identificada com o liberalismo e a cultura política dos antepassados, onde a política e a educação ocuparam um lugar privilegiado. Reconstituir tais influências culturais significa evidenciar as circunstâncias históricas em que o educador foi educado. Exige um novo começo, que escapa em muitas direções.

2.2 - No rastro das antigas representações

Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx⁶³ (1852) nos adverte de que os homens fazem sua própria história, mas não fazem nem como querem, nem sob circunstâncias de sua escolha, fazem sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.

Era costume de José Augusto aproveitar os discursos e artigos que escrevia para rememorar as representações de sua socialização primária e

secundária. Em um desses discursos na Câmara dos Deputados, em maio de 1951, lembrou sua aprendizagem das primeiras letras iniciada aos cinco anos de idade, conduzida por sua mãe, Cândida Olindina de Medeiros, por meio da Carta de A.B.C. de Laudelino Rocha. E como era de praxe naqueles tempos, aos oito anos de idade sabia ele *"ler e escrever corretamente"*.⁶⁴ Continuando, exaltou o ambiente familiar e intelectual em que foi criado e que também funcionava a escola secundária de Gramática Latina e Francesa da cidade.

Em Caicó daqueles tempos, dizia ele: residia um Juiz de Direito, chamado José Peregrino de Araújo, *"homem de letras e boa situação social"*, depois Desembargador, Deputado Federal e Governador do Estado da Paraíba. Era seu costume assinar jornais de circulação nacional como "O País," editado no Rio de Janeiro e dirigido pelo republicano Quintino Bocaiúva. Chegando "O País" sempre com atraso, o Juiz Peregrino trazia-o para o grupo de pessoas que se reunia todas as tardes em sua casa, para as discussões de temas ligados às questões por ele veiculadas. Naquelas ocasiões era retido pelos pais ou pelo avô José Bernardo dos *"folgedos de criança para ler em voz alta, no grupo em tertúlia, os artigos principais de Quintino Bocaiúva e as notícias políticas mais importantes"*.⁶⁵

Assim foi a infância de José Augusto em Caicó, habitando em uma casa onde funcionava a única escola pública secundária e o "salão" de reuniões dos intelectuais e políticos da cidade para o debate dos acontecimentos políticos e culturais. Esse modo burguês de convívio social não deixa de ser mais ou menos uma forma *"idílica"* de apropriação da qual se refere Habermas, de uma tradição cultural que surgiu no século XVIII na Europa, quando a esfera íntima da família, servia de "salão" de reuniões para a discussão literária de um pequeno grupo de intelectuais.⁶⁶

Com a proclamação da República foram extintas todas as instituições criadas durante o Regime Imperial. Nesse sentido, com o fechamento da escola secundária de Caicó, o Professor Manoel Augusto, desempregado, passou a residir no Sítio Ingá, município de Acari (RN), de propriedade do seu pai, o Coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, fazendeiro e chefe político local, onde, incentivado pelo pai e o sogro Senador José Bernardo, foi Chefe da Intendência do Acari (1896 a 1898), e Deputado da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte (1892 a 1894; 1898 a 1900).

No Acari, José Augusto deu prosseguimento aos estudos e conclusão do curso primário na escola do professor Tomaz Sebastião de Medeiros, antigo educador de muitas gerações. Seguindo valores daquela época, conforme depoimento de um parente próximo, seus pais o iniciaram no aprendizado de música, especialmente do "*bombardino*" (*espécie de trompa*) com Antonio Pedro Dantas (Tonheca Dantas, autor da valsa Royal Cinema, entre outras composições). O curso dado por Tonheca Dantas objetivava formar músicos para tocar na Banda de Música Municipal, assim como fazer parte do coro musical da igreja. José Augusto chegou a participar tanto do corpo da Banda de Música do Acari quanto do coral da igreja da matriz.⁶⁷

Buscando na capital o prosseguimento dos estudos em nível secundário, José Augusto veio morar, no ano de 1897, em Natal, na casa do seu tio Manoel Dantas (ex-redator de O' Povo de Caicó), então redator-chefe do Jornal "A República", professor de geografia do Atheneu Norte-Rio-Grandense, ocupando, posteriormente, a Diretoria da Instrução Pública do Estado. Intelectual progressista, Manoel Dantas preocupado com os temas pedagógicos e culturais possuía, para a época, em Natal, uma excelente biblioteca, onde José Augusto passava, segundo ele próprio, boa parte do seu "*tempo lendo os clássicos*".

Começava, nessa ocasião, a despertar com maior profundidade sua "identificação" com a política, a educação e a cultura intelectual em geral.⁶⁸

Atraídos pelo ambiente intelectual da casa de Manoel Dantas, costumavam lá se reunir professores, intelectuais e políticos para o debate de assuntos em diversos campos do saber e sobre os mais variados temas: literatura, educação, política e ciência. Essa forma de convívio social, não deixava de ser também uma apropriação dos "salões" de reuniões da Europa antiga.

Assim, na política os debates aconteciam, como lembrava José Augusto, marcados pelas leituras dos jornais do Rio de Janeiro, notadamente "O País," enviados semanalmente para ele pelo avô José Bernardo, então Senador da República pelo Rio Grande do Norte. Manter a leitura de tal jornal liberal, iniciada nos tempos de menino em Caicó, significava para José Augusto a "convocação política do avô a não abandonar a trilha liberal seguida por inúmeros dos seus antepassados".⁶⁹

Política à parte, o tema que mais mexia com a imaginação juvenil de José Augusto eram as discussões firmes e convictas de Augusto Severo (irmão de Pedro Velho) sobre a "dirigibilidade dos balões", assunto ainda pouco em voga na época. Severo, conforme José Augusto, em tais "tertúlias", explicava em um papel as "retas e as curvas feitas pelo vôo dos corvos" que por ali passavam, para demonstrar que em breve os "ares" seriam dominados pelos "balões" feitos pelos homens, da mesma maneira que eram dominados pelos "pássaros". Dessa forma, Augusto Severo, lembrava José Augusto, projetava o seu sonhado Pax. "Seria aquilo possível? E se o homem se desprendesse das alturas? Não estaria louco aquele professor de matemática que com tanto ardor e com tanto entusiasmo

estava a sonhar com o domínio do ar? Essas inquietações perturbavam-lhe sua imaginação juvenil.⁷⁰

No Atheneu, fazendo o ginásio preparatório, destacou-se pelo rigor nos deveres escolares, assim como na liderança estudantil, promovendo entre os estudantes "*tertúlias literárias e sociais*". Em virtude do bom aproveitamento acadêmico seu nome figurava em destaques, como era de costume, nas páginas do Jornal A República.⁷¹ Dentre os professores de José Augusto destacavam-se Hermógenes Joaquim Barbosa Tinóco, professor de francês formado em Paris; João Tibúrcio, professor de latim e de língua portuguesa, que sabia recitar por inteiro "Os Lusíadas", e o Dr. Manoel Segundo Wanderley, professor de física, química e história natural.

Seguindo as representações dos seus antepassados próximos, José Augusto em 1901, com 16 anos de idade, começou a freqüentar a Faculdade de Direito do Recife, continuadora, segundo Gilberto Freire, do Curso de Ciências Sociais e Jurídicas, fundada em Olinda no Mosteiro de São Bento em 1827. Ali se formaram os padres liberais que fizeram a revolução republicana de 1817 com influência no Nordeste, mantendo, portanto, a tradição dos modelos universitários seguidos em Coimbra. Viria a ser mais tarde conhecida mais como Academia do que como Faculdade. Os professores eram tratados como "*Lentes, Mestres ou mesmo Catedráticos*". E os estudantes, recebiam o tratamento de "*Acadêmico*".⁷²

Não deixou de ter sido fascinante a experiência de acadêmico na Faculdade de Direito, com repercussões na formação intelectual e liberal de José Augusto. A história da Faculdade nesse período se firma, segundo declara Nilo Pereira, como "*vanguardeira de idéias e centro de debates e controvérsias*", principalmente depois que Tobias Barreto "*lançou à mocidade acadêmica um*

programa de renovação ultrapassando os preceitos da Metafísica e do Direito Natural, agitando as *"inteligências jovens"*.⁷³

Em Olinda era de algum modo a tradição de Coimbra que se reeditava. No Recife, como lembra Nilo Pereira, as transformações da época alcançam maior *"ressonância"* e *"sacodem"* os mestres e acadêmicos da então chamada Escola do Recife. E em virtude de seu ímpeto renovador, o que se passava na Europa lá chegava pelos catedráticos do Direito e, pelos jornalistas que geralmente eram os mesmos, *"se irradiava para a imprensa"*.⁷⁴

Lembrava José Augusto que, ao cursar Direito no Recife (1901-1905), encontrou ainda alguns dos mestres inclinados para o *"positivismo"*, outros para o *"materialismo darwinista"*, e outros ainda, a maioria, sem dúvida adeptos do *"evolucionismo spenceriano"*.⁷⁵

A geração de José Augusto, antecedida pela geração de Diógenes da Nóbrega, Manoel Dantas e Janúncio da Nóbrega, entre outros caicoenses, moveu-se em torno da ansiedade intelectual que era o espaço cultural da chamada Escola do Recife, ambas deslumbradas pelo pensamento jurídico-filosófico nacional de Tobias Barreto e de seus seguidores. Uma e outra geração *"fremia"*, no dizer de Mauro Mota, sob o *"impulso das lutas republicanas, democráticas, abolicionistas e liberais"*.⁷⁶

Ultrapassada a campanha abolicionista com a libertação dos escravos, a do combate à Monarquia, com a Proclamação da República, o que congregava, portanto, as energias oposicionistas dos acadêmicos da Escola do Recife, à época de José Augusto, era principalmente, conforme ele próprio, o *"combate às oligarquias"* que se *"consolidavam e se perpetuavam"* no domínio *"hegemônico"* dos Estados, apoiadas nas *"eleições de bico de pena"* e na

chamada "*política dos governadores*", preconizada pelo Presidente Campos Sales. Apesar dos laços sanguíneos de alguns dos acadêmicos com tais oligarquias, ou mesmo pertencerem a famílias que consolidavam o poder das mesmas nos seus respectivos Estados, como era o caso de José Augusto, mas aos olhos daquela geração, tais oligarquias, "*padeciam do vício de serem a negação dos princípios democráticos e republicanos*".⁷⁷

No Combate às oligarquias, tal geração acadêmica não perdia a oportunidade para protestar e brandir. E assim se comportaram quando, por ocasião das eleições para Presidente da República, em 1905, lançaram através de um Manifesto endereçado à Nação Brasileira (publicado no "Jornal Pequeno" de 27 de maio de 1905), o apoio à candidatura do então Senador Lauro Sodré na sucessão presidencial. Esse Manifesto foi redigido por José Augusto por incumbência da assembléia do corpo discente da Faculdade de Direito do Recife.⁷⁸ Vê-se, em José Augusto, uma busca de identificação com as representações dos antepassados caicoenses que ali estudaram. Nesse sentido, como Janúncio da Nóbrega, procurou tornar-se líder da sua geração acadêmica.

A feição oligárquica dos Estados e da nação, levou José Augusto a tomar parte em outros movimentos políticos que extrapolavam os originados no meio acadêmico. Participou, durante certo tempo, de reuniões com um grupo de militantes de esquerda, sob a presidência do Dr. Aristarco Lopes, "*prócer eminente da oposição pernambucana*", e ao lado de Trajano Chacon, Telésforo de Almeida, Dias Parede e outros mais, em que queriam "*regenerar por qualquer meio ou processo a política brasileira*". Também participou, em 1903, de uma campanha em favor das vítimas flageladas pela seca dos Estados do Nordeste, sob a presidência do Dr. Gervásio Fioravanti, lente de Direito Criminal. Como representante da Comissão Central, José Augusto foi o eleito para redigir um Manifesto ao

Congresso Nacional, solicitando a votação de um Projeto de Lei por parte dos Deputados e Senadores, *"que viesse prontamente resolver o problema da seca no Nordeste da República"*.⁷⁹ Dessa forma, considerou os movimentos, dos quais participou como acadêmico de Direito, como *"precursores de uma luta política pela regeneração do país, mas todos pouco férteis em resultados objetivos"*.⁸⁰

Mas a vida de acadêmico o atraía: a frequência às aulas, as sabatinas, o gosto pela aprendizagem dos conhecimentos jurídicos, os compromissos enquanto líder e representante dos estudantes de Direito.⁸¹ As atividades de ordem cultural também exerciam sedução em José Augusto e à mocidade acadêmica da chamada Escola do Recife. E nesse domínio escreviam em jornais, fundavam revistas, como a Exedra, organizavam grêmios e Oficina Literária como a Oficina Literária José Isidoro Martins Júnior (após sua morte). A rigor, como bem definiu Gramsci, os grupos sociais mais importantes recebem na escola, enquanto instituição de formação das camadas de intelectuais de diversos níveis, *"elaborações mais amplas e complexas em ligação com os grupos sociais mais importantes"*.⁸²

Nesse sentido, a convite do tio Manoel Dantas, redator-chefe d'A República, José Augusto, ainda no segundo ano de Direito, passou a colaborar nesse Jornal, com uma série de artigos intitulados "Cartas do Recife," sobre A Revisão da Constituição. Em tais artigos, insistia na necessidade imediata de uma revisão do "Estatuto Básico da Nação", pois, enquanto "cópia" da Constituição dos Estados Unidos, *"tornou-se estranha ao povo brasileiro"*. E afirmava que, ao contrário do que sucedeu com aquela, a brasileira vinha produzindo *"na prática os mais nefastos resultados, sofrendo violações contínuas por parte dos poderes federais e de autoridades estaduais"*. Em vista de tais violações, argumentava que jornais como O País e o Correio da Manhã; publicistas e formadores de opinião,

como Rui Barbosa, Bocaiúva, Lauro Sodré, Sílvio Romero, José do Patrocínio, entre outros, são todos adeptos à idéia da revisão da Constituição; entretanto, querem a conservação da federação. Nesse sentido, federação no Brasil já constituía, segundo José Augusto, "*uma verdade histórica*".⁶³

Dentre seus professores, destacava-se para ele Clóvis Beviláqua, possuidor de uma cultura jurídica, crítico, filósofo, jurista e seguidor das idéias de Tobias Barreto. Beviláqua era considerado por ele como a "*força plasmadora de sua formação espiritual, ética e cívica*".⁶⁴ Reverenciado e sempre aclamado pelos seus discípulos em virtude da vastidão dos seus conhecimentos e de sua formação intelectual e moral, Beviláqua foi o mestre escolhido na assembléia dos bacharelados de 1905 para ser o paraninfo nas comemorações de colação de grau, assim como José Augusto, na condição de líder, foi o acadêmico designado pela mesma assembléia para ser o orador de sua turma concluinte.

A Escola do Recife, Clóvis Beviláqua e os movimentos de rebeldia política despertaram em José Augusto suas convicções rumo aos ideais liberais, assim como aprofundaram ainda mais o gosto pela política. Concluídos os estudos jurídicos, o seu sonho maior era viver a concretização da representação que as Escolas de Direito são em todos os tempos, por todo os lugares; a instituição principal de preparação dos políticos e de formação de homens de Estado.

Em vista de tal representação, José Augusto, aos vinte e um anos de idade, retorna para Natal, onde pretendia realizar a trajetória política e intelectual seguida pelos seus antepassados. Queria enfim viver, desde então, a sua condição de herdeiro político do Senador José Bernardo. E por onde começar foi sua grande dúvida e aflição.

2.3 O destino a ser perseguido

Em Natal, José Augusto voltou a morar com o tio Manoel Dantas, na época, professor do Atheneu Norte-Rio-Grandense redator-chefe do Jornal A República (lugar então de encontro dos intelectuais e políticos), advogado e sempre ligado à organização da cultura e aos movimentos intelectuais da capital. Era Governador do Rio Grande do Norte o Dr. Augusto Tavares de Lira, primo e genro do então Senador Pedro Velho, que no rodízio da oligarquia Maranhão sucedia o Dr. Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, no governo do Estado.

Dadas as relações políticas do Senador José Bernardo com Pedro Velho e com a "*política pedrovelhista*", apesar dos "*rompimentos*" no passado, José Augusto conseguiu o seu primeiro emprego. Iria, por ato oficial do Governador Dr. Augusto de Tavares Lira, substituir interinamente o Padre José Calazans Pinheiro na cadeira de lente de História Geral do Atheneu Norte-Rio-Grandense, onde antes havia feito seus estudos preparatórios.⁸⁵ Também passou a atuar no exercício da profissão de advogado. A República, de 04 de maio de 1906, trazia o anúncio do redator-chefe Manoel Dantas, informando aos seus "*numerosos clientes*" que aceitara em sua "*banca de advocacia*", funcionando na redação d'A República, o "*talentoso*" colega Dr. José Augusto. Passou aceitar José Augusto "*qualquer causa jurídica verbal ou por escrito, tanto na capital quanto nos municípios servidos por estradas de ferro*".⁸⁶

A vontade de ser um homem de Estado e herdeiro de José Bernardo, era a representação a ser perseguida por José Augusto. Mas que itinerário seguir? Pretendia desde então alcançar o "destino" almejado pelos familiares para si. O caminho era a renúncia aos ideais políticos proclamados na época de acadêmico

na Escola do Recife como, por exemplo, o combate às oligarquias, como parte de sua socialização secundária. Que fazer diante do discurso cívico movido por uma rebeldia política à época de acadêmico e a vontade ambiciosa de tornar-se um homem de Estado? José Augusto abdicou da primeira opção e preparou-se para seguir as representações primárias interiorizadas por todos os seus familiares e por ele, acima de tudo. Enfim, queria ser o herdeiro político do avô José Bernardo, no Seridó e em todo o Rio Grande do Norte.

A literatura pesquisada registra que a socialização primária tem em geral para o indivíduo o *"valor mais importante que a socialização secundária subsequente"*. Há uma maior identificação entre os *"papéis atribuídos, valores e outros significativos particulares"*, no estágio primeiro de socialização. Trata-se, para o indivíduo, de um processo que implica em uma *"identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada"*. Por conseguinte, enquanto na socialização primária as aprendizagens interiorizadas são *"básicas"*, as adquiridas na socialização secundária são geralmente *"parciais"* e, por isso, *"mais facilmente colocadas entre parênteses"*.⁸⁷

Nessa busca de realização das representações políticas, cheia de conflitos, ambições e de ter posto entre parênteses alguns aspectos objetivos de sua socialização secundária, José Augusto recebeu o convite de Dr. Augusto Tavares de Lira, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Governo do Presidente Affonso Pena, para ser Inspetor Federal do Colégio Abílio Borges, no Rio de Janeiro. Analisando essa passagem na vida de José Augusto, Dioclécio Dantas lembra que Pedro Velho vendo em José Augusto, como também viram os Nóbrega, um *"perigoso competidor, apressou-se em afastá-lo maliciosamente do Estado"*, sugerindo a Tavares de Lira para *"conseguir-lhe um emprego no Rio de Janeiro"*.⁸⁸ Prontamente aceitando o convite do Ministro Tavares de Lira, José

Augusto exonerou-se, em abril de 1907, da função interina de professor de História Geral do Atheneu, para assumir a nova função de Inspetor Federal do Colégio Abílio, no Rio de Janeiro.

O emprego de Inspetor Federal não correspondeu às suas aspirações intelectuais e muito menos às suas ambições políticas. Percebendo a trama política de Pedro Velho e Tavares de Lira, José Augusto pediu demissão do emprego federal no Rio e regressou, em março de 1908, para o Rio Grande do Norte. A morte súbita de Pedro Velho (9/12/1907) abriu novos horizontes em torno de suas representações de vir a tornar-se um homem de Estado.

No Rio de Janeiro, distante do convívio político e intelectual do ambiente potiguar, José Augusto passou a ser um assíduo *"freqüentador de livrarias e um leitor insaciável"*. A leitura dos clássicos franceses tornou-se sua grande paixão. O poeta de sua predileção foi Vitor Hugo, o romancista Zola, o historiador Taine; os tribunos de sua admiração e que procurou lê-los foram: Mirabeau, Lamartine e Lacordaire, Gambetta, Thiers, Ferry, Rousseau, Jaurés e Poincaré.⁸⁹ Ainda no Rio de Janeiro, passou a freqüentar aos domingos o templo positivista da rua Benjamin Constant, para assistir às pregações de Teixeira Mendes. Recordando essa experiência, assim dizia: *"apesar de não ter eu cultura bastante para acompanhar aquele poço de erudição, foi ele metendo pela minha cabeça as suas idéias"*.⁹⁰

A morte de Pedro Velho, em 1907, levou de imediato o irmão Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão a assumir o comando da oligarquia Maranhão. Nesse sentido, em março de 1908, tomou posse no governo do Estado para exercer o seu segundo mandato. Ainda em abril, José Augusto era designado pelo então Governador Alberto Maranhão, de espírito liberal, fidalgo, conhecido

como o Mecenas das letras potiguares, pela sua paixão pelas artes em geral e a música em particular, para exercer mais uma vez as funções de lente na cadeira de Geografia e de História Geral, no Atheneu Norte-Rio-Grandense.

O programa político do Governador Alberto Maranhão priorizou as realizações no campo cultural e industrial e a arquitetura urbanística de Natal. Para isso, o Governador fez um empréstimo de cinco mil contos de réis em 1908, junto ao governo francês, com o prazo de trinta e sete anos para pagamento, o que permitiu, segundo Francisco das Chagas Pereira, *"a realização de uma administração progressista e moderna, principalmente na capital sobre o interior"*.⁹¹ Criou, a Escola de Música destinada ao ensino de literatura musical, estética e belas artes. Convidou o Arquiteto Mineiro Herculano Ramos para artisticamente fazer a reconstrução do Teatro Carlos Gomes (hoje, Alberto Maranhão) e a balustrada da Av. Junqueira Aires. Para a Orquestra do Teatro vieram de fora do Estado os principais músicos. As Companhias de Teatro começaram a incluir Natal no itinerário de suas apresentações. Surgiram as entidades literárias, artísticas e dramáticas, com suas respectivas revistas e jornais. Os artistas locais como Henrique Castriciano e Segundo Vanderley, Francisco Ivo, Jorge Fernandes e Ezequiel Wanderley também atraíam grande público para as peças de sua autoria. O Estado passou a custear, por meio de uma Lei Estadual (Lei n.145/1900), a publicação de livros de literatura e ciência, possivelmente a única no Brasil. Edificou ainda em Natal os grupos escolares Frei Miguelinho e Augusto Severo, em conformidade com uma proposta pedagógica moderna.⁹²

Deslumbrado com o clima cultural e modernizador de Natal, José Augusto tornou-se mais que um professor de História Geral ou Geografia, conforme seu ex-aluno, Dioclécio Dantas Duarte. Associado a esse movimento e com objetivos políticos, costumava José Augusto, segundo esse Autor e seu ex-

aluno, promover nos Centros Estudantis reuniões literárias, debates sobre temas de maior importância social para aquele momento histórico, como o "voto feminino", "igualdade do homem e da mulher", "direitos dos trabalhadores", "socialismo, parlamentarismo e o presidencialismo", "origem das espécies nos conceitos de Darwin e Hekel e o determinismo e a influência do ambiente na formação moral dos indivíduos", temas esses que despertavam, segundo o Autor, a "curiosidade dos estudantes ávidos em aprender e debater". Para despertar o interesse intelectual dos alunos por leituras dos clássicos, indicava e emprestava livros, orientando as leituras e fazendo críticas. Aos seus ensinamentos, conforme Dioclécio Duarte, devemos o conhecimento dos estudos de "Edmont Demoulin, onde o sociólogo francês mostra a superioridade dos anglo-saxões, depois de longa observação nos estabelecimentos pedagógicos da Inglaterra". Ainda mais, com o objetivo de estimular o debate jornalístico entre os alunos, motivou a publicação do periódico "O Estudante", sob sua direção, no qual Amphilóquio Câmara, Cícero Aranha, Kerginaldo Cavalcante e o próprio Dioclécio Dantas, entre outros, figuravam como os primeiros redatores. Dessa forma, acrescentava Dioclécio Dantas, José Augusto conquistava o prestígio político no seio da mocidade estudantil.⁸³

Aos poucos, José Augusto foi conquistando não só espaço entre os estudantes, mas também na imprensa para publicar seus artigos sobre temas do Direito,⁸⁴ da mesma maneira em que procurava ampliar seus espaços nas hostes do governo de Alberto Maranhão. Assim, em março de 1909, o governador Alberto Maranhão indicava José Augusto para exercer interinamente o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, no lugar do Dr. Francisco Pinto de Abreu. Aos poucos as realizações avançavam em direção de suas representações

políticas. Faltava agora tornar-se mais conhecido no interior do Estado, principalmente, no Seridó. O que começou a acontecer.

Na interinidade como Diretor Geral da Instrução Pública consentida pelo Governador Alberto Maranhão, José Augusto foi designado para inaugurar solenemente, em Caicó, o Grupo Escolar "Senador Guerra", a funcionar na sede da prefeitura do município (denominada de intendência na época), com uma classe masculina, outra feminina e uma infantil mista.⁸⁵ Assim como os Grupos Escolares Almino Affonso, em Martins, Tomás de Araújo em Acari e Trinta de Setembro, em Mossoró. Acabado o programa de inaugurações de Grupos Escolares no interior do Estado, José Augusto reassumiu as funções de professor das cadeiras de Geografia e História Geral. No clima de "*belle époque*" do governo modernista de Alberto Maranhão, em Natal, os contemporâneos de José Augusto, associados a um programa de reformas no campo da cultura e da educação, enquanto forças inovadoras da cidade e "*representantes*" de um tempo moderno, tornaram-se protagonistas de toda uma criação literária, poética e jornalística. Assim, na literatura destacou-se o romance de Antônio José de Melo e Souza (pseudônimo de Policarpo Feitosa); a poesia se propagava nos versos e nas rimas de Auta de Sousa (irmã de Henrique Castriciano), Lourival Açucena, José Gotardo Neto, Ferreira Itajubá, Jorge Fernandes e Henrique Castriciano que, além de poeta, era político, escritor e educador. Assim testemunha Edgar Barbosa sobre o clima de "*belle époque*" do governo de Alberto Maranhão: "*o Teatro, o Conservatório, a poesia selvagem de Itajubá, as rimas de Gotardo e de Ivo Filho, floresceram sob o estímulo do chefe de governo, ele próprio cultor entusiasta da música. Todo esse interesse pelas manifestações da cultura e todo esse amor à beleza, que imprimiram um fulgor helênico à vida política de Alberto Maranhão, se devem, na sua melhor parte, ao influxo de Henrique Castriciano*".⁸⁶

Na atividade jornalística, Manoel Dantas foi a expressão intelectual mais representativa. Contava ele com uma experiência que vinha do período Imperial "d' O Povo." E nos primeiros anos da República nos jornais "Diário de Natal" e "O Estado." Na redação d'A República, onde trabalhou sem interrupção de 1897 a 1924 (quando faleceu), foi o grande empreendedor de sua transformação em um jornal diário. A República foi a grande "escola de jornalismo" de intelectuais e políticos como Pedro Velho, Eloi de Sousa (irmão de Henrique Castriciano e Auta de Sousa), Antônio José de Sousa (Policarpo Feitosa), Tavares de Lira, Alberto Maranhão, Juvenal Lamartine, José Augusto, entre outros. Ademais, Manoel Dantas foi uma espécie de mestre para quase todos aqueles que passaram pela redação "d'A República", especialmente José Augusto. O estilo literário e as representações de José Augusto são reveladores, em parte, do estilo e das representações de Manoel Dantas. No longínquo 1889 "n'O Povo", os artigos de Manoel Dantas voltavam-se para a questão da educação para todos. Além da defesa da educação da mulher e do adulto.

O jornalismo desse tempo absorvia o espírito literário e poético da cidade. Não só atento ao que as vanguardas jornalísticas e artísticas anunciavam mundialmente, e que aqui chegavam na forma de impressos, através dos navios de rotas internacionais que atracavam com freqüência no porto de Natal, Manoel Dantas, fez publicar em 05 de junho de 1909 "n'A República", quatro meses após publicação do "Manifesto do Futurismo" na Itália, veiculado pelo jornal "Le Figaro", uma tradução desse Manifesto, "possivelmente a primeira no Brasil".⁹⁷ No mesmo ano, criou fama uma "Conferência" proferida por Manoel Dantas, no salão de honra do Palácio do Governo, cujo título era "Natal daqui a cinquenta anos". A Conferência esboçava uma fantástica antevisão de futuro moderno que estaria reservado a Natal, a partir dos anos 50. "Natal como rainha das dunãs" deverá

possuir uma "estação monumental da Praça Augusto Severo que será cortada pela "estrada de ferro transcontinental com seus trens partindo de Londres, passando pelo canal da Mancha, percorrendo a Europa, o norte da Ásia, atravessando o estreito de Behering, cortando a América do Norte, galgando em cima dos Andes, descendo pelos campos de Mato Grosso e Goiás, seguindo o vale de S. Francisco, pairando sobre a Cachoeira de Paulo Afonso" e terminando essa estrada em Natal. O ponto de atração dessa gente cosmopolita são "os morros e as dunas alvas".⁸⁸

José Augusto foi partícipe desses movimentos intelectuais e literários enquanto admirador e identificado com os mesmos. Mas, sua participação mais intensiva ocorreu no campo da educação, dentro do programa de reformas culturais e morais do Governo de Alberto Maranhão, que atingia os estratos médios e altos de Natal. Ao lado de Manoel Dantas, entre outros intelectuais e políticos, como o próprio Governador Alberto Maranhão, foi um dos signatários da criação da Liga de Ensino (1911) e da fundação da Escola Doméstica (1914), sob a iniciativa do seu principal empreendedor, Henrique Castriciano. Organizado o primeiro Conselho Administrativo da Liga de Ensino, José Augusto figurou como Bibliotecário; Meira e Sá, Presidente; Coronel Fabrício Maranhão, Vice-Presidente; e Henrique Castriciano, Secretário. Na defesa da Liga de Ensino, José Augusto tornou-se um dos publicistas entusiastas. Escreveu n'A República artigos sobre os objetivos da Liga, destinada a voltar-se para a educação da mulher,⁸⁹ e como professor do Atheneu fazia a propaganda, através de folhetos impressos, nas sessões do Centro Acadêmico dos estudantes, onde tinha o assento de vice-presidente honorário.

A sua disposição quase obsessiva na direção de suas representações de ser um homem de Estado e de se tornar o herdeiro de José

Bernardo levou-o a filiar-se ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. Em janeiro de 1912, José Augusto retornava ao cargo de Diretor Interino do Atheneu. Nessa interinidade representou mais uma vez o Governador na inauguração do Grupo Escolar Ferreira Pinto na cidade do Apody, assim como empossou os respectivos professores. Ainda em março, solicitou exoneração da função de lente e de diretor do Atheneu para aceitar, por nomeação do Governador Alberto Maranhão, o cargo de Juiz de Direito na Comarca de Caicó. O jornal "A República," de 29 de março, felicitava José Augusto pela "*honrosa designação que acabava de merecer em boa hora do Governador Alberto Maranhão, habituado a reconhecer e premiar os que têm mérito*".¹⁰⁰

Em Caicó, como Juiz de Direito, José Augusto ficou pelo período de pouco mais de um ano (29/03/1912 a 14/04/1913). Exonerado a pedido, também a pedido foi nomeado como Chefe de Polícia em Comissão nos Municípios do Interior do Estado, cargo em que ficou menos de dois meses (14/04/1913 a 09/06/1913). Em setembro desse mesmo ano, em virtude das eleições para Governador, Deputados e Intendentes, José Augusto foi candidato a Deputado do Congresso Legislativo do Estado pelo Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte para o triênio de 1913 a 1915. Eleito, somente permaneceu por curtíssimo período (28/10/1913 a 15/01/1914), quando se licenciou para assumir a função de Secretário-Geral do Governo de Ferreira Chaves.

(No cargo de Juiz de Direito, José Augusto ficou o tempo suficiente para manter contatos e conquistar o apoio político de fazendeiros ligados à produção e ao comércio do algodão, portanto, lideranças e chefes políticos locais como as dos Coronéis Joaquim Martiniano (Caicó); Joel Damasceno (Caicó); Felinto Elísio (Jardim do Seridó); Clementino de Faria (Serra Negra); José Bezerra de Araújo Galvão (Currais Novos, irmão de Silvino Bezerra); Silvino Bezerra de

Araújo Galvão (Acari). O exercício do "comando" político do Seridó encontrava-se, desde a morte do Senador José Bernardo, sob a influência do Deputado Federal Juvenal Lamartine, filho do Coronel Clementino Faria que, morando no Rio de Janeiro, estava sempre ausente das bases eleitorais. Além do mais, o Seridó ressurgia naquele momento como espaço econômico emergente da produção algodoeira face à demanda da indústria têxtil inglesa. Com os olhos voltados para essa realidade, José Augusto investia cada vez mais na representação de herdeiro político de José Bernardo

A aproximação das eleições estaduais, de 1913, para escolher o sucessor do Governador Alberto Maranhão, trouxe ao Estado competidores e concorrentes inesperados. O Brasil estava dominado pelo movimento de "*salvação nacional*",¹⁰¹ com a participação direta de militares de Exército, contando com a tolerância do governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). No Norte e Nordeste esse movimento era conhecido como "*salvação do norte*". No Rio Grande do Norte o líder da "*salvação*" foi o norte-rio-grandense Capitão José da Penha Alves de Sousa (1875-1914), Deputado Estadual pelo Ceará, mas filho de uma importante família da cidade de Angicos (RN) e que, com seu prestígio de Oficial do Exército e por ter morado no Rio de Janeiro, era "*amigo dos filhos do então Presidente da República, especialmente do Tenente Leônidas Hermes da Fonseca*".¹⁰²

Orador agressivo, vibrante e audacioso na campanha contra a oligarquia Maranhão, José da Penha, segundo o historiador Itamar de Sousa, logo recebeu milhares de adesões da capital e do interior.¹⁰³ Cumprindo orientação do então Palácio do Catete, José da Penha lançou o nome do Tenente Leônidas Hermes da Fonseca como candidato oposicionista ao governo às eleições estaduais; entretanto, sem domicílio eleitoral no Estado, sequer veio participar da

campanha "salvacionista", apesar dos insistentes pedidos de José da Penha. No entanto, por interferência política, principalmente do General José Gomes Pinheiro Machado, junto ao Governo de Hermes da Fonseca, "líder" de todas as oligarquias estaduais, o Presidente resolveu que, "*por interesse da paz do Estado, a candidatura do filho teria o grande inconveniente de ser descendente do Presidente*".¹⁰⁴ A partir de então, segundo Itamar de Sousa, José da Penha percebeu que a idéia de "salvação" do Rio Grande do Norte, forjada por ele, os filhos e esposa do Marechal Presidente e conseqüentemente com seu aval, havia "sucumbido" diante da "*influência do caudilho gaúcho que tinha o controle da política nacional*". Antes de retornar ao Ceará, José da Penha "*recomendou ao eleitorado penhista que se abstivesse de votar nas eleições para o Governo do Rio Grande do Norte*". Mesmo assim, o Senador Ferreira Chaves foi eleito com 62,4% dos votos.¹⁰⁵

E o que fez José Augusto nesse ano eleitoral de 1913 face ao seu desejo de tornar-se um homem de Estado, além de herdeiro de José Bernardo? Esse fascínio pelo poder político não o impediu, ainda no cargo de Juiz de Direito de Caicó, de viajar para a capital federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de articular a candidatura do Senador Joaquim Ferreira Chaves Filho, então primeiro Secretário do Senado, para o Governo do Estado. Possuidor de uma "*personalidade autoritária*",¹⁰⁶ Ferreira Chaves havia participado da Junta Governativa que respondeu pelo Governo do Estado no curto espaço de 1891-1892, após a deposição e prisão de Miguel de Nascimento de Castro, levada a efeito principalmente por Pedro Velho e José Bernardo. Também havia governado o Rio Grande do Norte no período 1896 -1900.

A viagem de José Augusto ao Rio de Janeiro foi articulada pelo Deputado Federal Juvenal Lamartine, para tratar com o Senador Pinheiro

Machado a sucessão governamental no Estado, e não pelo Governador Alberto Maranhão, como colocou Spinelli Lindoso em sua dissertação de mestrado.¹⁰⁷ Pois, para tratar sobre a sucessão no Estado, o Governador Alberto Maranhão contava com a presença no Rio de Janeiro do então Senador Tavares de Lira, pertencente à mesma agremiação política de Pinheiro Machado, isto é, o Partido Republicano Conservador (PRC), em cuja orientação política se filiava o Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte.

A apresentação de José Augusto ao "*líder*" da política nacional oligárquica, Pinheiro Machado, feita pelo Deputado Federal seridoense Juvenal Lamartine, teve o objetivo de ressaltar, conforme Dinarte Mariz, a "*condição de José Augusto de ser neto e o herdeiro político do Senador José Bernardo de Medeiros, que havia sido amigo pessoal de Pinheiro Machado durante o tempo em que ambos estiveram no Senado*".¹⁰⁸ Nesse sentido, Lamartine e José Augusto, representando a facção oligárquica seridoense ligada à produção e ao comércio do algodão, ressaltaram o interesse dessa facção, quanto à candidatura do Senador Ferreira Chaves ao governo do Estado. Pretendiam levar a efeito, conforme os interesses das oligarquias seridoenses que representavam, a operação de "*apartar o sangue*" (expressão do próprio Pedro Velho), indicando um nome ao governo do Estado fora da oligarquia Maranhão, oportunidade em que as seridoenses resgatariam o prestígio político, abalado desde a época do domínio do "pedrovelhismo" na "hegemonia" da política do Rio Grande do Norte.

Em vista dos argumentos políticos e econômicos de José Augusto e Juvenal Lamartine, Pinheiro Machado não hesitou em se decidir em favor do Senador Ferreira Chaves. Assim, a família Maranhão, que já contava com o nome de Tavares de Lira para suceder o Governador Alberto Maranhão, mandou um representante da família procurar o Senador Pinheiro Machado, possivelmente o

próprio Tavares de Lira, para tratar de "rever o nome de Ferreira Chaves na disputa sucessória". Arrogante e decidido, a resposta de Pinheiro Machado, conforme Dinarte Mariz, ao enviado da família Maranhão foi a de "vamos separar o sangue desta vez, levando Chaves ao governo do Estado".¹⁰⁹

Retornando ao Rio Grande do Norte, José Augusto, como o legítimo articulador da candidatura "governista" de Ferreira Chaves, foi um dos organizadores, em Natal, da Liga Masculina Pró-Chaves, ao lado da poetisa Palmyra Wanderley, responsável pela Liga Feminina Pró-Chaves. Todavia, a chegada inesperada de José da Penha com a pregação antioligárquica, enquanto conteúdo ideológico do movimento de "salvação nacional", despertou o entusiasmo popular e levou a organização da população também em Ligas: como a "Liga Antioligárquica J. da Penha, em Natal" e a "Liga Feminina Pró-J. da Penha" em todos os municípios de maior densidade populacional. No entanto, como destacou o historiador Itamar de Sousa, apesar de as mulheres não terem ainda o direito de votar, quase a totalidade das "Ligas Pró- J. da Penha" era composta por mulheres, o que não aconteceu com as "Ligas Pró-Ferreira Chaves."¹¹⁰

A ampliação da campanha de José da Penha pelo interior potiguar levou a manifestações de radicalismo das duas facções em luta pelo poder. Trouxe José da Penha ao Estado uma campanha política diferente; pela primeira vez se promoveram concentrações e comícios públicos, com o povo cantando hinos exaltados, empunhando bandeiras vermelhas entre outros símbolos, o que continuava frequentemente em comícios partidários e policiais.

Com a ocorrência de tais episódios, José Augusto, entusiasta articulador e propagador da candidatura de Ferreira Chaves em todo o Rio Grande do Norte, resolveu pedir demissão do cargo de Juiz de Direito de Caicó para

assumir o cargo de Chefe de Polícia em Comissão nos Municípios do Interior do Estado (14/04/1913 a 09/06/1913). No entanto, no curto período em que esteve como Chefe de Polícia do Interior, José Augusto praticamente dedicou os serviços policiais de sua responsabilidade em prol da companhia de Chaves e aliados, a exemplo dele próprio, como candidato a Deputado pelo Congresso Legislativo. Pode-se constatar isso, principalmente no momento de sua visita ao interior sertanejo do Estado, em uma penosa peregrinação para José Augusto com seus 29 anos de idade, e mais ainda, para o candidato Ferreira Chaves com seus 61 anos, quando tiveram de percorrer centenas de quilômetros usando cavalos, barcos e liteiras (espécie de carruagem conduzida por dois cavalos mansos e possantes).¹¹¹ O Jornal "A República" procurou "registrar o esforço batalhador" de José Augusto, como Chefe de Polícia do Interior, "em prol da grande causa popular da eleição do candidato Ferreira Chaves".¹¹²

Eleito sem concorrente com 62,4% do total dos votos, (Ferreira Chaves governou de 1914 a 1920. Nesse segundo mandato, com sua aqüiescência, José Augusto, seu Secretário-Geral, foi o principal responsável pela escolha dos auxiliares do Governador e da elaboração do Plano de Governo. Assim, Ferreira Chaves, auxiliado por José Augusto dedicou-se a montar seu próprio esquema de sustentação e a desarticular as bases políticas da oligarquia Maranhão.

Aproveitou Ferreira Chaves o ensejo da reforma da legislação eleitoral, promovida pelo Governo Federal, em setembro de 1916, para imediatamente regulamentar o serviço eleitoral do Estado (através da Lei de n. 398, de 24 de novembro de 1916), estabelecendo, portanto, os princípios de inelegibilidade para as próximas eleições estaduais. Entre outras disposições, essa regulamentação tornou inelegíveis para o cargo de Governador, além do

candidato que havia exercido o mandato no período anterior, os parentes consangüíneos e afins até o terceiro grau. Ainda no âmbito dessa reforma, criou o cargo de vice-governador e reduziu o mandato de governador a quatro anos.¹¹³

Sem dúvida, a obra marcante do governo Ferreira Chaves foi a construção da Estrada de Automóveis do Seridó, começando em Macaíba e se prolongando até Santa Cruz, cuja finalidade voltou-se sobretudo à circulação da mercadoria algodão. Margeando tal estrada, foi instalada uma linha telefônica, graças à intervenção de Tavares de Lira, que era o então Ministro da Viação e Obras Públicas. Por ocasião da grande seca de 1915 e 1919 o Governo Federal, para dar trabalho aos chamados flagelados da seca, ordenou o prolongamento desta rodovia de Santa Cruz para Currais Novos, através da recém-criada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), substituída depois pela denominação de Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (DNOCS).¹¹⁴ Interessa ressaltar que tanto a IFOCS como o DNOCS, representaram, nos seus primórdios, principalmente a IFOCS daquela época, segundo Francisco de Oliveira, alguma medida de esforço racionalizador notável. Através de seu quadro de especialistas (engenheiros, agrônomos, botânicos, geólogos, hidrólogos e pedalogista), procurou avançar no "*conhecimento físico do Nordeste semi-árido, de suas potencialidades e limites de solo*", água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies. Mas não *houve* segundo o Autor, "*qualquer estudo de sua estrutura sócio-econômica*".¹¹⁵

Com Ferreira Chaves no poder, o centro da política econômica estadual começou a deslocar-se da zona litorânea (ou açucareiro-têxtil) para a zona sertaneja do Seridó, algodoeiro-pecuária. Esse modo de agir político de Chaves, continuado pelo governo seguinte de Dr. Antônio de Souza e de José Augusto, teve como pressuposto a crise da economia açucareira no "*mercado*

nacional', em face do deslocamento da competição inter-imperialista que centrou sua disputa na apropriação e controle da produção do açúcar no Caribe, ao mesmo tempo em que o algodão, especialmente o algodão de fibra longa, conhecido no sertão pelo nome de algodão mocó ou seridó, ressurgia gradualmente como novo pólo da economia nordestina e potiguar, reiterado pela determinação e subordinação aos interesses externos do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano que, sem penetrarem na esfera de produção, apropriaram-se da esfera da comercialização da mercadoria.

Com a reorientação da política econômica do governo estadual em favor da atividade algodoeiro-pecuária, a decisão imediata de José Augusto na condição de herdeiro político de José Bernardo, como representante da facção oligárquica seridoense dominante, foi a de promover, como observou Dinarte Mariz, a rearticulação do "*sistema político do Seridó*", de qualquer forma já iniciada, quando fora Juiz de Direto de Caicó, em vista tanto da sustentação política do segundo Governo de Ferreira Chaves, quanto na expectativa de "*tornar-se o sucessor de Ferreira Chaves no Governo do Estado*".¹¹⁶

A par dessa realidade, o prestigiado Secretário-Geral e herdeiro político de José Bernardo, se colocou, antecipadamente, como o sucessor de Ferreira Chaves nas eleições para o Governo do Estado em 1920. Todavia, apesar dos remanescentes da oligarquia Maranhão não exercerem nenhum cargo no poder estadual, conservaram no entanto, até o final da Primeira República, postos eletivos, cargos e influência na política federal, a exemplo de Tavares de Lira que era então Ministro de Viação e Obras Públicas e Alberto Maranhão que exercia o mandato de Deputado Federal. Mas, conforme Dinarte Mariz, numa manobra hábil dos remanescentes da oligarquia Maranhão junto ao Governador Ferreira Chaves, impediram antecipadamente o nome de José Augusto para sucedê-lo, e exigiram

seu afastamento da *"convivência diuturna do Palácio e das confidências pessoais do governador, isolando-o na Capital Federal"*.¹¹⁷

O procedimento do Governador Ferreira Chaves, a serviço das manobras políticas dos remanescentes da oligarquia Maranhão, foi o de afastá-lo do cargo de Secretário-Geral de Governo, ao mesmo tempo em que indicou o seu nome como candidato a Deputado Federal nas eleições de 1914. Eleito, José Augusto foi residir no Rio de Janeiro. Assim, em meio a manobras hábeis e arditamente articuladas, foi forjada a destruição de um desejo obsessivo de José Augusto, em tornar-se o sucessor de Ferreira Chaves no Governo do Rio Grande do Norte nas eleições de 1920 e herdeiro político de José Bernardo em todo o Rio Grande do Norte. Tal desejo somente foi realizado em 1924. Nesse tempo em que ficou no Rio de Janeiro como Deputado Federal dedicou-se como educador militante à campanha de alfabetização e ao movimento de renovação da educação nacional.

NOTAS DO SEGUNDO CAPÍTULO

- 1 DISCURSO de Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. In: **Educação**. Rio de Janeiro, n. 49, p. 23-25, set. 1955. (Órgão da Associação Brasileira de Educação).
- 2 *Idem*, *ibidem*, p. 24.
- 3 Cf. José P. Fernandes & Luis G. M. Bezerra. **Relembrando o Passado - (Acari-RN)**. Niterói: Zoomgraf -K Ltda, 1980. Para esses autores, o prof. Manoel Augusto Bezerra de Araújo foi Chefe da Intendência do Acari (RN), no período de 1896 a 1898; e de 1899 a 1901, e Deputado da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte na segunda Legislatura republicana entre 1892 a 1894 e na quarta Legislatura de 1898 a 1900. Cf. também: Luís da Câmara Cascudo: **Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte: conclusões, pesquisas e documentários**. Natal: Fundação José Augusto, 1982. p. 277 a 280.
- 4 José Augusto. Discursos. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, maio, 1951. p. 2667.
- 5 Luís da Câmara Cascudo. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação. 1955. p. 96.
- 6 Olavo de Medeiros Filho. **Índios do Açu e do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984. p. 117 e p. 125.
- 7 *Idem*, *ibidem*, p. 125.
- 8 José Augusto. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954. p. 25 e p. 26.
- 9 Olavo de Medeiros Filho (1984) *Op. cit.*, p. 141 a 144.
- 10 Luís da Câmara Cascudo (1955) *Op. cit.*, p.52.
- 11 À época da instalação do Regimento de Cavalaria das Ordenanças do Seridó por volta de 1749, a atual cidade de Caicó, tinha a designação de Povoado do Caicó. Cf. Olavo de Medeiros Filho. *Op. Cit.*, (1984) p. 151.
- 12 Entre os nove primeiros Coronéis Comandantes do Regimento de Cavalaria das Ordenanças do Seridó nomeados no período compreendido entre 1749 a 1814, vamos encontrar, portanto, oito desses Coronéis e sesmeiros, como sendo os primeiros descendentes de José Augusto no território seridoense são eles: Alexandre Rodrigues da Cruz (1754-1757); Cipriano Lopes Galvão (o primeiro) (1757-1764); Tomás de Araújo Pereira (o primeiro) (1764-80); Caetano Dantas Corrêa (1780-1783); Cipriano Lopes Galvão (o segundo) (1783-1790); Antônio Garcia de Sá Barroso (1790-1793); Antonio da Silva e Souza (1793-1819); Manoel de Medeiros Rocha (1814-?). Olavo de M. Filho. *Op. cit.*, (1984) p. 151 e p. 153. A Capitania do Rio Grande era administrada inicialmente por um Capitão-Mor subalterno ao Governador Geral do Brasil. A partir de 1701, o Capitão-Mor da Capitania ficou administrativamente subalterno ao Governador da Capitania de Pernambuco. No entanto, judicialmente, a Capitania dependia da Paraíba. Essa forma administrativo-jurídica permaneceu até os acontecimentos revolucionários de 1817. Daí a informação desses Coronéis serem nomeados por patente do General de Pernambuco. Cf. Olavo de M. Filho (1984) *Op. cit.*, p. 152.
- 13 Olavo de M. Filho. **Árvore genealógica de costado**. (mimeog).

- 14 José Augusto(1954) *Op. cit.*, p.25 a 26 e p. 243.
- 15 Olavo de M. Filho. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981. p. 4.
- 16 Em termos de força-de-trabalho humana ocorreu no Seridó a predominância da utilização da mão-de-obra livre. Nesse sentido, a escravidão nunca foi fator essencial da estrutura social sertaneja. Cf. Denise M. Takeya. **Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985. p. 66. Segundo Câmara Cascudo, os escravos mandados para o sertão transformaram-se, por sua vez, em vaqueiros, cantadores aclamados e demubadores de touros. Ignorava-se no sertão o escravo faminto, surrado e coberto de cicratizes. *Op. cit.*, (1955) p. 44 a 45.
- 17 Manoel Dantas. **Homens de Out'ora**. Rio De Janeiro: Pongeti Editores, 1941. p. 18. Cf. também: Juvenal Lamartine. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965. p. 29 a 30.
- 18 Fernando de Azevedo. **A transmissão da cultura**. 5.ed. São Paulo: melhoramentos; Brasília: INL, 1976. p.18.
- 19 Rômulo de Carvalho. **História do ensino de Portugal, desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Caloriste Gulhenkian, 1986. p. 433.
- 20 Sobre o tipo de escola daquela época e o mestre-escola conferir: Juvenal Lamartine. *Op. cit.*, p. 37 a 38.
- 21 Rômulo de Carvalho. *Op. cit.*, p. 433.
- 22 Cf. Luís da Câmara Cascudo (1972) *Op. cit.*, p. 345. José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 262 a 268. José Melquiades. **Padre Francisco de Brito Guerra: um Senador do Império**. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1987. p. 39 a 47.
- 23 José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 262 a 269.
- 24 Idem, *Ibidem*, p. 271.
- 25 José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 227 e p. 270.
- 26 Sobre a Revolução de 1817 em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, consultar: Sérgio Buarque de Holanda (Org) **O Brasil Monárquico: o processo de emancipação**, 6.ed. São Paulo: Difel, 1985. t 2, v.1, cap.4, p.207 a 237; Rocha Pombo. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Porto: Renascença Portuguesa; Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921. (Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil - 1822-1922). p. 237 a 260. Câmara Cascudo. (1955) *Op. cit.*, p. 135 a 142. A. Tavares de Lira. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1921. p. 374 a 475. Isabel Gondim. **Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: tip. da Gasetta do Commercio, 1908. Sobre a Revolução Pernambucana de 1824 e os acontecimentos da Confederação do Equador consultar: Rocha Pombo. *Op. cit.*, p. 284 a 304. Câmara Cascudo (1955) *Op. cit.*, p. 161 a 165. A.Tavares de Lira. *Op. cit.*, p. 519 a 535. Nesse contexto de episódios revolucionários e contra-revolucionários, a Capitania do Rio Grande, assim como as demais, ficaram quase que interruptamente a cargos de Juntas Provisórias, Governos Temporários, entre outras formas de Governo que somente foram superados, após o

estabelecimento das Províncias do Império do Brasil, por Carta de Lei de 20 de outubro de 1922.

- 27 Tomás de Araújo Pereira nasceu no Acari (RN), em 12 de novembro de 1765 e faleceu em 19 de março de 1847. Quando assumiu a Presidência da Província do Rio Grande do Norte tinha 59 anos de idade. Cf. José P. Fernandes & Luiz G. M. Bezerra. *Op. Cit.*, 1982 p. 79.
- 28 Manoel Dantas. *Op. cit.*, p. 39.
- 29 Cf. Denise M. Takeya. *Op. cit.*, p. 70.
- 30 José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 118 a 119.
- 31 Luís da Câmara Cascudo (1955) *Op. cit.*, p. 161.
- 32 Idem, *ibidem*, p. 164 a 165.
- 33 José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 122.
- 34 Para José Augusto, Tomás de Araújo Pereira foi "fiel ao Imperador e ao Poder Constituído, não tendo praticado um só ato do qual pudesse se inferir aderir à causa revolucionária, mesmo que sentisse pelos que a encamavam íntimas inclinações, perfeitamente compreensíveis, dados os laços de parentesco próximo que o prendiam a figuras da maior graduação à frente do movimento." *Op. Cit.*, (1954) p. 123.
- 35 Manoel Dantas. *Op. cit.*, p. 42 a 43.
- 36 Luís da Câmara Cascudo (1955). *Op. cit.*, p. 164 a 165.
- 37 Cf. Manoel Dantas. *Op. Cit.*, p. 41. Cf. Também: José Augusto (1954) *Op. Cit.*, p. 118 a 119.
- 38 Manoel Dantas. *Op. cit.*, p. 41.
- 39 Idem, *ibidem*, *Op. cit.*, p. 42.
- 40 Sobre a importância de Pernambuco para região Nordeste conferir: Sérgio B. de Holanda (Org). *Op. Cit.*, p. 207 a 237. Cf. Também: José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 191 a 192.
- 41 Luís da Câmara Cascudo (1965) *História da República no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador*. Rio de Janeiro:Edições do Val, 1965. p. 34. Cf. também: José Augusto (1954) *Op. Cit.*, p. 191.
- 42 Cf. Luís da Câmara Cascudo (1965) *Op. cit.*, p. 268 a 271. Olavo de Medeiros Filho. Caicó cem anos atrás. *Op. Cit.*, (1988) p. 24 a 27. O Manifesto Republicano ao Povo Seridoense, redigido pelo acadêmico Janúncio da Nóbrega Filho foi publicado n'O Povo em sua edição de 04 de abril de 1889. Sobre o programa de ação d' O Povo conferir: Olavo de Medeiros Filho (1988) *Op. cit.*, p. 11 a 13.
- 43 Olavo de Medeiros Filho (1988). *Op. cit.*, p. 11 a 13.
- 44 Sobre José Renaud consultar: José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 277 a 278, e Manoel Dantas. A comemoração de O Povo: reminiscências de quase trinta anos. Natal, *A República*, 9 de mar. de 1918.

- 45 Sobre o Senador José Bernardo de Medeiros consultar: José Augusto (1954) *Op. cit.*, p. 193 a 223; e do mesmo Autor: *O Rio Grande do Norte no Senado da República*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. p. 09 a 25. Câmara Cascudo (1972) *Op. cit.*, p. 391 a 398.
- 46 José Augusto de B. de Medeiros. (1954) *Op. cit.*, p. 277.
- 47 Sobre a Comissão Libertadora e o movimento de libertação dos escravos em Caicó conferir: Pe. Eymard L' E. Monteiro. *Caicó: subsídios para a história completa do município*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945. p. 123 a 124.
- 48 Manoel Dantas. *Op. cit.*, A República(1918).
- 49 Idem, *ibidem*.
- 50 Sobre Pedro Velho de Albuquerque Maranhão consultar: Câmara Cascudo. *Antologia de Pedro Velho*. Natal: Departamento de Imprensa, 1954.
- 51 Luís da Câmara Cascudo(1965) *Op. cit.*, p. 130.
- 52 Idem, *ibidem*, p. 217.
- 53 Sobre o caicoense Amaro Cavalcanti consultar: José Augusto (1980) *Op. cit.*, p. 27 a 37.
- 54 Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas não chegaram a participar das eleições para o Congresso Legislativo Estadual porque estavam em cargos da Justiça Federal. Diógenes estava como Procurador da República e Manoel Dantas como substituto de Juiz Seccional. Cf. Câmara Cascudo (1965) *Op. cit.*, p. 223.
- 55 Sobre o Coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão (1836-1921) conferir: J. P. Fernandes & Luiz G. M. Bezerra. *Op. cit.*, p. 64.
- 56 Luís da Câmara Cascudo (1965) *Op. cit.*, p. 222.
- 57 José Augusto. (1954) *Op. Cit.*, p. 215 a 216.
- 58 Luís da Câmara Cascudo (1965) *Op. Cit.*, p. 217.
- 59 Diógenes da Nóbrega, Janúncio da Nóbrega e Manoel Dantas ao romperem com Pedro Velho adquiriram o prelo da Typografia Renaud impressora d'O Povo de Caicó. Em Natal, instalaram em sociedade com um grupo de comerciantes e empresários a Empresa Libro Typographico, para impressão do Jornal "Diário de Natal" (o primeiro Jornal diário que circulou no Rio Grande do Norte). Tal Jornal circulou somente durante sessenta dias, com sessenta números. Em virtude da oposição do referido Jornal ao "pedrovelhismo", os empresários sócios, resolveram sair da sociedade. Com a saída dos empresários, Diógenes, Janúncio e Manoel Dantas fundaram o Jornal "O Estado" continuador da propaganda oposicionista ao "pedrovelhismo". Entretanto, com a morte prematura de Janúncio da Nóbrega, a ida de Diógenes da Nóbrega para Recife, afim da administrar os negócios do sogro falecido e em vista da reaproximação de Pedro Velho com José Bernardo, Pedro Velho convidou Manoel Dantas para transformar A República em um jornal diário, além de ser o redator-chefe do referido jornal. Informação concedida por Edgar Dantas, neto de Manoel Dantas. Natal, 29.03.1994. Informação confirmada posteriormente no Jornal A República de 14 de junho de 1925.
- 60 Nessa eleição para Governador do Rio Grande do Norte foi a primeira vez que, no Regime Republicano, setores de classe média (leia-se do sexo masculino) votou para Governador. Concomeraram Ferreira Chaves e Moreira Brandão. Venceu o primeiro. Nessa eleição o então

Senador José Bernardo reaproximou-se de Pedro Velho garantindo o apoio do Seridó ao candidato da oligarquia Maranhão, In: José A. S. Lindoso. **A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas (1930-1935)**. Campinas, 1989. 361p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas-São Paulo.

- 61 Para Alberto Maranhão ser eleito Governador, Ferreira Chaves, a mando de Pedro Velho reuniu o Congresso Legislativo Estadual para reformar a Constituição do Rio Grande do Norte, promulgada em 07 de abril de 1891. Aquela Constituição determinava que para um cidadão ser eleito Governador ou Vice tinha que ser maior de 35 anos de idade. Pois bem, o Congresso Legislativo transformado em Constituinte reduziu essa idade para 25 anos. Dessa forma, Alberto Maranhão, pode então ser eleito Governador do Estado em 14 de junho 1889, contando com apenas 26 anos de idade. Durante seu Governo ocorreu a morte de José Bernardo no Janeiro de 1907 e Pedro Velho em dezembro do mesmo ano. Durante o curto mandato do Governo de Antônio de Souza (23/02/1907 a 25/03/1908) foi feita uma nova Constituição para o Rio Grande do Norte, promulgada a 25 de março de 1907. Uma das alterações aprovadas pelos Constituintes foi a ampliação do mandato do Governador de quatro para seis anos. Essa alteração tinha em vista o segundo mandato de Alberto Maranhão ao Governo do Estado (1908-1914). In: Itamar de Souza. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1989. p. 124 a 125 e p. 129.
- 62 Após dois anos de mandato como Governador do Rio Grande do Norte (1904-1906), Tavares de Lira renunciou para ser Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Governo Afonso Pena. Para substituí-lo foi eleito Antônio de Souza. Ver: Itamar de Souza (1989) *Op. cit.*, p. 128.
- 63 Karl Marx & Friedrich Engels. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Obras Escolhidas. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1950. p. 203.
- 64 José Augusto (1951) Discursos. *Op. cit.*, p. 2667.
- 65 Idem, *ibidem*, p. 2667.
- 66 Jürgen Habermas. **A mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 192.
- 67 José P. Fernandes & Luiz G. M. Bezerra. *Op. cit.*, p. 10.
- 68 José Augusto. A missão da A.B.E. Educação. Rio de Janeiro, n. 38, out. 1952. p. 38.
- 69 _____ (1951) Discursos. *Op. Cit.*, p. 2667.
- 70 _____ O Rio Grande do Norte: seu idealismo e suas possibilidades econômicas. **Carta Mensal**. Rio de Janeiro, v.12, n.137, p. 3-14, ago. 1966.
- 71 A República de 30 de agosto de 1898 divulgou: "No Atheneu obtiveram prêmios de "primeira classe" no mês de agosto, entre outros, o estudante José Augusto Bezerra de Medeiros.
- 72 Gilberto Freire. Prefácio. In: Nilo Pereira. **A Faculdade de Direito do Recife (1927-1977)**. Recife: Editora Universitária, 1977. p. 28. v.1.
- 73 Nilo Pereira. *Idem, ibidem*, p. 219 e p. 220.
- 74 *Idem, ibidem*, p. 223.
- 75 José Augusto. Nota de apresentação. In: Raimundo Nonato. **Bacharéis de Olinda e Recife: norte-riograndenses formados de 1832 a 1932**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1960.

- 76 Mauro Mota. O Recife no tempo de Tobias e Castro Alves. In: **Um tempo do Recife**. Recife: Editora Universitária, 1978. p. 159 a 178.
- 77 José Augusto. Clóvis Beviláqua na Faculdade de Direito do Recife. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 247, p. 103-122, abr. / jun. 1960.
- 78 José Augusto. Manifesto da maioria do corpo discente da Faculdade de Direito do Recife. In: Raimundo Nonato (1960) *Op. cit.*, p. 8 a 9 .
- 79 Cf. **A República**. Natal, 07.08.1903.
- 80 José Augusto (1960) *Op. cit.*, p. 111.
- 81 Como líder e representante dos estudantes da Faculdade de Direito, José Augusto no 3º ano de Direito viajou para o Rio de Janeiro a fim de acompanhar o cadáver do Dr. Isidoro Martins Júnior (1860-1904), lente de História do Direito Nacional, jornalista e poeta pernambucano, para seu sepultamento em Recife. Cf. **A República**. Natal, 26. 08. 1904.
- 82 Antonio Gramsci. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. p. 9.
- 83 José Augusto. Cartas do Recife. **A República**. Natal, 16.07.1903. 31.07.1903. 3.12.1903. 11.12.1903.
- 84 José Augusto (1960) Clóvis Beviláqua na Faculdade de Direito do Recife. *Op. cit.*, p. 109.
- 85 Cf. **A República**. Natal, 05.04.1906.
- 86 Manoel Dantas. Escritorio de Advogacia. **A República**. Natal, 04.05.1906.
- 87 Peter L. Burger. & Thomas Luckmann. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 7ed. Petrópolis: Vozes, 1987.p. 173 a 195.
- 88 Dioclécio Dantas Duarte. José Augusto B. de Medeiros: o último abencerragem da democracia liberal. In: Nilo Pereira. *Op. cit.*, v.2. p. 153 a 162. Obs: No Governo de José Augusto Dioclécio Dantas foi o Diretor d'A República.
- 89 José Augusto. **A federação mundial**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954. p. 24.
- 90 _____ . Cultura geral e cultura técnica. **Carta mensal**. Rio de Janeiro, v.4, n.43, p. 1-12, out. 1958.
- 91 Francisco das Chagas Pereira. **Leitura de Jorge Fernandes: contribuição ao estudo do modernismo na província**. Natal: Nordeste Gráfica/ fundação José Augusto. 1985. p.23. Cf. também: Gil Soares. **A Oligarquia Maranhão. Coleção Mossoroense**. Mossoró (Rn), n. 602, p. 11-16, 1990.
- 92 Idem, ibidem, p.15.Cf. também Itamar de Souza (1989) *Op. cit.*, p.237 a 242.
- 93 Dioclécio Dantas Duarte. *Op.cit.*, p.153-162.
- 94 O Jornal A República publicou no mês de outubro de 1908 os seguintes artigos de José Augusto: Sobre falências (15/10); Sentenças Indeterminadas (22/10); Utilização do crime (30/10).

- 95 **A República**. Natal. 02. 03. 1909.
- 96 **Edgar Barbosa. Imagens de tempo**. Natal: Imprensa Universitária, 1966. p. 11.
- 97 Cf. **Francisco das Chagas Pereira. Op. cit.**, p. 25 a 28.
- 98 **A Conferência - Natal Daqui a Cinquenta Anos - foi proferida por Manoel Dantas em 21 de março de 1908 e teve como objetivo conseguir meios financeiros para os familiares do médico e poeta Segundo Wanderley, recém-falecido. Essa ajuda financeira era conseguida através da cobrança da entrada para assistir a Conferência, além da venda do facículo da Conferência em todos os Estados do Brasil. Entrevista com Osório Dantas (filho de Manoel Dantas) e Edgar Dantas(neto de Manoel Dantas), Natal. 29.05.1994. In: Manoel Dantas. Natal daqui a cinquenta anos. Coleção mossoroense, Mossoró (Rn), n.608, p. 7 a 28, 1989.**
- 99 **José Augusto. A liga de ensino. A República**. Natal. 07.07.1911.
- 100 **A República**. Natal. 29.03.1912.
- 101 **O termo "salvação nacional" e "salvação do norte" era um eufemismo para designar a derrubada pelas armas das oligarquias encrustadas no poder dos Estados. Cf. Itamar de Souza(1989) Op. cit., p. 131.**
- 102 **Idem, ibidem, p.146.**
- 103 **Idem, ibidem, p. 148.**
- 104 **Idem, ibidem, p. 147.**
- 105 **Idem, ibidem, p. 172.**
- 106 **Idem ibidem, p. 123.**
- 107 **José A. Spinelli Lindoso. Op. Cit., p. 32.**
- 108 **Dinarte Mariz. José Augusto: o líder. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1984. p. 20.**
- 109 **Idem, ibidem, p. 20.**
- 110 **Itamar de Souza(1989) Op. cit., p. 158.**
- 111 **Idem, ibidem, p. 160.**
- 112 **A República**. Natal. 06.05.1915.
- 113 **Itamar de Souza. O rompimento de Ferreira Chaves com os Maranhões. Vivência, Natal/UFRN, v.2, n.1, p. 48-66, 1984.**
- 114 _____ (1989)Op. cit., p. 244.
- 115 **Francisco de Oliveira. Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste, planejamento, e conflitos de classes. 5.ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987. p. 50 e 51.**
- 116 **Dinarte Mariz. Op. cit., p. 22.**
- 117 **Idem, ibidem, p. 22.**

3 - O EDUCADOR MILITANTE

Como Deputado Federal, José Augusto seguiu de Natal para o Rio de Janeiro, então Capital Federal, em março de 1915. A partir daquele momento procurou inteirar-se e posicionar-se em relação ao debate educacional veiculado pela imprensa, por educadores e jornalistas (dizia-se naquela época publicistas), da mesma forma do debate em pauta no Congresso Nacional. Em seu discurso de despedida de quarenta anos de vida parlamentar, na sessão de 31 de janeiro de 1955, realizada em sua homenagem, José Augusto recordou que, quando ali chegou, a nação estava no começo da República e o *"analfabetismo era a regra"*. A sua preocupação principal, durante oito anos seguidos, como membro e posteriormente Presidente da Comissão de Instrução Pública da Câmara, foi com a *"campanha de alfabetização"*, e com a *"renovação pedagógica da educação nacional"*. Julgou ser seu dever, de *"educador e republicano"*, pôr de lado as questões *"meramente políticas"*, para entregar-se de *"corpo e alma à grande campanha da educação nacional e ao movimento de renovação da educação nacional"*.¹

A experiência em uma nova cultura política e social trouxe consigo a possibilidade de repensar as representações interiorizadas no curso de sua existência intelectual. Presidencialista convicto, José Augusto, quando no exercício político, e em vista das crises políticas do País, convenceu-se de que era preciso a *"reconstrução política da Nação"*, por meio da introdução do Regime Parlamentar, o *"único capaz de por termo à desordem e à revolução"* que tanto

faziam mal ao Brasil. Assim também o fez com relação às questões de ordem econômica em vista dos seus vínculos com a educação, o que o levou à realização de estudos, projetos, pareceres, artigos e livros, como forma de pensar a *"reconstrução econômica do Brasil"*.² Ampliar o universo intelectual significou para ele compreender objetiva e subjetivamente a dinâmica da realidade social modernizadora em curso para poder reformá-la com base nos pressupostos do liberalismo de cunho pragmático-utilitarista.

Entendia José Augusto que a *"construção econômica e moral do país"*, naquele começo de regime republicano, era obra de uma *"educação moderna e integral"*, daí a necessidade da *"remodelação do ensino"*, e de uma *"ampla difusão do ensino elementar"*, para fazer *"guerra firme e decidida ao analfabetismo"*.³

Tem-se, geralmente, considerado os anos 20 deste século como sendo a origem do movimento de renovação educacional, que teve nas reformas dos sistemas de ensino estaduais o principal objeto que moveu a constituição e a mobilização dos educadores nessa década e na seguinte, trazendo à cena a chamada geração dos chamados Pioneiros da Educação Nova, com o discurso pedagógico de que por meio do concurso de uma educação renovada poder-se-ia *"forjar uma humanidade nova, mais ajustada às condições e necessidades de um novo tipo de sociedade eminentemente industrial e especializada"*,⁴ ou seja, uma sociedade que fosse a expressão do liberalismo como forma de pensar e de vida.

Buscar os elementos que deram origem à constituição do movimento de renovação educacional antes dos anos 20 é o que pretendemos fazer, uma vez que nos estudos historiográficos da educação brasileira, não têm sido

suficientemente registrados. Fazê-lo, requer que comecemos pela leitura da obra clássica de Fernando de Azevedo - *A Cultura Brasileira*.

O leitor de *A Cultura Brasileira* é convidado a acompanhar, nos capítulos III e IV da terceira parte do livro, os acontecimentos narrados pelo Autor, que deram origem ao movimento de renovação educacional no Brasil, assim como sua evolução histórica. Um dos principais protagonistas da geração dos Pioneiros da Educação Nova, Azevedo destaca a instalação das Escolas Americanas Protestantes e Associadas de tendências utilitárias e pragmáticas, no último quartel do século XIX, como os núcleos principais de influência de uma nova mentalidade educacional no Brasil. Para Azevedo, tais Escolas trouxeram uma contribuição ao incentivo da educação da mulher; a laicidade do ensino e a co-educação em classes mistas, além de introduzirem os novos processos e métodos pedagógicos norte-americanos de ensino.⁵

A repercussão positiva do modelo norte-americano de ensino concorreu para a organização de um movimento renovador, por parte de educadores de alguns Estados, a exemplo de São Paulo. Esse movimento levou a efeito reformas institucionais nos domínios do ensino primário e normal, estimuladas pelo regime federalista presente na Constituição de 1891, concentrando-se tais reformas na introdução de novos métodos e técnicas de ensino. Aliás, lembra Azevedo, "*não traduziam tais reformas uma política orgânica traçada pelas elites governantes*", mas eram, antes, "*tendências*" de grupos de educadores comprometidos com a "*renovação pedagógica da educação*", sendo que algumas dessas iniciativas foram sucedidas por "*resistências ao progresso das idéias inovadoras*".⁶

É nesse contexto de aspirações e hesitações em torno de uma *"nova educação"*, que começa a se processar, no pós-guerra, um conjunto de transformações na estrutura da vida econômica e social brasileira, desencadeando, portanto, um ambiente mais favorável à circulação das idéias novas que se irradiavam dos Estados Unidos e da Europa.⁷ O certo é que começava a propagar-se por toda a parte, como escreve Azevedo, *"um sentimento cada vez mais vivo de desconfiança em relação ao antigo estado de coisas e às idéias estabelecidas e uma aspiração vaga ainda quanto ao conteúdo e ao sentido das reformas, mas nem por isso menos vigorosa quanto à vontade de destruição e de mudanças econômicas, sociais e políticas"*.⁸

A intensidade das trocas culturais e econômicas, e tentativas de realização de reformas educacionais nas principais cidades do País, no domínio do ensino público e privado, contribuiu por volta dos anos 10, como lembra Azevedo, para o impulsionamento de um *"movimento de renovação educacional"* por parte de algumas vanguardas, seduzidas pelos preceitos da *"moderna pedagogia"*, inicialmente circunscrito na divulgação de idéias das *"novas correntes do pensamento pedagógico"*, esboçadas numa multiplicidade de materiais impressos sobre temas gerais e específicos de autoria de A. Carneiro Leão, Antônio Monteiro de Sousa, José Augusto e outros. Pelo caráter inovador das idéias pedagógicas, influenciaram na elaboração de um largo inquérito sobre a instrução pública em São Paulo, entre professores de renome, dirigido em 1926 pelo próprio Fernando de Azevedo, então redator d' Estado de São Paulo, cuja repercussão de idéias e opiniões *"tomou corpo"*, posteriormente, na organização das reformas estaduais de ensino, como as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.⁹ Mas foram, certamente, segundo Azevedo, os Congressos e as Conferências promovidas pela ABE que deram ritmo e força à assimilação e à

difusão das novas idéias e procedimentos pedagógicos de ensino e de vida, indicando *"através de dificuldades imensas a marcha resoluta pela reconstrução educacional do país"*, imposta em 1930, por meio de uma *"política nacional de educação"* como obra de uma *"revolução de maior envergadura"*,¹⁰ em meio ao conflito de ideologias entre tradicionalistas (igreja) e renovadores (pioneiros da educação nova).

A importância atribuída à campanha de alfabetização em torno do tema da difusão da educação elementar de caráter integral, tão discutida pelas entusiastas da educação na década de 10, levou a sua inclusão nos programas das organizações cívico-nacionalistas, como a Liga de Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro em 1916, e a Liga Nacionalista de São Paulo criada em 1917, que, conforme Nagle, procuravam *"denunciar o analfabetismo como um dos grandes problemas cívico-nacionais"*.¹¹

Originalmente vinculados ao movimento de educadores, intelectuais e alguns políticos, os temas educacionais não constituíam, como diz Nagle, uma *"atividade suficientemente profissionalizada"*, mas que eram assim tratados, em vista de um sem-número de expectativas de controle e organização social, política e econômica do país.¹² Nesse sentido, o *"entusiasmo pela escolarização"*, por parte das vanguardas instituidoras das campanhas de alfabetização, germe do movimento de renovação da educação, tinha como denominador comum a convicção de que as *"virtudes da escolarização parecem insubstituíveis"*, por ser esta a *"formadora do espírito nacional e do caráter do cidadão"*, bem como a *"inigualável matriz que transforma o simples indivíduo em força produtiva"*. Ainda mais, existia a crença e o *"otimismo pedagógico"* de que determinada formulação doutrinária - a chamada *Educação Nova (ou escolanovismo)* - indicava o caminho para a verdadeira formação do "novo" cidadão e a construção de uma "nova"

sociedade.¹³ Com isso, a "difusão da escolarização," a partir desses aspectos e em "função de seu caráter cívico e regenerador", teria o papel de ser o "veículo da desejada reconstrução moral e social do país".¹⁴

Dessa forma, o "entusiasmo pela escolarização" compreendia, também, segundo Nagle, com o que concordamos, a "tendência para renovar a educação e a cultura de uma maneira geral". O que importava para os intelectuais envolvidos com a problemática educacional, era a preocupação com a "disseminação da escolarização primária em primeiro lugar", pensada sob a forma de uma "educação prática e integral", e nessa operação, "reformular a mentalidade educacional das escolas brasileiras, onde se ministrava um ensino formalista, preso à cultura clássica".¹⁵

Foram essas formulações que se constituíram em suporte das representações educacionais dos agentes envolvidos com a *campanha de alfabetização* (na perspectiva mais alfabetizadora do que nacionalizadora como as promovidas por algumas Ligas), da mesma forma com a renovação da educação por volta dos anos 10, ou mesmo antes, quando o sergipano Manoel Bonfim desencadeou uma "campanha pela disseminação da educação popular", partilhada com intelectuais e políticos como Teixeira Brandão, Graco Cardoso (Deputado cearense) e outros, no Congresso Nacional, na imprensa e, logo em seguida, em seu livro "A América Latina: males de origem."¹⁶ Tal situação foi mantida quase inabalável durante todo o decênio dos vinte. Portanto, é nessa década que o tema da educação começa a deixar de ser discutido apenas por políticos e "educadores profissionais", para ser tratado, conforme Nagle, por "técnicos em educação", em que restringiam ao "domínio do pedagógico e do especializado."¹⁷

É possível constatar que os historiadores da educação brasileira costumam privilegiar, com maior frequência, os anos 20 como ponto de partida dos estudos do movimento de renovação da educação e da difusão e realização da Educação Nova no Brasil. Entretanto, como foi visto anteriormente, a militância teórica e prática dos "renovadores" escolanovistas começou a se constituir, de forma mais ou menos intensa, por volta dos anos 10 da chamada República Velha. Exemplo disso é a atuação de José Augusto, que se associou a outras vanguardas intelectuais na defesa e realização da *"renovação pedagógica da educação nacional"*.¹⁸

Detectar as expectativas "renovadoras" de José Augusto, quanto à alfabetização elementar ou primária integral e à renovação da educação nacional, requer uma leitura de suas representações inscritas nas obras: *Pela Educação Nacional* (1918), *Eduquemo-nos* (1922), a *Revista Mensal "A Educação"* (1922-1924), entre outras. Fazê-lo, exige um olhar que se remeta para um lugar anterior àquele do qual outros partiram.

3.1 - A primazia dada à escolarização primária e integral e à Educação Nova

Jorge Nagle descreve, com base no recurso comparativo, as principais etapas do desenvolvimento histórico geral da Escola Nova, considerando que, até a década de 20, quatro etapas haviam sucedido o processo histórico do escolanovismo, enquanto no Brasil, comparado com outros países, não se havia atingido praticamente nem a primeira fase, ou seja, a preparatória.¹⁹ Isto, devido à ausência de condições sociais e pedagógicas propícias, que

estimulassem o desenvolvimento das novas idéias escolanovistas. O que existiu, segundo o Autor, foi o desenvolvimento de um padrão de pensamento e de realização educacional que se "esgotava no ideário cívico-patriótico da educação popular", questão de natureza mais "política do que pedagógica".²⁰

No pós-20, tem-se a difusão sistemática das idéias escolanovistas, por meio de uma multiplicidade de materiais impressos referentes à "nova pedagogia". O que significou a "infiltração" desse ideário no "movimento reformista da educação pública". No caso brasileiro, segundo Nagle, praticamente existiu uma "sincronia" entre a propagação das idéias e as reformas de ensino comprometidas com o ideário escolanovista.²¹ Desse modo, não houve, portanto, "um primeiro momento em que as novas idéias e os novos princípios se difundissem amplamente", assim como "um segundo momento em que, a partir dessa irradiação, fossem executados planos em conformidade com o novo ideário".²² Tais momentos, para Nagle, aconteceram simultaneamente.

O recurso comparativo de Nagle na definição das etapas de desenvolvimento da Escola Nova, em sua dimensão universal *versus* realidade brasileira, não deixa de basear-se em uma certa historiografia positivista, que tem como suporte "teórico" a similaridade dos fatos empíricos, onde o tempo histórico "é um continuum linear e homogêneo".²³ *A priori*, os fatos estão mais ou menos comprovados pelo recurso comparativo, antes mesmo de o pensamento ser colocado em movimento, operando a reflexão crítica. Em decorrência desse tipo de estereotipagem, o movimento instituinte das iniciativas escolanovistas nas escolas privadas e públicas, desde o último quartel do século XIX, a partir de São Paulo, com as Escolas Americanas e estaduais e depois de forma dispersa em outras cidades do país é fechado. E com isso, perdem-se de vista as especificidades e as estratégias "remodeladores", de que trata o próprio Nagle, com relação à Escola

Nova enquanto pedagogia emergente à *"reconstrução moral e social"*,²⁴ fundamento do inusitado *"otimismo pedagógico"* na educação de concepção liberal.

Se a cidade, como afirma Carlos Monarcha, é a *"materialidade"* de infinitas experiências e práticas culturais trazidas pelo progresso e, se nela, a modernização pedagógica da escola, por meio do ideário escolanovista, realizou sua *"dimensão praxica"*,²⁵ não seria possível problematizar, como discute Clarice Nunes,²⁶ na possibilidade de diferentes gêneros de cidades brasileiras no começo do século e diferentes versões da *"dimensão praxica"* da pedagogia escolanovista?

A princípio, pode-se afirmar que o Rio Grande do Norte, durante o segundo Governo de Alberto Maranhão (1908-1913), foi atingido pelo ingresso, sobretudo, de sua principal cidade - Natal - num programa de inovações sócio-culturais como realidade onipresente do progresso técnico e da incipiente industrialização. O *"novo"* começou a tomar o lugar do antigo na organização da educação e da cultura e nas formas de pensar e de viver. Enfim, novos referenciais foram sendo difundidos cada vez mais em menos tempo por parte de uma elite intelectual dirigente. A cidade, em ritmo de tempos modernos, começou a ser reinventada pela construção de avenidas com iluminação elétrica, passeio público, saneamento, abastecimento de água, rede de telefonia, bondes elétricos, além de todo um conjunto artístico, urbanístico e cultural, soerguido em alguns espaços públicos valorizados da cidade. Prédios de bancos, escolas, hospitais, fábricas, repartições públicas e teatro são construídos ou reformados no estilo arquitetônico da época, alterando, por sua vez, a paisagem da rua, também inovada pela presença de novos passantes - homens de negócios de todo o mundo, técnicos, artistas, músicos, educadores e arquitetos - símbolos da

reinvenção e modernização da cidade e de suas práticas culturais. Assim, sob o impulso das energias modernizadoras, homens e mulheres precisaram, desde então, como descreve Marshall Berman, aprender a *"aspirar à mudança"*, não apenas estarem aptos em suas vidas pessoais e sociais, mais saírem efetivamente em sua busca, *"procurá-las de maneira ativa e levando-as adiante"*.²⁷

A idéia de progresso e de modernidade sensibilizou as vanguardas intelectuais dirigentes, concebedoras da *práxis* reformadora da cidade e de suas instituições. A renovação da educação pública imprimiu uma nova orientação pedagógica e administrativa à instrução estadual. De uma só vez, relata Nestor Lima, foi extinto pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Pinto de Abreu, com base no Decreto Nº 178, de 29 de abril 1908, *"o medieval e carcomido sistema de ensino, carecente de métodos de higiene, de normas de pedagogia e de preceitos de lógica"*.²⁸ Na implantação da chamada "reforma Pinto de Abreu" foram extintas quase todas as "cadeiras" primárias, mantidas pelo Estado, e colocados em *"disponibilidade"* os professores considerados *"inadaptáveis"* aos *"métodos modernos de ensino pestalozziano"*, implantados nos recém-construídos "Grupos Escolares." Dr. Pinto de Abreu, autor intelectual da reforma, foi cognominado o *"Pestalozzi potiguar"*, por ter introduzido os *"princípios do método intuitivo no ensino primário, tendo em vista o desenvolvimento integral do educando"*.²⁹

Em decorrência da reforma do ensino, a Escola Normal de Natal,³⁰ base e fundamento da organização pedagógica do ensino primário, foi reativada sob a direção do Prof. Ezequiel Benigno de Vasconcelos Júnior, vindo do Rio de Janeiro especialmente para esse fim e para direção do Grupo Escolar "Modelo" Augusto Severo.

O "remodelamento" da cidade e da educação levou por parte das vanguardas dirigentes reformadoras a preocupação com a *"integração social da mulher na vida cotidiano"*.³¹ Para tanto, fundar uma *"escola doméstica"* à semelhança das que existiam nas nações cultas, *"em que ao lado do indispensável ensino teórico, sejam ministrados conhecimentos práticos que habilitem a mulher a velar criteriosamente pela educação física, intelectual e moral dos filhos e orientando o espírito dela de modo a viver por si"*,³² foi a operação de Henrique Castriciano, principal entusiasta e colaborador das inovações em curso, como Secretário de Governo de Alberto Maranhão (1908-1910) e Procurador Geral do Estado (1908-1914). Em viagem à Europa no outono de 1909, para tratamento de saúde (ameaça de tuberculose), Castriciano consultou bibliotecas e técnicos de educação, adquiriu bibliografia sobre a "educação nova" e escolas destinadas à educação da mulher, especialmente as suíças, pois via na *"terra clássica da pedagogia moderna os mais profícuos processos de ensino em que se aprende fazendo"*.³³

De volta em 1910, dispondo de material bibliográfico adquirido, Castriciano sistematizou os argumentos necessários à *"campanha educacional feminina que constituiria sua empresa moral"*.³⁴ A partir de então, a meta era a criação da "Escola Doméstica." Assim, com o propósito de veicular a campanha e a adesão à fundação de tal escola, Castriciano, organizou na Capital a Liga de Ensino a 23 de julho de 1911. Foram escolhidos em Assembléia Geral para compor o seu primeiro Conselho Administrativo: o Juiz de Direito Francisco de Salles Meira e Sá - Presidente; Cel. Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão - Vice Presidente; Henrique Castriciano - Secretário; Desembargador João Dionysio Filgueira - Tesoureiro; e José Augusto B. de Medeiros - Bibliotecário. Na solenidade que oficializou a sua criação, Castriciano fez a leitura da Conferência -

Educação da Mulher - exposição de motivos - urgenciando *"a fazer da mulher educada no trabalho manual e intelectual bem orientado, um elemento destinado a melhorar a nação no futuro (...) ao mesmo tempo que se quer della a principal guiadora dos filhos."*³⁵ Para o povo, em geral, ser grande nas palavras do conferencista, *"falta um sistema educacional que se fixe, não imobilizado pela rotina, e sim como defende um dos grandes preconizadores da Escola Nova, François Guex; um organismo vivo, evoluindo com as necessidades coletivas, sempre atento à realidade variável"*.³⁶

A sedução por uma "Escola Doméstica" modelada tanto quanto possível (e segundo as condições do nosso meio) pelo sistema da Escola Menagère de Friburgo (Suíça),³⁷ que, de modo especial, volta as atenções para a formação das futuras donas de casa, e, em menor escala, para a preparação de empregadas domésticas, levou os integrantes da Liga de Ensino a deflagrar uma campanha em defesa da criação de tal escola em todo o Estado. Por meio de uma multiplicidade de impressos, como circulares, folhetos, abaixo-assinados (especialmente de mulheres), artigos em jornais, promoveram, segundo Câmara Cascudo, *"entusiasmos e um número grande adesões, para aquela obra nacional de fonte provinciana"*.³⁸ Os artigos procuravam mostrar, no caso de José Augusto, que a *"superioridade incontestada exercida no mundo pelos europeus, prendia-se à admirável organização de suas instituições educativas, preparando as gerações para serem fortes e cheias de iniciativas"*.³⁹ Para Manoel Dantas, a concepção da Escola Doméstica visaria, sobretudo, *"a reforma dos costumes, por meio da educação da mulher"*, além de prepará-la para *"a vida moderna, com uma profissão que lhe permitisse ser uma concorrente capaz na luta pela existência"*.⁴⁰

Em 1º de setembro de 1914, a Liga de Ensino fundava, com o apoio financeiro e logístico dos Governos de Alberto Maranhão e de Joaquim Ferreira

Chaves, principalmente do primeiro, a primeira Escola Doméstica em seu gênero no Brasil e na América Latina, sob a inspiração do seu principal empreendedor, Henrique Castriciano.

Para organizá-la, dirigi-la e ensinar em tal "escola profissional" (para alunas externas e semi-internas), foram contratadas (com o patrocínio e a intervenção do Governo do Estado), as professoras Helene Bandoc e sua auxiliar, Jeanne Negulesco, ambas diplomadas pela "École Managère" de Friburgo, para aqui desenvolverem um programa de ensino semelhante ao da instituição suíça. No entanto, a modelação da Escola Doméstica" pela "Ecole Managère" de Friburgo, deu-se somente com relação à formação de futuras donas de casa, filhas das elites, deixando fora do seu programa a preparação de empregadas domésticas.

Esse movimento reformista, conduzido pelas vanguardas dirigentes potiguares, especialmente em relação Escola Doméstica de Natal, levou Henrique Castriciano a destacar, em discurso feito nessa instituição de ensino como Paraninfo da turma de 1938, *"quando se escrever a história educacional do Brasil contemporâneo, a Escola Doméstica de Natal, será lembrada como iniciadora de um movimento reformista que logo se esboçou em diversos pontos do país"*.⁴¹

Nesse sentido, a nossa *estratégia de desvio* flagrou a materialidade de um movimento renovador de práticas educacionais e culturais, em uma cidade periférica do Brasil no início do século XX, realizada pelos intelectuais potiguares, *"acreditando que as instituições idênticas as que na nossa terra pretende implantar tem feito a prosperidade e a grandeza das mais cultas nações do globo"*.⁴² O que, certamente, não confirma o recurso comparativo utilizado por Jorge Nagle e nem tinha como São Paulo, a lógica do mercado o seu princípio organizador. Nessa

particularidade, a concepção da "Escola Doméstica" de Natal, modelada pela "École Manágere" de Friburgo, mostra uma das formas de realização da "dimensão praxica" da Pedagogia da Escola Nova, nos moldes específicos de uma "escola profissional", destinada à educação da mulher. E constituía nas representações dos intelectuais potiguares engajados na reforma da sociedade e, especificamente, em uma "educação nova para a mulher", a estratégia de "renovação e moralização dos costumes urbanos", do modo de sentir e viver das novas e futuras gerações, em face do enfrentamento e dos embates que a vida moderna exige.

A partir das representações do movimento renovador e organizativo da cidade de Natal e de sua educação pública e privada, chegando José Augusto a Câmara Federal, em janeiro de 1915, a Comissão Parlamentar que lhe fora reservada não podia deixar de ser a de Instrução Pública, na qual permaneceu por seis anos consecutivos. Naquela ocasião, a pauta do debate educacional versava sobre a chamada reforma Carlos Maximiliano (1915), sucessora da Rivadávia Corrêa (1911 a 1915).⁴³

No Congresso Nacional, José Augusto, radicalmente contrário às idéias e doutrinas que serviam de suporte a Reforma Carlos Maximiliano (1915) por esta atender exclusivamente ao ensino secundário e superior - e em face ao seu envolvimento logo no primeiro instante em que chegou ao Rio de Janeiro à campanha de alfabetização - procurou apresentar na forma de "substitutivo ao projeto" as bases de uma reforma em que se voltava prioritariamente, para o chamado ensino elementar, sem desconsiderar os outros níveis de ensino.

Aliás, as primeiras manifestações pelo desenvolvimento da "educação elementar" assumiu, conforme Heládio Antunha, estratégias diferentes

no interior do Congresso Nacional e dos Governos da União. Nesse sentido, nos primeiros anos do regime republicano, em virtude das *"idéias federalistas e autonomistas da Constituição de 1891"*, contrárias à participação oficial em matéria de educação primária, praticamente não surgiu no Congresso Nacional *"reações"* ou propostas, no sentido da intervenção federal nesse domínio de ensino. Na verdade, segundo o Autor, a defesa da interferência do Governo da União na *"cooperação"* da difusão desse nível de ensino teve *"precursores no seio do próprio governo"*, através dos Ministros Rui Barbosa, Benjamin Constant e Fernando Lobo.⁴⁴

A luta pela alfabetização para as classes populares levada à discussão por tais Ministros não demorou para que, posteriormente, repercutissem no Congresso Nacional, na imprensa e na própria administração federal. Diversos dispositivos parlamentares como projetos, emendas e pareceres foram imediatamente apresentados no Congresso, provocando, segundo Antunha, *"amplos debates"* na defesa em favor da intervenção federal nesse nível de ensino, que tinha principalmente no Deputado Manoel Bonfim o mais entusiasta propagador, causando importantes manifestações de adesões na imprensa e por parte de educadores e intelectuais preocupados com a questão do analfabetismo. Diante das *"manifestações"* no Congresso e na imprensa, o Governo de Afonso Penna *"sensível ao problema"*, chegou a aprovar algumas emendas, e encaminhou em 1907 Mensagem ao Congresso, *"apresentando as bases de uma reforma geral da educação pública, com ênfase na instrução primária,"* da autoria do então Ministro da Justiça e Negócios Interiores (Ministério que naquela ocasião superintendia também a educação pública), Augusto Tavares de Lira. Aprovado o Plano de reforma na Câmara com algumas emendas e remetido em junho de 1908 à Comissão de Instrução Pública do Senado, foi rejeitado pelo Parecer do relator,

o Senador baiano Virgílio Damasio, sob o fundamento "*de que não era possível delegar ao Congresso e ao Governo funções e atribuições que não são suas*".⁴⁵

Com o Parecer contrário do Senador baiano e os problemas que a Primeira Guerra acarretou ao País, provocou o "*arrefecimento das manifestações a favor da alfabetização*",⁴⁶ para somente ser retomado com mais ênfase sob a liderança de José Augusto, momento da discussão da Reforma Carlos Maximiliano (1915), com repercussões nas principais cidades do país e na constituição do movimento de renovação da educação brasileira.

Sob as representações da integração do Brasil no movimento universal de desenvolvimento da "educação popular" que vinha se manifestando nos países modernos e democráticos e também na Argentina e Uruguai, na América Latina, José Augusto retoma, através do "*substitutivo*" ao projeto da reforma Carlos Maximiliano, o debate da campanha de alfabetização, considerando a "*ampla difusão da educação popular*", em realização por tais países sobre a ingerência do poder federal, "*de forma renovadora*", como uma "*questão básica, fundamental*" à promoção do progresso nacional.⁴⁷

José Augusto, ao fazer a defesa radical da difusão do ensino popular, propôs uma nova organização para o ensino elementar com base em uma lei federal que, por força constitucional, era de responsabilidade dos Estados, e em vista de não possuírem condições financeiras para realizá-lo, argumentou que o "*espírito das instituições*" adotadas pelo novo regime era mais importante do que a "*materialidade da lei*".⁴⁸ Realçou a existência, no direito público moderno, de acentuada corrente de intérpretes filiados à escola norte-americana, segundo os quais os "*textos constitucionais devem ser interpretados elasticamente*", isto é, procurando adaptar-se às necessidades orgânicas da sociedade".⁴⁹ Dizendo-se

filiado a essa corrente, por compreender que as necessidades nacionais reclamavam mais do que nunca a ação do poder federal na difusão do ensino elementar, sem descuidar do técnico e do normal, e, por igual, a educação da mulher.

A posição de José Augusto, com forte respaldo na ideologia liberal, traduzia-se na forma da colaboração indireta do Estado na ampla difusão do ensino elementar, "*subvencionando e incentivando a iniciativa privada*".⁵⁰ Tinha o Estado como o "*pior dos educadores*" em matéria de educação, desde à época do Regime Monárquico. Para justificar a intervenção apenas indireta do Estado na educação, recorreu ao Parecer de 1882, de Rui Barbosa, assim como aos estudos de Taine em "*Origens da França Contemporânea*" e a "*campanha de remodelação do ensino na França*", realizada por Edmond Demolins, de fundamentos liberalizantes, que versavam mais ou menos sobre as mesmas representações.

Questões de expansão da economia industrial nacional, revigoramentos de atributos morais, intelectuais e econômicos dos indivíduos e relativos à aprendizagem do trabalho moderno, integravam as representações de José Augusto referentes à "*renovação*" do ensino elementar, face à organização da "*educação integral*".

A concepção de uma "*educação integral*" foi tratada por José Augusto, através de um Parecer, quando a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo em campanha pela disseminação do ensino popular solicitou, em 1916, à Comissão de Instrução Pública da Câmara a constituição de uma "comissão especial" para estudar as possibilidades da União, com outras forças sociais, cooperarem na ampla difusão do ensino elementar e proritariamente, o popular. Relator da matéria, José Augusto vislumbrou em seu Parecer uma "*educação*

integral, pensada mais especificamente para as classes populares, como forma de oferecer às novas gerações um ensino renovado, que seria oferecido acima de tudo em escolas criadas nas cidades ou vilas (com aprendizagem de uma arte ou ofício) e no campo (com noções do trabalho agrícola), onde a educação geral, ao lado da educação prática, fossem ministradas em vista das necessidades econômicas nacionais e regionais.

De feição pragmática e utilitarista, as expectativas de José Augusto em relação à *"educação integral"*, tinham a ver com seu papel formativo de ordem econômica, política e moral. Quanto ao primeiro aspecto, sinalizava com a possibilidade do desenvolvimento de *"aptidões econômicas"* e a preparação dos indivíduos para o *"trabalho moderno orientado pelo conhecimento científico"*. O segundo, permitia a *"exercitação da educação cívica e da democracia, através do voto universal"*, como consequência da disseminação da educação elementar e do esclarecimento às *"massas populares"*, dos seus direitos e deveres. E moralmente, significava à *"adaptação"* dos indivíduos às *"condições existenciais e evolutivas da vida moderna"*.⁵¹

Nesse sentido, articulava representações de, através da *"educação integral"*, *"estar encaminhando as novas gerações por meio da pedagogia moderna, baseada em considerações econômicas e higiênicas"*, igualmente de contribuir com os *"novos ensinamentos"* para a disciplina dos costumes, afastamento dos vícios, enfim, a *"preparação integral"* do fator produtivo principal - o homem por excelência. Tais representações, desdobraram-se como valorização de um tipo de escola elementar, regionalizada, que, em consonância com o gênero da atividade econômica de cada região, estaria, concomitantemente, remodelando as formas de trabalho atrasadas por aquelas orientadas pelo trabalho moderno de base industrial.

A militância de José Augusto no interior do Congresso a favor da campanha pela difusão do ensino elementar, especialmente para as classes populares, organizado na forma de uma "educação integral," como já se afirmou, incentivou uma nova mobilização dos professores e intelectuais da capital federal e de outros centros maiores, como São Paulo, defensores da ampla difusão desse nível de ensino para a constituição do *movimento pela renovação da educação nacional*. E que tiveram além de José Augusto, Victor Vianna, Mário Pinto Serva, A. Carneiro Leão e outros, como sendo, segundo José Augusto, "os seus líderes infatigáveis"⁵² e precursores desse movimento que, a partir dos anos 20, congregados na ABE, seriam conhecidos em 1930, como o grupo dos Pioneiros da Educação Nova.

A difusão do ensino elementar, ao lado da renovação da educação nacional, conforme José Augusto, passou a ser insistentemente postulada pela imprensa e defendida como assunto de emergente "realização legislativa por parte do Congresso Nacional". Em seus textos, Victor Vianna, no "Jornal do Commercio," sugeria que o ponto de partida da "renovação educacional" fosse pela reforma do ensino normal, porque "sem professores tecnicamente habilitados, não há escolas eficientes". Propunha ainda a criação de um Conselho Federal de Educação, destinado a coordenar as atividades educacionais e estimular a disseminação da educação popular. Enquanto Mário Pinto Serva, a princípio no "Jornal do Commercio" e posteriormente no "Estado de São Paulo," em "tenaz campanha pela regeneração do país pela difusão do ensino popular", solicitava ao Congresso Nacional medidas legislativas no sentido da "União subvencionar às unidades federadas mais necessitadas na difusão da escolarização". Carneiro Leão, em repetidos artigos no "Paiz," reclamava ao Congresso Nacional a criação de um Conselho de Educação composto de "educadores notáveis em matéria de

pedagogia” para estudar e fomentar uma ampla reforma da educação nacional. Georgino Avelino (jornalista e político potiguar), em cartas ao Parlamento, inseridas no *“Paiz”*, solicitava medidas urgentes para o problema da instrução popular e da educação da mulher, certo de que *“eram esses níveis de ensino que impelem os homens a fazer a grandeza da nação”*.⁵³

Os slogans Campanha pela a difusão do Ensino Elementar e Movimento pela Renovação da Educação Nacional expressavam o sentido apontado por Israel Scheff: *“símbolos que unificam as idéias e atitudes chaves dos movimentos educacionais”*.⁵⁴ Trata-se de operar mecanismos de validação e adesões de concepções e dos propósitos práticos das campanhas educacionais.

Nessa operação, as práticas discursivas e parlamentares de José Augusto não deixavam de corresponder às representações dos militantes da campanha pela difusão e organização do ensino elementar e do movimento pela renovação da educação nacional. Nesse sentido, utilizava-se dos expedientes regimentais para fazer leitura dos artigos publicados na imprensa, sua transcrição nos Anais do Congresso, além da elaboração de projetos e pareceres, conforme proposições sugeridas pelos integrantes desses movimentos, em vista de uma unidade pedagógica de organização e implementação de uma política nacional de educação.

Tal política educacional não devia traduzir-se, como se viu, apenas na reforma e difusão exclusiva do ensino elementar de caráter prático, mas também englobar o ensino normal e o doméstico para mulheres. Para tanto, a criação do Conselho Nacional de Educação ficou definida através de um projeto subscrito pela Comissão de Instrução Pública, aprovado na Câmara dos Deputados em 1916, de autoria de José Augusto, como o órgão responsável pelo

impulsionamento e desenvolvimento de uma política nacional de educação para o ensino elementar e normal, de conformidade com *"as seguras medidas que o Congresso objetivar em Lei"*.⁵⁵ Ao construir um modelo de interpretação da produção ideológica na Primeira República, que se formou tendo em vista uma ação política dos intelectuais sobre os acontecimentos, Bolívar Lamounier, analisando-a, destaca o acentuado uso de *"metáforas organicistas"*, como sendo expressão de uma *"visão conservadora"* do processo de mudança social que se pretendia acionar e, ainda, para mantê-lo *"sob controle"*. Para esse Autor, a mudança social nessa ideologia tem como finalidade a *"produção de uma forma"*, a qual exige a constituição de um *"cérebro ou centro coordenador"*, para assegurar o funcionamento das instituições sociais numa sociedade percebida como amorfa.⁵⁶ Essa deve ter sido a conotação da expressão *"organização da educação nacional,"* em largo uso nesse período, pelos agentes integrantes do movimento de renovação educacional.

O movimento na defesa da renovação da educação nacional como forma de organização de uma nova cultura sobre o *"valor civilizatório do capital,"* era postulado por José Augusto como uma exigência do desenvolvimento objetivo do industrialismo moderno em curso. Emergia, a partir daí, a necessidade de diferentes tipos de ensino para a preparação das funções intelectuais nos diferentes ramos da indústria, segundo a qual, conforme Gramsci apud Manarcorda, *"toda a atividade prática tende a criar seu próprio tipo de escola e, ademais, escolas para aqueles que ensinam nessas escolas."*⁵⁷

Essa tendência foi seguida por José Augusto ao conceber pela forma legislativa de substitutivo, projeto, parecer e outros, sob os fundamentos do ideário liberal de feição utilitarista, uma nova organização para o ensino elementar na perspectiva de uma *"educação integral"* para setores de classes definidas entre

cidade e campo; remodelação da escola normal em face dos *"novos métodos pedagógicos de ensino"*, criação de escolas domésticas em vista da *"nova função social da mulher"* na sociedade moderna, assim como a reforma do ensino técnico, acrescido das *"conquistas da ciência moderna"* preparando parte das *"elites sociais"* para as funções técnicas intermediárias da indústria moderna. O ensino superior concebido na forma de *"regime universitário"* ao invés do sistema de escolas isoladas e autônomas como então existente, imprescindível a preparação das *"elites dirigentes e cultas"*, adaptados às necessidades complexas da civilização moderna e as múltiplas particularidades da região em que vai servir.⁵⁸ Posteriormente, na atuação política dos reformadores sociais sediados na ABE, esses temas, além da organização racional do trabalho, ganham importância conforme Marta Carvalho em sua tese de doutorado, e tornam-se objetos de amplos debates e estudos.

Em tais dispositivos legislativos, a despesa com educação tornava-se *"sempre um investimento de caráter reprodutivista, principalmente se ela tem como base o preparo profissional do indivíduo"*...ou do *"capital humano"*, na expressão de Theodore Schultz. Na ótica dessa abordagem econômica da educação, à qual José Augusto se filiava, o investimento em *"capital humano"* torna-se o principal fator responsável pela *"máxima"* produtividade econômica do indivíduo, enquanto um bem de capital, ao mesmo tempo, *"instaura comportamentos"* de aceitação dos dispositivos que constituem o poder disciplinar estabelecido.⁵⁹

A partir de 1916 na intensa efervescência política da campanha alfabetizadora, a difusão do ensino elementar, principalmente para as classes populares, constituiu-se em um dos suportes ideológicos das organizações cívico-nacionalistas,⁶⁰ assim como para educadores e intelectuais envolvidos com as campanhas alfabetizadoras em muitas cidades do país, como estratégias voltadas

para a conexão entre desenvolvimento econômico-social e mudança educacional. Foi assim que Celso Beisegel identificou, no âmbito da produção e das práticas das *"elites liberais"* dessa fase da história nacional, ser a educação um instrumento de conformação e mecanismo de controle social dos indivíduos, face às exigências de uma sociedade industrial.⁶¹

Em Natal, o jornal "A República," passou a dar diariamente informações sobre os debates no Congresso e na imprensa brasileira, ao mesmo tempo em que reproduzia entrevistas e artigos dos principais integrantes da campanha alfabetizadora e renovadora da educação.⁶² Nessa operação, o Centro Cívico Frei Miguelinho, constituído por educadores e intelectuais como Aduino Câmara, Clementino Câmara, Nestor dos Santos Lima, Silvino Bezerra Neto e outros, aproveitaram a presença de José Augusto em Natal e fundaram, em agosto de 1916, a *"Liga Contra o Analfabetismo do Rio Grande do Norte"*. No discurso de fundação, José Augusto chamou atenção para a questão de que sem educação não haveria *"progresso técnico"*, e sem um desenvolvimento nacional desse progresso, a tendência era sua realização *"pelas mãos de outros países estrangeiros"*.⁶³

Face as preocupações de José Augusto, os educadores e intelectuais organizadores da Liga imediatamente postularam a colaboração de instituições diversas, como os Governos do Estado e municipais, Igrejas católicas e protestantes, associações artístico-literário-recreativas e de classes, com vista as formas de intervenção sócio-educacional de combate ao analfabetismo no Estado. Considerada de utilidade pública pelo Governador Joaquim Ferreira Chaves, uma multiplicidade de estratégias foram definidas pelos seguidores da referida Liga e associados, inscritas no âmbito de uma intensiva propaganda nos jornais, revistas locais, materiais impressos, comícios populares e conferências,

procurando esclarecer *“o sentido do analfabetismo para o povo e para a nação”*, ao mesmo tempo em que eram solicitadas doações em dinheiro ou em livros escolares, cadernos, giz, tinteiros, canetas, lápis, como recursos necessários a campanha alfabetizadora de crianças e adultos em todo o Estado.⁶⁴

O jornal *“A República”*, associado desde o primeiro momento a campanha de alfabetização, colocou, por sugestão do seu antigo editor Manoel Dantas, uma coluna à disposição dos integrantes para a propaganda *“evangelizadora da educação nacional”*, além de fazer publicar diariamente o slogan cunhado pelo próprio José Augusto - *“Combater o analfabetismo é dever e honra de todo o brasileiro”*. Enquanto máquina persuasiva, procurava operar politicamente no sentido de induzir novas adesões, reproduzindo matérias indicadoras da *“disseminação de campanhas de alfabetização”* em outros lugares do país, ao mesmo tempo em que moldava a imagem de José Augusto, de modo a fornecer suporte à sua condição de político militante ligado à *“grande causa da educação nacional”*.⁶⁵

A circulação dessas representações na campanha alfabetizadora em Natal produziu novas adesões de entidades como a Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, Centro Operário Natalense, Centro Cívico da Escola Normal, Sport Club de Natal e Governo do Estado, dentre outras. Ainda em Natal sob o patrocínio do Bispo D. Antônio dos Santos Cabral, foi fundada a Sociedade Propagadora do Ensino Popular com a finalidade de promover a intensificação da difusão do ensino para as camadas populares. Em algumas cidades do interior, entidades estudantis, operárias e administrações municipais, fundaram suas respectivas Ligas Contra o Analfabetismo, responsáveis pela abertura de escolas noturnas, para as crianças e adultos analfabetos das camadas populares, *“desajudadas de recursos materiais”*. Em Caicó, foi criada a Associação Educadora Caicoense por

Joaquim Inácio de Carvalho Filho, Celso Afonso Dantas, Esperidião de Medeiros e Janúncio da Nóbrega, com a finalidade de manter uma biblioteca destinada a servir ao desenvolvimento da instrução e ao combate do analfabetismo, "*elevando assim o nível da terra*".⁶⁶

A máquina persuasiva da campanha alfabetizadora sensibilizou os integrantes do Grêmio Literário "Ferreira Itajubá" do Atheneu Norte-Rio-Grandense e, da mesma forma, os do Grêmio do Colégio 7 de Setembro, a fundarem, em colaboração com o governo do Estado, através da Diretoria de Instrução Pública, em dezembro de 1916, nas dependências do Atheneu, a "*Escola José Augusto*". Clementino Câmara comentando a criação da escola, ressaltou que esta representou uma das "*batalhas práticas*" propagada pelos "*entusiastas caravaneiros contra o analfabetismo*". Em tal escola noturna, cujo ensino gratuito era de responsabilidade dos integrantes do Grêmio Literário "Ferreira Itajubá," segundo Clementino Câmara, escreveram-se e freqüentaram, por mais de dois anos, várias dezenas de alunos - em torno de cem alunos - que provinham de diferentes categorias: "*cabeceiros, marítimos, engraxates, serviçais etc*", que estimulados pela idéia de aprender, em poucos dias estavam "*escrevendo nos cadernos a caligrafia ou fazendo os problemas passados no quadro negro*".⁶⁷

Nessa operação, em que se colocava a necessidade prática de "*disseminar a instrução elementar*" diante da ameaça política e econômica do analfabetismo, o Centro Frei Miguelinho, como a entidade coordenadora da campanha no Estado, fundou, nas proximidades do bairro operário das Rocas, uma nova escola gratuita para "*crianças pobres*" do respectivo bairro.⁶⁸ Na ocasião, várias medidas foram baixadas pelo Diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, como recurso de fortalecimento a longo prazo da campanha alfabetizadora.

Nelas ficaram estabelecidas a criação de caixas escolares nos grupos ou escolas isoladas em cidades ou vilas, destinadas a ajudar a aquisição de roupas e material de ensino para as *"crianças que, por demasiada pobreza, não podem freqüentar a escola"*. A receita formadora da *"caixa escolar"*, seria proveniente de subvenções anuais concedidas pelos Governos Estadual e Municipais, do Fundo Escolar (levantados pelas contribuições dos sócios e festas realizadas) e donativos de terceiros.⁶⁹ E mais, *"escolas rudimentares"* seriam criadas com programas especiais, nas modalidades de *"escolas noturnas fixas e ambulantes"*. As primeiras, a funcionarem nos bairros operários e *"burgos agrícolas dos distritos"*. E as *"ambulantes"*, devendo funcionar em períodos alternados, de acordo com as necessidades de cada localidade e dos que vierem a se beneficiar.⁷⁰

Articulada no âmbito das estratégias da campanha alfabetizadora e de uma nova reforma da educação no Rio Grande do Norte, a proposta de criação das *"escolas rudimentares"*, em particular as chamadas *"escolas ambulantes,"* somente começaram a funcionar no Governo de Antonio José de Mello e Souza (1920-1924) e foram consideravelmente ampliadas no governo de José Augusto (1924-1927), conforme as fontes levantadas neste estudo. Assim, à época do Governo de Antonio de Souza, coube a recém-criada Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, ser a principal dinamizadora das *"escolas ambulantes"*, com o desdobramento em um amplo programa social na década de 20, com a ajuda financeira do Estado, e que privilegiava a disseminação do ensino elementar na perspectiva de uma *"educação integral."*

Foram representações como as aludidas que se configuraram como suporte das campanhas alfabetizadoras no Rio Grande do Norte, articuladas de

forma a operar também, maniqueisticamente, em torno da propaganda política da militância de José Augusto, na grande "causa" da educação nacional.

Na medida do crescimento das campanhas alfabetizadoras e, com elas, as pressões da opinião pública para o sancionamento do "Projeto José Augusto," aprovado na Câmara Federal e na Comissão de Finanças da respectiva Câmara, com o Parecer sugerindo a "*União cooperar com os Estados na difusão do ensino elementar*,"⁷¹ o Presidente Epitácio Pessoa, em vista de tal realidade, resolveu convocar e realizar a Conferência Interestadual de Ensino Primário de 12 de outubro a 16 de novembro de 1921, na capital federal, com o objetivo de "*promover uma solução para as questões referentes ao ensino elementar*".⁷² Pelo caráter interestadual da Conferência, foram convocados delegados de todos os Estados e representantes das entidades privadas. A coordenação inicial coube ao então Ministro da Justiça e Negócios Interiores Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo e, posteriormente, ao seu substituto no Ministério, Dr. Joaquim Ferreira Chaves, então senador da República e ex-governador do Rio Grande do Norte no período de 1914 a 1920.

José Augusto representou o Estado do Rio Grande do Norte, por indicação oficial do então Governador Antônio de Souza e foi escolhido como Segundo Vice-Presidente da Conferência e presidente das reuniões da comissão de preparação, assim como as sessões de debates da Conferência no Club de Engenharia. Foi também o responsável pelo relatório da tese "*Difusão do Ensino Primário. Fórmula para a União auxiliar a difusão desse ensino. Obrigatoriedade relativa ao ensino primário, suas condições*,"⁷³ reafirmou suas posições quanto à necessidade da União colaborar com os Estados, municípios e a "*iniciativa privada*", na difusão do ensino elementar. Nesse contexto, cabia aos Estados "*investir*" pelo menos 15% do orçamento ordinário nesse nível de ensino, ficando

com o dever de estabelecer e realizar o princípio da *"obrigatoriedade progressiva do ensino (...)* onde existir escolas em número suficiente às necessidades da população escolar".⁷⁴

No discurso de encerramento da Conferência, José Augusto cobrou das elites dirigentes a *"renovação da educação nacional"* como *"estratégia"* de melhoria da vida social. Para ele, fortalecimento econômico, higiene, saúde, poder militar e democracia somente são possíveis *"nas sociedades que investem em educação"*. Indispensável às elites dirigentes *"que a massa geral dos cidadãos a que elas têm que servir, disponha de um certo grau de cultura e possua um alto nível mental"*, pouca valia tem a educação universitária, quando *"prepara dirigentes para uma sociedade de ignorantes e incultos"*. Nesse sentido, as necessidades daquele momento contemporâneo exigiam uma educação renovadora que não tivesse outra finalidade senão a de *"socializar o indivíduo em toda a sua maneira de encarar e utilizar a vida em sociedade"*.⁷⁵

Em 1922, José Augusto, aproveitando o clima político e cívico dos movimentos mobilizadores em torno das questões educacionais, ainda sem definições por parte do Governo Federal, congregou os agentes do movimento de renovação educacional, como Afranio Peixoto, Carneiro Leão, Heitor Lira, Manoel Bonfim, Renato Jardim, Victor Vianna e outros, em torno de sua empresa - *A Educação* -, revista mensal dedicada à defesa da instrução no Brasil, com a partilhada convicção de operarem a propaganda do ideário escolanovista e com o propósito de trazer novos adeptos a esse ideário, estimulados por aquela revista.

A revista *A Educação*, enquanto uma estratégia do mercado editorial para atingir maior número de leitores na propaganda do movimento educacional e, por meio desta, a remodelação escolar, investia-se, quando comparado aos

materiais impressos como jornais, panfletos e Anais do Congresso Nacional, como destaca Chartier *"de uma significação e de um estatuto inédito pelo dispositivo do objeto tipográfico que o propõe à leitura"*. O que supõe para esse Autor, *"dar feição às antecipações do leitor em relação ao texto e para avocar novos públicos e novos usos"*.⁷⁶ Nesse sentido, a revista *"A Educação"*, enquanto suporte dos dispositivos textuais do ideário escolanovista, entre outros enunciados, não deixava de indicar as intenções programáticas dos agentes do movimento de renovação educacional, em querer modelar as práticas pedagógicas dos sujeitos da recepção desse ideário, por meio de operação de disseminação das idéias e práticas da *"moderna pedagogia,"* amplamente utilizada na Europa e nos Estados Unidos.

No prefácio que abriu o primeiro número d' *A Educação*, em agosto de 1922, José Augusto alertava que a nova ordem social e econômica decorrente do pós-guerra estava levando as nações civilizadas a *"remodelarem seus sistemas de ensino"*, para adaptá-los às transformações culturais em curso, *"conscientes do papel preeminente que cabe a escola na determinação do progresso social"*. Em vista da precariedade e do atraso da educação nacional, além da insensatez dos dirigentes políticos para com sua *"renovação completa"*, precisava, urgentemente, conforme José Augusto, congregar todos os espíritos patrióticos interessados na causa escolar para uma luta sem trégua para dar ao Brasil uma nova organização educativa em consonância com o estado da cultura contemporânea.⁷⁷

Entre os artigos educacionais tratados com prioridade de publicação pela *"A Educação"*, tratava-se daqueles que enfocavam a educação elementar integral e o ensino técnico, vistos como preponderantes na determinação do progresso sócio-econômico do país. Conceder prioridades a tais assuntos, sobretudo com base nos princípios da pedagogia escolanovista, significou seu

debate em suas aproximações e distinções e das questões metodológicas que lhes são relativos, significou também a aposta na homogeneização dos discursos e das práticas pedagógicas daqueles a quem se dirige, principalmente professores.

Nesse sentido, questões referentes aos métodos da escola nova, finalidades econômicas da instrução popular e da educação da mulher, reforma dos métodos no ensino secundário e superior, novas orientações do ensino profissional, relação entre educação e trabalho, educação na América do Norte e na Europa, práticas de educação física, literatura infantil, educação dos anormais, cinema educativo são temas de que se ocupam preponderantemente os artigos de tal revista. No entanto, a busca do controle das formas de recepção e apropriações conceitual e metodológica, fez incluir *n'A Educação* uma seção destinada às notícias do movimento das práticas educativas dispersas nas experiências das Diretorias de Instrução Pública dos Estados brasileiros. Nessa estratégia de modelar o saber-fazer do trabalho pedagógico dos professores, eram indicadas leituras de revistas nacionais e estrangeiras, resenhas de livros de larga circulação no período e divulgados resultados da *praxis* escolanovista de outros países.

Os signos de cultura moderna e ensino renovado, modelarmente articulados em muitos dos textos que davam suporte à revista "*A Educação*", combinavam-se na defesa de uma proposta de organização da educação nacional de conformidade com os preceitos da moderna pedagogia escolanovista, adaptados às finalidades de formação de indivíduos produtores de bens e riquezas nacionais. É nessa ótica que a educação é valorizada como fator preponderante na determinação do progresso econômico e da democracia, da auto-realização individual e bem-estar social da nação.

Quando eleito Governador do Rio Grande do Norte em 1923, José Augusto transferiu transitoriamente a direção da empresa *A Educação* para Heitor Lira. Em maio de 1926, Heitor Lira escreveu-lhe uma carta informando a suspensão da publicação da revista desde 31 de dezembro de 1925, por motivo de ordem contratual com a firma Albuquerque Neves & Companhia, que a editava. Nessa carta, Heitor Lira diz que aceitou o convite, para dar continuidade a "*grande causa da campanha educacional*", que no Brasil teve José Augusto como "*um dos maiores paladinos*". Mesmo fazendo "*sacrifícios pecuniários para assinar revistas estrangeiras, pagar traduções etc*". sentia-se "*satisfeito*" por ter a revista, enquanto um órgão nacional, concorrido para congregar intelectuais interessados "*nessa causa educacional*". E pretendia Heitor Lira, reuni-los, outra vez, em função de uma "*missão*" que tivesse uma "*publicação que substitua a extinta revista*".⁷⁸ E assim agiu. Voltou a congregá-los, sob o suporte institucional da ABE.

A idéia de criação da ABE surgiu justamente em fins de 1923, em um banquete de homenagem a José Augusto, no hotel Santa Teresa, no Rio de Janeiro, após sua indicação para o governo do Rio Grande do Norte, por iniciativa dos educadores e intelectuais que colaboravam com a Revista "*A Educação*", especialmente Heitor Lira. Naquela ocasião, Heitor Lira, em discurso ao homenageado, lançou a sugestão de criação de uma "*associação de fins educativos nacionais em que congregasse os professores de todos os recantos do Brasil e os amigos dos ideais educativos*".⁷⁹ Tal idéia empolgou os participantes daquela homenagem para, a 16 de outubro de 1924, sob a liderança daquele mentor fundarem, em uma sala da antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação.

O longo exercício de mandato federal de José Augusto (1915-1923), com uma atuação política em defesa de uma nova organização da educação

nacional que teve como suporte a campanha de alfabetização e o movimento de renovação educacional, partilhada de uma pluralidade de estratégias discursivas e editoriais que ganharam visibilidade nacional, favoreceu-lhe a cristalização de uma identidade de educador militante ou mesmo de paladino da "causa educacional". Nessa operação persuasiva, colocou-se como candidato ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, cargo esse também pretendido pelos ex-governadores Joaquim Ferreira Chaves, então Presidente do Partido Republicano no Estado e Senador da República, e Augusto Tavares de Lira.

Em 1923, numa manobra de inegável estratégia política, Joaquim Ferreira Chaves negociou com os membros da Convenção do Partido Federal do Rio Grande do Norte (PRF) a ratificação do seu nome como candidato governamental e de Henrique Castriciano como candidato a vice-governador. Nesse jogo de interesses pelo poder político potiguar, José Augusto e o Deputado seridoense Juvenal Lamartine reagiram e lideraram um movimento contra as pretensões de continuismo de Ferreira Chaves, com o apoio tático dos coronéis produtores e comerciantes de algodão no Seridó. E sob a chancela política do Presidente Artur Bernardes, que foi contemporâneo de José Augusto na Câmara Federal, foi selado um acordo entre as duas facções em disputa, em torno dos nomes de José Augusto e do líder da oposição no Estado, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara como candidatos ao Governo e Vice-Governador do Estado, respectivamente. Enquanto isso, os Senadores e Deputados federais teriam seus mandatos naquele momento preservados, desde que prestigiassem o Presidente da República. Em uma nova Convenção do Partido foi homologado o "acordo" negociado pelo Presidente. José Augusto foi eleito sem oposição, por cerca de doze mil votos.⁸⁰

O afastamento forçado de Chaves e a ascensão política de José Augusto e Juvenal Lamartine, como representantes legítimos das oligarquias seridoenses, representou o coroamento definitivo de um processo de luta iniciado em 1913/14, na disputa da hegemonia política do Estado. Representou também, para José Augusto, a realização do desejo ambicioso de herdeiro político de José Bernardo, tornar-se Governador do Rio Grande do Norte.

Eleito Governador, José Augusto, no discurso de posse em janeiro de 1924, definiu a primazia do Governo pela disseminação da educação e da saúde pública - forma de preparar os indivíduos para as realizações econômicas, sob pena do esmagamento do país pelos concorrentes mais instruídos, tema do capítulo seguinte.

NOTAS DO TERCEIRO CAPÍTULO

- 1 Cf. Dinarte Mariz. **José Augusto: o líder**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 108. Cf. Também. José Augusto. **Pela Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Typ. do Jomal do Comércio, 1918. p.3. Discurso do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. **Educação**. n.49, p.23-25, set. 1955.
- 2 DISCURSO do Dr. José Augusto (1955) *Op., cit.*, p. 24.
- 3 José Augusto (1918) *Op., cit.*, p. 4 a 5 e p. 54.
- 4 Fernando de Azevedo. **A cultura brasileira: introdução a estudo da cultura no Brasil**. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963. p. 643.
- 5 Idem, *ibidem*, p. 620 e p. 717.
- 6 Idem, *ibidem*, p. 643.
- 7 Idem, *ibidem*, p. 644.
- 8 Idem, *ibidem*, p. 643.
- 9 Idem, *ibidem*, p. 647
- 10 Idem, *ibidem*, p. 643, p. 651 e p. 670.
- 11 Jorge Nagle. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1973. p. 102.
- 12 Idem, *ibidem*, p. 101 a 102. Cf. também. Marta M. C. de Carvalho **Molde Nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. São Paulo, 1986. 339p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. p. 90.
- 13 Idem, *ibidem*, p. 99 a 100.
- 14 Idem, *ibidem*, p. 110 e p. 250.
- 15 Idem, *ibidem*, p. 111 a 113.
- 16 Cf. Manoel Bonfim. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. Cf. também Heládio C. G. Antunha. **A instrução na Primeira República: a União e o ensino primário na Primeira República**. v.1. São Paulo, FEUSP, 1975. (mimeog.).
- 17 Jorge Nagle *Op. cit.*, p. 109.
- 18 DISCURSO do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros (1955) *Op., cit.*, p. 24.
- 19 Jorge Nagle. *Op. cit.*, p. 240.
- 20 Idem, *ibidem*, p. 240.

- 21 *Idem ibidem*, p. 241.
- 22 *Idem, ibidem*, p. 257.
- 23 Carlos Monarcha. **A reinvenção da cidade e da multidão - Dimensões da modernidade brasileira: a escola nova**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990. p. 30.
- 24 Jorge Nagle. *Op. cit.*, p. 240 a 250.
- 25 Carlos Monarcha. *Op. cit.*, p. 91 e p. 97.
- 26 Cláudia Nunes. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. v. 1. Rio de Janeiro, 1991. 221p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. p. 33. Cf. também da mesma autora. **História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992. Para a autora a partir do modelo paulista de cidade, as explicações correntes fazem a crítica à escola nova brasileira e com isso acarretam uma dupla generalização: tomam São Paulo como protótipo da cidade brasileira e embaralham no mesmo feixe versões diferentes de escola nova no país.
- 27 Marshall Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 94.
- 28 Nestor dos Santos Lima. **Synthese do nosso movimento pedagógico**. Natal: Empreza Typographica Natalense/LTD, 1921, p. 13. (conferência inaugural da Associação dos Professores, a 4 de dezembro de 1920).
- 29 Maria Marta de Araújo. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte - da colônia à primeira República**. Natal: Pró-Reitoria de Assuntos de Extensão Universitária, 1988. 216 págs. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. p.118 a 122.
- 30 Nestor Lima em **Synthese do nosso movimento pedagógico (1921)** *Op. cit.*, relata que a Escola Normal foi obra de criação e extinção em vários governos. Criada pela primeira vez pelo Presidente Bandeira de Mello por Lei de 5 de agosto de 1873 e instalada em 1º de março de 1874. Extinta depois sob a Presidência de Toletino de Carvalho em 1877. Em 1892, Pedro Velho recria por Decreto de 30 de abril de 1892, instada em 1896 para alunos do sexo masculino, extinguiu-se depois por falta de alunos. A atual Escola Normal, foi (re)criada a 13 de maio de 1908, através da reforma Pinto de Abreu. p 10 a 19.
- 31 Luís da Câmara Cascudo. **Nosso amigo Castriciano: (1874-1947) - Reminiscências e notas**. Recife: Imprensa Universitária, 1965. p. 43 a 44.
- 32 José Geraldo de Albuquerque. **Henrique Castriciano de Souza: um reformador social**. Recife, 1981. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco. p. 68 a 70. Trata-se de uma citação feita pelo autor tratando de uma circular datada de 13 de maio de 1911, de Henrique Castriciano, sobre os fins da Liga de Ensino.
- 33 Francisco de S. de Meira e Sá. **Breve notícia da inauguração da Eschola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte em 1º de setembro de 1914**. Natal: Typ. d' A República. 1914.
- 34 Luís da Câmara Cascudo. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC/ Serviço de Documentação. 1955. p. 46 a 47.

- 35 LIGA de Ensino. **Educação da Mulher**. Natal: Typ. do Instituto, 1911. p. 21 e p. 39. (conferência realizada pelo Dr. Henrique Castriano no dia 23 de julho de 1911).
- 36 Idem, ibidem, p. 52.
- 37 Francisco de S. de Meira e Sá. **Op. cit.**, p. 7.
- 38 Luís da Câmara Cascudo. **História da República no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador**. Rio De Janeiro: Edições Do Val, 1965. p. 47.
- 39 José Augusto. A Liga de Ensino. **A República**. 07.07. 1911.
- 40 Manoel Dantas. A Liga de Ensino. **A República**. 18. 07. 1911.
- 41 DISCURSO de Henrique Castriano na entrega de diplomas à turma de 1938 da Escola Doméstica de Natal. **A República**. 18.11.1938.
- 42 Manoel Dantas. **A República**. 11.07.1911.
- 43 Durante a Primeira República as reformas de ensino empreendidas e aprovadas pelo Legislativo como a Rivadávia Côrnea (1911) e Carlos Maximiliano (1915) eram destinadas a ter duração limitada, visto a Lei Orçamentária ser aprovada restritamente para um determinado ano fiscal. Para o exercício seguinte, tomava-se geralmente necessário a elaboração e aprovação de uma nova Lei, o que acabava sendo editada por meio de Decretos do Executivo, mediante delegação expressa do poder Legislativo. Cf. Heladio C. G. Antunha. **Op. Cit.**, p. 26.
- 44 Idem, ibidem, p. 67 a 71.
- 45 Idem ibidem, pp. 89, 110 a 113. Cf. também: José Augusto. Tavares de Lira e a reforma do ensino público. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal, v. 52, p. 31-47, 1959.
- 46 Heladio C. G. Antunha. **Op. Cit.**, p. 122. Para Antunha a Primeira Guerra trouxe a preocupação com a defesa nacional, a preservação da unidade do país, à integração e à participação de todos os habitantes na vida nacional. Daí a preocupação no debate político dessa época, com a integração das colônias estrangeiras do sul do país, sobretudo as alemães.
- 47 José Augusto B. de Medeiros (1918) **Op. Cit.**, p. 41.
- 48 Idem, ibidem, p. 37 a 38.
- 49 Idem ibidem, p. 38.
- 50 Idem ibidem, p. 10.
- 51 Idem, ibidem, p. 216 a 217.
- 52 Idem, ibidem, p. 168. Cf. também do autor. Discurso do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros(1955) **Op. cit.**, p. 24.
- 53 Idem, ibidem, p. 168 a 176. Idem, ibidem, p. 24. No livro **Pela educação Nacional**, José Augusto registra que colaborou como "*principal fonte de informação*" do levantamento da Legislação do Ensino feito no Congresso Nacional por Primitivo Moacir.

- 54 Israel Scheffler. **A linguagem da educação**. São Paulo: EDUSP / Saraiva, 1947, p. 46.
- 55 José Augusto (1918) *Op. Cit.*, p. 171 a 176 e p. 248.
- 56 Bolívar Lamounier. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação**. In: Boris Fausto (Org.) **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, t. 3, v. 2, p. 345 a 374.
- 57 Mário A. Manarcorda. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 234.
- 58 José Augusto. **Eduquemo-nos**. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1922. Sobre o regime de Escolas Superiores Autônomas consultar: Luis Antonio Cunha. **A Universidade Temporã: da Colônia a era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 176 a 228.
- 59 Theodore W. Schultz. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 33 e p. 79. Cf. José Augusto (1918) *Op. Cit.*, p.183. Cf. também: Michel Foucault. **A microfísica do poder**. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal. p. XVI.
- 60 Cf. Jorge Nagle. *Op. cit.*, principalmente o capítulo II - Movimentos político-sociais e correntes de idéias. p. 35 a 85.
- 61 Celso Rui Beisiegel. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974. p. 27 a 58. Cf. também: Marta M C. de Carvalho. **Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930)**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.66, p. 4-11, set/out. 1984.
- 62 O jornal A República do ano de 1916 reproduziu artigos e entrevistas de José Augusto, que tratavam do Projeto de Remodelação do Ensino de sua autoria, que tiveram como suporte jornais de circulação nacional ou mesmo locais. Cf. **Jornal do Brasil** (Rio, 10.03.1916), **Estado do Ceará** (Fortaleza, 23.05.1916), **A Epoca** (Rio, 16.07.1916), **A Rua** (Rio, 16.07.1916), **Jornal Pequeno** (Recife, 31.07.1916), **O Diário de Minas** (Belo Horizonte, 09.07.1916).
- 63 A LIGA Contra o Analfabetismo. Cf. **A República**. 07.08.1916 e 31.01.1917.
- 64 PROGRAMA da Liga Contra o Analfabetismo. Cf. **A República**. 07.08.1916.
- 65 Cf. **A República**. 31.12.1916.
- 66 A exemplo das cidades de Santo Antônio, Macau e Acari. Cf. **A República** 23.01.1917 e 21.07.1917. Sobre a Associação Educadora Caicoense Cf. **A República** 28.09.1919.
- 67 Clementino Câmara. **Décadas**. Recife: Emp. Jornal de Comércio, 1936. p.137 a 138.
- 68 Cf. **A República**. 11.07.1917.
- 69 Cf. **A República**. 23.02.1917.
- 70 RIO GRANDE DO NORTE. **A reforma do ensino: texto e comentário da Lei n.405 de 29.11.1916**. Natal: Typ. d' **A República**, 1917.
- 71 **A República** 23.01.1917.

- 72 CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1922, Rio de Jan. Anais. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1922. (Arquivo Geral da cidade do Rio De Janeiro).
- 73 ANAIS da Conferência Interestadual do Ensino Primário. Idem, ibidem, p. 6. Cf. também. Jorge Nagle. Op. cit., p. 136.
- 74 ANAIS da Conferência Interestadual do Ensino Primário. Idem, ibidem, p. 34.
- 75 Idem ibidem, p. 344 a 345.
- 76 Roger Chartier. O mundo como representação. Estudos Avançados, São Paulo, USP, v.11, n.5, p.173-191, 1991.
- 77 José Augusto. A educação. A Educação. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1 a 5, p. 4, 1922. Procuramos fazer o estudo da revista A Educação desde o seu primeiro número que circulou em agosto de 1922, até o último de maio de 1925.
- 78 Heitor Lira. Carta de 10 de maio de 1925, Rio de Janeiro, para José Augusto (Natal-RN):
- 79 ABE: vinte e cinco anos anos de atividade. Educação. Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-4, out. 1949. Cf. José Augusto. A missão da ABE. Educação. Rio de Janeiro, n. 38, p.38-41, out. 1952.
- 80 Cf. José A. S. Lindoso. A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas:1930/1935. Campinas, 1989. 361p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas - São Paulo.p. 42 a 44.

4 - AS PAUTAS MODERNIZADORAS DO GOVERNO JOSÉ AUGUSTO

No discurso de posse no cargo de Governador do Rio Grande do Norte no dia 1º de janeiro de 1924, José Augusto definiu como prioridades essenciais do seu governo a melhoria da educação e da saúde pública, bem assim o combate ao analfabetismo. Realçou a importância moral, intelectual e econômica da educação nos destinos do desenvolvimento das cidades potiguares. E para a Diretoria da Instrução Pública, indicava o respeitado professor da cadeira de Pedagogia, Nestor dos Santos Lima, então Diretor da Escola Normal do Rio Grande do Norte.¹

A indicação de Nestor Lima para a Diretoria de Instrução Pública deve-se, em parte, ao fato de sua especialidade em assuntos educacionais e, nesse sentido, era considerado como um dos precursores, no Estado, dos estudos e da aplicação do ideário da chamada Escola Nova nas práticas pedagógicas da disciplina em que lecionava (Pedagogia - que incluía conhecimentos de pedagogia e de pedagogia experimental) e nas práticas administrativas da Escola Normal, nos treze anos de gestão pedagógico-administrativa.

Por outro lado, deveu-se às viagens de estudo que fizera a São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Montevideo e Buenos Aires, em missão oficial nos Governos de Alberto Maranhão e Joaquim Ferreira Chaves, em 1913 e

1923, respectivamente, por sugestão do então Diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, com o objetivo de observar os melhoramentos técnicos do ensino primário e normal naquelas cidades latino-americanas.²

Em 1916, o Governador Ferreira Chaves, seduzido pelo signo de renovação educacional presente no imaginário dos intelectuais potiguares, designou uma comissão tida como de alto nível, composta pelo Diretor da Instrução Pública Manoel Dantas, Henrique Castriciano, Moyses Soares, o ex-Governador Antônio de Souza e José Augusto, para empreender uma nova reforma na educação, de modo a *"dotar os serviços educacionais de maior eficiência"*.³ A comissão de trabalho, partindo das reformas anteriores e apropriando-se de algumas sugestões feitas por Nestor Lima em seu primeiro relatório, principalmente as referentes às questões higiene escolar, método de ensino e aos processos de organização e fiscalização do ensino primário e normal em São Paulo,⁴ elaborou as bases do projeto da reforma do ensino expressas em dispositivos de controle do ensino (conselhos escolares, conselho superior de instrução pública, inspetores de ensino, inspetores médico-sanitários, diretores de estabelecimentos, diários de classe e subvenção ao ensino privado), níveis de ensino (primário: infantil, elementar e complementar; normal: propedêutico e profissional), objetos (escola normal, grupos escolares, escolas rudimentares, isoladas e ambulantes etc.), representações pedagógicas (ensino leigo e modelado pela reforma paulista, cursos de férias com vistas à eficiência do professorado, ginástica educativa, formação do caráter do aluno e do sentimento cívico, desenvolvimento das faculdades de observação do aluno por meio de processos intuitivos etc.), estratégias de controle do método e processos de ensino de cada disciplina (prescritos nas instruções pedagógicas da Diretoria Geral da Instrução Pública). O projeto, submetido às considerações do Governador do

Estado e, em seguida, ao do Congresso Legislativo, onde, discutido e ligeiramente emendado, foi aprovado e sancionado nos termos do disposto na Lei de nº 405, de 29 de novembro de 1916.

O relatório de Nestor Lima, organizado na forma de um impresso, de modo a postular uma maior receptividade por parte dos eventualmente interessados naquela matéria educacional, tratou não somente de apresentar uma avaliação crítica dos aperfeiçoamentos técnicos introduzidos nos ensino primário e normal das cidades visitadas, mas de fazer uma demarcação entre elas. A organização escolar em São Paulo, nas suas diferentes modalidades (jardim de infância, escolas preliminares, primárias isoladas e noturnas e escolas normais primárias e secundárias) e a aplicação dos processos técnicos de ensino (método analítico) nas diferentes disciplinas primárias e normais, causaram-lhe excelentes impressões *“pela qualidade dos serviços públicos oferecidos e a competência dos profissionais da educação”*.⁵ De outro lado, fazia restrições ao Rio de Janeiro que, por sua vez, primando pela beleza de suas avenidas e a vida elegante de sua gente, *“tinha o pesar dos brasileiros, pelo triste estado de desorganização de suas escolas, desde o primário ao superior”*. E nesse particular, o Rio de Janeiro estava muito longe de equiparar-se a São Paulo, a começar, segundo Nestor Lima, pela insuficiência de preparação de seus professores, passando desde a carência de métodos adiantados de ensino e da inexistência de uma competente inspeção técnica do ensino, até chegar ao limite de realização de *“constantes alterações de seus regimentos e programas de ensino, geralmente feitos de forma atabalhoada”*.⁶

Assim, a Reforma do Ensino de 1916 representou mais uma das realizações renovadoras-escolanovistas dos intelectuais potiguares, de significado alcance programático e pedagógico para enquadramento da população nos recortes estratégicos do espaço da cidade que, desde 1908, estava inscrita no

movimento de modernização do urbano. E a Lei 405, de 1916, pelo seu caráter político-pedagógico, manteve-se como reguladora das diretrizes e base da organização do ensino primário e normal, durante o Governo de José Augusto.

Descrever as realizações pedagógicas escolanovistas do Governo de José Augusto no processo de reformulação da educação em curso desde 1916 ou antes, com a chamada Reforma Pinto de Abreu, de 1908 (quando começou a imprimir-se nova orientação pedagógica ao ensino por meio da introdução dos princípios do método intuitivo), é importante para evidenciar a dimensão *prática* do projeto político-cultural considerado modernizador das práticas e relações sociais. Fazê-lo requer que avancemos também no movimento em "torno" do campo educacional, à luz de uma pretensa visão de totalidade. Aqui, a dificuldade reside no fato de as "fontes" (mal) guardadas nos acervos públicos serem geralmente lacunares e residuais, fragmentadas em meio aos dispositivos legislativos, administrativos e informativos dos jornais da época.

A alusão à importância da educação não deve ser entendida apenas literalmente, mas enquanto representação de um grupo de intelectuais no qual José Augusto se incluía e que, desde os anos de 1916, inventariando os problemas nacionais, trouxe em primeiro lugar, na ordem de importância para resolver os demais, a questão educacional.

Nesse sentido, José Augusto levava para a experiência do Governo do Estado a afirmação de uma identidade social de educador, (construída numa trajetória dentro do campo da educação como professor, diretor do Atheneu, Diretor da Instrução Pública no Rio Grande do Norte, membro da Comissão de Instrução Pública na Câmara Federal, educador militante nos movimentos de alfabetização e de renovação da educação, e nas obras escritas). A base de

construção dessa trajetória tinha como suporte as representações dos antepassados liberais que viam a educação como fator de desenvolvimento do progresso da sociedade, a exemplo do Pe. Guerra, Tomás de Araújo Pereira e Manoel Dantas.

Educação, saúde, agricultura, reforma administrativa, revigoramento da atividade industrial e uma política de "desenvolvimento" para melhoria das cidades interioranas das zonas econômicas mais prósperas, foram os pilares principais em que se assentou o programa político de José Augusto para o quadriênio 1924-1927. Isso significou a constituição de uma equipe de colaboradores pedagogos, médicos, sanitaristas, engenheiros e técnicos especializados, encarnados de aspirações por mudanças sob o signo do moderno e do racional, para ordenação de novas representações do público e do privado, a partir da cidade do Natal, para que se tornasse, nas palavras de José Augusto, *"um centro de atração de capitalistas e homens de negócios que aqui podem e precisam vir colaborar conosco na obra de constante progresso de nossa terra"*.⁷

O começo do seu governo foi afetado não pelo flagelo costumeiro da seca com o seu cortejo de misérias e de sofrimentos, mas por chuvas torrenciais que caíram logo nos primeiros meses, provocando grandes inundações, danificando casas, plantações, estradas de rodagem e reduzindo, a extremos insignificantes, a safra do sal, do açúcar e do algodão, sem contar com a mínima ajuda do Governo Federal. Em consequência, teve o Governador de abrir um crédito extraordinário para fazer frente às destruições e aos aniquilamentos humanos e materiais, deixados pelas grandes enchentes de 1924, já que os poucos recursos do erário público, desfalcado das receitas dos impostos incidentes sobre as vendas de produtos de exportação e importação, eram insuficientes. A inegável gravidade da situação econômica e social do Estado amorteceu,

transitoriamente, os ânimos governistas de José Augusto, que, acometido por uma crise de depressão, procurou, num esforço sobre-humano, adequar as realizações governistas às intenções de reorganização do social, atribuindo-lhe novas finalidades na ação integrada dos profissionais especializados, portadores do chamado pensamento racional esclarecido.

Numa operação envolvendo saberes e fazeres especializados, o Governador José Augusto nomeou, com autorização legislativa (Dec. n° 239, de 30.01.1924), o então Secretário Geral do Estado, Sebastião Fernandes de Oliveira, para estudar e realizar uma reforma administrativa nas repartições públicas do Estado e rever as tabelas de vencimento dos funcionários. Objetivava, assim, tanto *"uma criteriosa divisão simplificada dos serviços públicos e a sua subordinação aos departamentos especializados a serem criados com a reforma do Estado"*; quanto tomar uma série de providências no sentido de *"colocar, em disponibilidade, com 50% dos vencimentos, os funcionários desocupados e inertes que nada produzem e oneram os cofres públicos"*; ao mesmo tempo, elevava os salários dos funcionários úteis e produtivos, *"dando-lhes estímulos para que melhor pudessem dedicar-se aos cumprimentos dos novos deveres funcionais"*.⁸ E, ao invés das Diretorias Gerais, os serviços foram redistribuídos racionalmente por uma Secretaria Geral e cinco Departamentos - conforme denominação adotada pelas indústrias modernas, em expansão, para definir os principais setores de serviços -, sendo eles: Departamento de Educação, Departamento de Saúde Pública, Departamento de Segurança Pública, Departamento de Agricultura e Obras Públicas e Departamento da Fazenda e do Tesouro, entregues a funcionários especializados para dirigirem e supervisionarem, com "competência," os respectivos órgãos. Nesse aspecto, é reveladora a afirmação de Angel Rama sobre o processo de modernização das cidades latino-americanas inaugurada no

final do século XIX e início do século XX. Para o Autor, esse período de modernização incorporou uma nova *intelligentzia* urbana intelectual, portadora do conhecimento especializado e instituidora de práticas racionalizadoras do trabalho social.⁹

A partir da reorganização dos serviços administrativos do Estado, nos moldes da fábrica moderna, e o desejo de estudar proficuamente cada uma das atividades produtivas locais, a fim de fomentar o desenvolvimento do comércio e principalmente da indústria de produtos primários, o Governador José Augusto comissionou, através do Departamento da Agricultura e Obras Públicas, o químico industrial Raul Caldas; com essa medida visava ao exame de todas as possibilidades de aproveitamento da indústria do sal, bem como as possibilidades industriais dos óleos vegetais norte-rio-grandenses, devendo, no prazo de um ano, oferecer um relatório completo dos estudos e pesquisas a serem realizados de forma experimental e, ao fazê-lo, tais projetos somente foram realizados parcialmente, face às dificuldades econômicas do Estado. Além de fazer circular materiais impressos, escritos em linguagem acessível ao alcance de todos sobre *"métodos racionais de trabalho relativos à indústria e formas de organização e exploração das salinas"*, objetivava introduzir, aos poucos, segundo José Augusto, um sistema de trabalho na linha do *"Taylorismo"*.¹⁰ Parece-nos que, sobre o desejo de José Augusto - de renovação da estrutura econômico-social e a introdução do método taylorista da organização da produção e do trabalho, a começar na sua totalidade pela indústria salineira -, cabe perfeitamente a colocação de Gramsci, no momento da introdução da economia programática do americanismo e fordismo na Itália. Para ele, os novos métodos de trabalho taylorista *"estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a*

vida; pois não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro".¹¹

Na ordem das proposições de medidas renovadoras encetadas por José Augusto, situava-se, por excelência, a produção algodoeira como a que estava a exigir precipuamente melhorias de aprimoramentos, por ser a principal fonte econômica pública e privada no Estado. Nessa operação, José Augusto, mediante acordo com o Governo Federal, representado pelo Deputado Juvenal Lamartine e o Senador Ferreira Chaves, organizou o Serviço Estadual do Algodão através da criação de estações experimentais, uma em Macaíba e outra próxima ao açude Gargalheiras, na cidade do Acari. Nesse sentido, buscava-se desenvolver e aperfeiçoar a cultura algodoeira, principalmente do chamado algodão mocó ou seridó e de seus derivados, por processos técnicos mais racionais e econômicos, de acordo com os padrões oferecidos pelo Serviço Federal. Esse serviço, no Estado, ficava a cargo de uma Delegacia Federal, sob a coordenação de Cristovam Dantas, filho de Manoel Dantas e portador de um curso de especialização nos Estados Unidos, em lavoura algodoeira, na Universidade de Georgia. E para dirigir o Serviço Regional do algodão, José Augusto convidou o então diretor do Departamento de Agricultura e Obras Públicas, o engenheiro Antídio de Brito Guerra.

A cultura algodoeira foi considerada como a prioridade por excelência no governo de José Augusto, face ser ela a principal base econômica sobre a qual repousava a chamada prosperidade da receita pública do Estado e da fração produtora e comercializadora. Entretanto, por oposição à cultura algodoeira, a da cana de açúcar, a mais vultosa fonte de vida econômica e formadora de uma oligarquia abastarda e dominadora da política do Estado nos tempos de domínio político da oligarquia maranhão, naquele instante, era apresentada por José

Augusto e assessores como cultura *"tomada por uma grande crise que aqui repercutiu com mais intensidade por falta de capitais e pelo atraso dos processos de fabricação e de trabalho"*. E que o melhoramento técnico adaptável *"dependia da consecução de capitais que viessem transformar os vetustos processos da cultura, dotando a fabricação do açúcar de modernas máquinas usadas e adotadas em todo mundo"*.¹² Para Francisco de Oliveira, tal medida estratégica, operada pelas oligarquias no poder, num mecanismo de valorização do "Nordeste" algodoeiro-pecuário e as facções oligárquicas beneficiárias, submeteu o "velho" Nordeste açucareiro em trânsito para os processos dinâmico-capitalistas de produção e apropriação de valor por meio da conversão dos "engenhos" em usinas, e da expansão da indústria têxtil a uma estagnação sócio-econômica, por mais de três décadas seguidas, e de repercussões sociais gerais.¹³

Estudos das estratégias de transformação da capital Natal em uma cidade síntese de inovações culturais, no horizonte capitalista de determinação de modos de viver e de práticas sociais, constituíram-se em uma espécie de delírio fordista no sentido de Gramsci¹⁴, a partir dos seus agentes modernizantes; ocorria isso num momento em que o discurso do tema da industrialização em suas bases científicas da organização da administração empresarial, da produção e do trabalho capitalista, nos moldes fordista-taylorista, começava a ser difundido no Brasil a partir de São Paulo, mais especificamente vindo das práticas discursivas do empresário Roberto Simonsen.¹⁴

Alguns historiadores têm registrado a atuação de reformadores sociais atentos à questão da industrialização no decorrer da década de 1920, colocando a fábrica como pressuposto de organização das instituições e da própria sociedade. Nesse sentido, com o concurso de engenheiros, médicos higienistas e educadores, estratégias pontuais de intervenção política foram

elaboradas com vistas a uma educação moralizadora, à saúde, à higiene pública e à remodelação do espaço urbano.

Margareth Rago, estudando os dispositivos estratégicos de produção da “cidade disciplinar” em São Paulo, de 1890 a 1930, constata que, em momento de crescente desenvolvimento urbano-industrial, mecanismos de funcionamento de práticas moralizadoras e disciplinadoras para a classe trabalhadora poderiam ser percebidos nos diversos campos de atividade social, segundo uma racionalidade que “*glorificava as idéias da ciência, da técnica e do progresso*”.¹⁶ Nessa linha de estudos, Auxiliadora Guzzo Decca completa que as iniciativas em relação à educação, à saúde e à higiene da classe trabalhadora nas instituições filantrópicas ou de cunho educativo em São Paulo, revelavam uma visão que, em certo sentido, se assemelhava à condição do trabalhador “*ser progressivamente ‘educado’*”, não somente em nome de uma “*harmonia social*”, mas também em função dos interesses do Estado e de questões de ordem econômico-sociais.¹⁷ Reforçando tais posicionamentos, Edgar de Decca acrescenta que, a partir do final dos anos 20, “*qualquer teoria de governo ou qualquer solução político-institucional passava pelo reconhecimento do pressuposto fundamental da economia política - a fábrica como ideal civilizatório da sociedade*”. Nessa operação haveria desde os anos 20 “*um tema da industrialização*”, presente em alguns setores da sociedade, desdobrando-se numa multiplicidade de práticas racionais, instituídas por industriais e reformadores sociais.¹⁸

Considera-se aqui a perspectiva de Edgar de Decca sobre o que a elaboração do tema da industrialização sintetizava; em parte, inúmeras estratégias de organização do universo cultural que uma sociedade urbano-industrial demandava, assim como a construção de uma hegemonia cultural que implicava tanto na “*produção de um saber especializado como em mecanismos de coerção*

que atuavam diretamente sobre a organização da vida e do trabalho na sociedade". Nessa medida, tanto a formulação do tema da industrialização como a subsequente organização do campo cultural não correspondem apenas ao desenvolvimento das forças produtivas; representam, também, segundo o Autor, a instituição de "movimentos cotidianos de uma luta e de um conflito," sob o paradigma da fábrica como "ideal civilizatório da sociedade".¹⁹

A reforma do Estado, com a criação de órgãos responsáveis pela implementação de alguns estudos e práticas culturais capitalistas, no campo da agricultura sob o paradigma da fábrica, não é, entretanto, o único registro do tema da industrialização nas pautas modernizadoras do Governo de José Augusto. Em outro registro, a cidade é proposta como objeto de intervenção social destinada, por meio de suas instituições, ao regramento de novos valores e práticas de uma ordem urbana e industrial, fato que exigiu um eloquente esforço ideologizador de seus agentes concebedores, ao qual se incorporavam os signos de progresso e de futuro moderno.

4.1 - O reordenamento do público e do privado no espaço urbano da cidade

Escrevia Luís da Câmara Cascudo, em 1946, que a cidade do Natal era de uma "perspectiva indefinida". E por isso, estava sempre tomada por um desenvolvimento violento, diário, incessante, ganhando os tabuleiros, subindo os morros".²⁰ A história da cidade do Natal teve como cenário, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a Cidade Alta, bairro residencial, comercial e das igrejas, por excelência, e, posteriormente, a distante Ribeira ou

Cidade Baixa (nome que denunciava um alagadiço de águas salobras trazidas pelas marés do rio Potengi), desenvolvido a partir do movimento da estação da Estrada de Ferro e do Cais do Porto, assim como dos armazéns de compra e venda de açúcar e algodão para exportação. A sede, na Ribeira, do Palácio do Governo ainda no período imperial e sua permanência até 1902, quando fora para a Cidade Alta, para o Palácio do Tesouro, daí em diante Palácio do Governo, trouxe a instalação de limitadas indústrias, escritórios de firmas inglesas e americanas, bancos, hotéis, casas residenciais e comerciais, repartições públicas, estaleiros, oficinas do porto e da estrada de ferro, cabarés, bares, redações de jornais, escolas, teatro Carlos Gomes (hoje Alberto Maranhão), clubes de danças e o primeiro cinematógrafo (cinema) da cidade, o Polytheama.

Na proporção das transformações urbanas da cidade tem-se, paulatinamente, a formação de novos bairros - Cidade Nova²¹ (formado pelos atuais de Petrópolis e Tirol), Alecrim, Rocas, Quintas, Guarita e outros, em cujo recorte espacial os sinais de classes sociais e frações de classe estavam presentes. Na obra *Scenários Norte-Riograndenses*, Amphilóquio Câmara descreve a representação urbana de Natal nos anos 1920. Nessa perspectiva, o bairro da "Cidade Alta" era identificado pelo Autor como habitado pelo "*grosso da população urbana*"; a "Cidade Nova," com largas avenidas, salientava-se, pela presença de "*lindos e elegantes 'chalets,' ruas e praças bem arborizadas*"; as Rocas, erguido sobre as dunas, próximo aos morros e ao bairro da Ribeira, tinha a presença de "*pescadores e operários do porto e das oficinas da estrada de ferro*"; Guarita e Quintas eram identificados como sendo operários, com casas de amplos quintais, que pareciam sítios; e o Alecrim, bairro inicialmente operário e ampliado pela população sertaneja que emigrara para a capital.²²

O crescimento demográfico trouxe paulatinamente a intervenção de tecnologias de urbanização, modernização, higienização e disciplinamento da cidade, principalmente a partir do segundo governo de Alberto Maranhão (1908-1913). À época de José Augusto, uma nova política reurbanizadora foi forjada com expectativas de *"fomentação e melhoramento das possibilidades econômicas do Estado"*,²³ embora o mundo fabril fosse insignificante no universo cultural das cidades potiguares.

As estratégias norteadoras de intervenções no espaço público e privado consistiram em uma série de medidas governamentais, como a criação da Comissão de Saneamento em Natal, subordinada ao Departamento de Agricultura e Obras Públicas, coordenada pelo engenheiro Henrique Novaes, com o objetivo de estudar e projetar a remodelação da cidade do Natal e ampliar os seus serviços de abastecimento d'água e da rede de esgotos pluviais e domiciliares, além de outros municípios que quisessem aproveitar o auxílio do Estado para os mesmos fins.

Nesse sentido, sob a coordenação do engenheiro Henrique Novaes, a Comissão de Saneamento em Natal, com a colaboração de outros órgãos estadual e municipal, elaborou a planta topográfica daquela cidade, para, a partir daí, projetar e realizar a perfuração de mais de uma dezena de poços no lugar chamado baldo, próximo à usina elétrica de Oitizeiro; ampliação do abastecimento d'água, da redes de esgotos e da de energia elétrica; remodelação e identificação dos nomes das novas avenidas, ruas e praças construídas; definição de novos ramais para os bondes elétricos; ampliação e renovação da rede de telefonia; remodelação dos edifícios públicos, entre outros, considerados como indispensáveis a uma cidade moderna e ao seu progresso.²⁴ As transformações das cidades latinas no início do século, conforme Rama, contribuíram para um

*"imprevisível amanhã e deixou de viver para o ontem nostálgico e identificador", onde a experiência cotidiana das pessoas foi de estranhamento com o ritmo frenético das mutações.*²⁵

Em vista do projeto de remodelação da cidade com o traçado de novas praças, bairros, avenidas e ruas, escolas, hospitais, novas vias públicas e linhas de bondes, demarcado pela divisão de classes sociais, foi realizada uma Conferência no Palácio Municipal com o pintor e professor amazonense, Olympio Menezes, cujo tema - uma nova ordem arquitetônica brasileira - voltou-se para a definição de estilos e representações estéticas renovadoras de conformidade com um modelo de arquitetura brasileira.²⁶

Visando a efetivar formas de enquadramento disciplinar da população operária no cotidiano da cidade em processo de modernização, múltiplas estratégias de controle, segurança, regeneração moral e de vigilância sanitária foram planejadas e executadas em diversos campos da atividade social, por autoridades públicas e setores da burguesia, nas décadas finais do século XIX e nas iniciais do século XX, nas principais cidades brasileiras.²⁷ Tais dispositivos coercitivos e ideológicos, utilizados pelos reformadores sociais nos espaços públicos e privados da cidade de São Paulo, foram analisados por Rago e Guzzo Decca, como sendo formas de imposições das representações burguesas na instituição de um novo imaginário social para a população operária e pobre, apresentada como animalesca, ignorante, doente, dotada de uma sexualidade instintiva e cheia de superstições e, para tanto, precisava de um soerguimento físico e moral.²⁸

Tomando como paradigma a reforma médico-sanitária desenvolvida pelas autoridades públicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, dentro do processo

de remodelação da cidade no início do século XX, ficou estabelecido na reforma administrativa do Governo de José Augusto um amplo programa de saúde pública, envolvendo crianças, homens e mulheres no espaço da moradia, do trabalho, da rua, do lazer e da escola, pela atuação dos médicos, higienistas e sanitaristas, vistos como imprescindíveis no controle e na vigilância sanitária da vida social e individual, sobretudo da população pobre. Como primeira estratégia e em vista às leis federais que decorreram das campanhas sanitárias iniciadas por Carlos Chagas, Belisário Penna e outros, o Governo Estadual, através do Departamento de Saúde Pública, a cargo do médico Manoel Varella Santiago Sobrinho, criou, em acordo com a Administração Federal, o Serviço de Saneamento Rural do Rio Grande do Norte, que funcionou através de Postos Sanitários, realizando o combate das principais endemias, promovendo vacinações em massa, distribuídas pela capital e nos municípios maiores, sob a coordenação do médico Waldemar de Sá Antunes.

Outras estratégias, em decorrência da remodelação da cidade, inscritas numa perspectiva de instituição de uma ordem social capitalista, comercial e industrial, foram realizadas como o funcionamento da polícia sanitária das habitações para visitas de higienização às casas residenciais, estabelecimentos privados e instituições públicas; a criação da inspetoria de proteção e assistência à infância por meio de um corpo de enfermeiras visitadoras, ao lado do serviço de assistência de saúde materna pré e pós-maternidade. Além da criação do serviço demografo-estatístico e da instalação do laboratório de análise química, para exames microscópicos e pesquisas biológicas necessárias à elucidação de casos clínicos, assim como a fabricação de medicamentos e outros produtos destinados às áreas de saúde, agricultura, veterinária e industrial do Estado. Medidas como a construção de hospitais, a exemplo do Hospital do

Seridó, em Caicó, em 1926, e de inúmeros postos de saúde na capital e nos municípios, tiveram como alvo imediato o combate e a profilaxia de sífilis e moléstias venéreas, sob a coordenação geral do médico Januário Cicco, em cujas práticas de cunho pragmático, na gestão da cidade, que apelavam para as noções de ciência, técnica e progresso, sintentizavam representações liberais utilitaristas quanto aos aspectos sócio-econômicos, morais e eugênicos.²⁹

Aliás, a preocupação dos médicos higienistas, pedagogos, políticos e governantes brasileiros com a normatividade da educação e da saúde corporal e mental da criança e da mulher, emerge, inicialmente, com a constituição do mercado livre de trabalho para, somente com o processo de urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial nas principais cidades do país, adquirir formas dispersas de intervenções públicas e privadas.³⁰ Na representação imaginária que os reformadores sociais faziam da criança e da mulher, a metáfora do corpo produtivo era um recurso retórico de grande eficácia sensibilizadora para operar as estratégias de disciplinamento e de vigilância da vida social e individual dessa população moradora dos bairros demarcados como pobres e operários.

O significado dessas estratégias pode ser lida em mensagem de José Augusto para o Congresso Legislativo do Estado. Assim, era pretensão do seu governo "*dar maior amplitude aos serviços definidos como higiene, saúde, propaganda sanitária e assistência pública*". Por entender, "*que o mais valioso dos capitais com que se pode contar um povo é o capital homem, de cujo vigor físico e de cuja saúde moral dependem o progresso e o desenvolvimento econômico de nossa terra*".³¹

A inegável gravidade da situação de saneamento no Rio Grande do Norte nesse período reforçava o poder persuasivo da propaganda sanitária,

através da ação dos inspetores médicos, polícia sanitária, entre outros, promovendo palestras e conselhos de higiene, assim como a distribuição de uma multiplicidade de impressos, como recurso de operar a regeneração física e moral do "povo." Em maio de 1924, convidado por José Augusto, o sanitarista Belisário Penna esteve no Estado, onde visitou com o Governador a zona do Seridó, além de realizar em Natal, conforme *praxe* da época, uma Conferência tratando da positividade das medidas de "*saneamento físico, intelectual e moral do povo do Rio Grande do Norte,*" então empreendidas, que, fundadas na orientação positivista, visavam, na ótica do próprio José Augusto, "*à ordem moral e o progresso em geral.*"³²

Com essa concepção e na expectativa de homogeneização de medidas referentes à remodelação das cidades interioranas e, dentro delas, dos serviços de saúde pública e saneamento, administração pública e impostos, educação e agricultura, desenvolvimento comercial e industrial, face à "*fomentação do progresso econômico-social,*" foi realizado, em junho de 1926, o Congresso das Municipalidades do Rio Grande do Norte. Naquele Congresso, a Administração do Prefeito do Natal, engenheiro Omar Grant O'Grady, substituto de Manoel Dantas, quando este faleceu de febre tifóide em junho de 1924, serviu de paradigma para os demais prefeitos, quanto ao estilo operativo de remodelação da cidade.³³ Em relatório apresentado ao então Governador Juvenal Lamartine em 1929, o prefeito Omar O'Grady tratava de registrar que "*Natal é uma das poucas cidades no Brasil que estava cuidando seriamente dos planos de sistematização da cidade, como problema de ordem geral, em contraste com os projetos parciais sem a preocupação com o conjunto da cidade (...) e de seu desenvolvimento futuro.*"³⁴ Poder-se-ia dizer que a remodelação da cidade, gerada pelas pautas urbanas modernizadoras no início do século, sob os signos da ordem, do progresso e da

segurança, como observou Rama, procurou subtrair as particularidades, na ânsia de uma homogeneidade normativa de práticas e estilos morais universais.³⁵

Nesse afã, no jornal A República, ao lado das habituais propagandas de "regulador gesteira," "elixir 914", "pílulas de foster", "sedativo regulador Beirão", "elixir Muraré Caldas," "leite de colônia", "sabonete dory," "pílulas de vida dr. Ross," surgiram as propagandas em torno das máquinas de escrever Remington, das máquinas de costurar Singer, dos automóveis e pneus Ford, Chevrolet, e Good Year, das bebidas e geladeiras da Antártica, dos produtos da Nestlé, pianos Schieler e outras. Ao mesmo tempo, assuntos da aviação comercial - por ocasião da rota por Natal do hidroavião brasileiro "Jahu," e antes dele, a passagem do italiano "Santa Maria," pilotado por Marquês de Pinedo; o português "Argos," a esquadrilha norte-americana dos anfíbios e os aviões "Bregues" da companhia francesa Latecoére (atualmente Air France) - deram suporte não somente às matérias dos jornais locais, mas também tomaram-se léxicos para propagandas de produtos novos lançados no mercado (a exemplo das gravatas "jahu"), contos e poesias das revistas literárias da época.³⁶

Ganhou publicidade na imprensa a audiência do piloto Mr. Vachet e do engenheiro Antoine Clavé, representantes da Companhia Latecoére, além do agente do consulado da França, Dr. Alcebíades Roselli, com o Governador José Augusto, para tratar da construção de uma pista de pouso de aviões comerciais, no lugar onde atualmente funciona o Aeroporto Augusto Severo, no município de Parnamirim, face às necessidades do transporte aéreo internacional que ligaria a Europa à América Latina. Entusiasmado com os signos de progresso e de moderno, os quais, em última instância, gerariam resultados de bem-estar social gerais, José Augusto, secundado pelo Prefeito Omar O'grady, acertou com os representantes franceses no sentido de providenciar, de imediato, a construção de uma estrada de

rodagem com o desdobramento nas obras do aeroporto. Outras iniciativas, como a fundação da Escola de Aviação Militar, pelo 29º Batalhão de Caçadores, sediado em Natal, repercutiram na imprensa como sendo mais uma inovação na *"transmutação da mentalidade ambiente"*.³⁷

Para fazer a publicidade do Estado foi montado um *stand* no Museu Agrícola e Comercial do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, com a finalidade de divulgar, com o suporte de um filme - "Cine Jornal do Rio Grande do Norte" - as atividades comerciais, industriais e os serviços estaduais de saúde, saneamento e outros. É nas imagens das principais cidades que as imagens da escola aparecem como uma das pautas modernizadoras da reforma do Estado.³⁸

4.2 - As imagens da vida nas imagens da escola

A reforma educacional do Governo de José Augusto, como uma das pautas modernizadoras da reforma do Estado, representou a intenção de ampliar as realizações escolanovistas em curso desde a reforma do ensino de 1916, a partir da orientação vigente da Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916.

Em Mensagem lida por José Augusto, na instalação da 12ª Legislatura Estadual, em novembro de 1924, foi destacada, por ele, a importância conferida à educação pelos Governos sucessivos de Alberto Maranhão, Ferreira Chaves e Antonio José de Melo e Souza, relativamente a uma nova organização geral do ensino, edificações escolares e inspeção técnica. De modo que o Rio Grande do Norte poderia se apresentar diante dos outros Estados, *"como um daqueles em que há uma eficiente aparelhagem escolar e, na rotatividade dos nossos recursos e da nossa população global, tem o maior número de institutos destinados ao ensino"*

público". Ao referir-se ao programa educacional de seu Governo, acrescentou sua intenção de "*desdobrar com qualidade as instituições educativas do Estado*".³⁹

Com base na reforma de 1916 e na organização do ensino do Estado de São Paulo, por ocasião da reforma de 1920, de inspiração do então Diretor da Instrução Pública, A. Sampaio Doria, o programa educacional do Governo de José Augusto definiu estratégias partilhadas de ações educativas, envolvendo Estado, município, iniciativa privada e instituições associativas, com vistas à disseminação do ensino primário por excelência, com desdobramentos no trabalho pedagógico do professor e administrativo da escola, de maneira geral. As iniciativas se fizeram no sentido de tornar o espaço da escola dotado de maior controle para atingir uma possível homogeneização das práticas sócio-educacionais.

Ao partilhar de uma mentalidade educacional própria dos educadores profissionais envolvidos com as mudanças do ensino, quando estavam na gestão política das Diretorias Gerais da Instrução Pública, a exemplo de Sampaio Doria em São Paulo, Antonio Carneiro Leão (1922-1926) e Fernando Azevedo (1927-1930) no Distrito Federal,⁴⁰ José Augusto e os intelectuais envolvidos com a reforma das instituições sociais no Estado procuraram ampliar o papel "civilizador" das práticas escolares aliadas às medidas de saúde, saneamento e de higiene sobre a cidade em remodelação, convergindo para a questão da moralização dos costumes urbanos, com o objetivo de disciplinarização abrangente da vida cotidiana das pessoas, especialmente das classes populares, compatíveis com as exigências da nova ordem social que vinha sendo implantada desde os tempos do Governo de Alberto Maranhão.

Na década de vinte, no Rio Grande do Norte, a base teórica de organização da educação compreendia o ensino infantil (dois anos), primário ou

elementar de (quatro anos) e complementar (dois anos). Funcionando estes em grupos escolares de primeira classe, na capital; de segunda classe, nas cidades do interior; e de terceira classe, nas vilas. As escolas isoladas, destinadas ao funcionamento do ensino primário, funcionavam nas localidades que não tinham a população escolar mínima (120 alunos), necessária à criação de um grupo escolar e seguiam a mesma classificação dos grupos escolares. Ainda existiam as escolas rudimentares fixas e noturnas (dois anos); ambulantes (cinco meses), funcionando em bairros operários, povoados ou fazendas e as subvencionadas (municipais, privadas e associativas). Os outros níveis de ensino compreendiam o secundário, ministrado no Atheneu Norte-Rio-Grandense; o ensino normal com uma escola na capital e outra em Mossoró, a Escola Profissional do Alecrim, anexa ao grupo escolar "Frei Miguelinho; uma Escola de Agricultura e Zootecnia, então criada na cidade de Macaíba e a Escola Superior de Farmácia.⁴¹

Na diversidade da organização escolar primária, outras diferenças existiam como o ensino diurno e noturno; classes do sexo masculino, feminino e mistas; ensino para crianças, adolescentes, adultos e pobres; utilização do método ativo e indutivo nas escolas oficiais e livre nas privadas. Ademais, face à adoção de uma concepção de "educação integral", que repousava sobre uma base moral, higiênica e econômica, o ensino era ministrado na forma de conhecimentos gerais e conhecimentos com aplicações práticas, escalonados de acordo com o tipo de escola e clientela, e cuja orientação podia ser seguida pelas demais escolas.

Entre as medidas voltadas para a homogeneização e controle das práticas pedagógicas e administrativas da escola primária, e com vistas à ampla disseminação do ensino, sem eliminar os diferentes tipos de escola, encontra-se a instalação do Conselho de Educação em dezembro de 1924 (em substituição ao Conselho Superior de Instrução Pública), concebido nos moldes do projeto de

autoria de José Augusto quando Deputado Federal, em que propôs a criação do Conselho Nacional de Educação; ainda dentre aquelas medidas, destacou-se a utilização de dispositivos de controles como os Conselhos Escolares Municipais e a Inspetoria de Ensino. Aos Conselhos Escolares Municipais, sob a presidência do Intendente e composto de quatro delegados nomeados pelo Diretor do Departamento de Educação, cabia a função de fiscalizar as escolas da jurisdição municipal em seus aspectos administrativos, morais, higiênicos, além de promover o recenseamento escolar anual, podendo aplicar punições aos estabelecimentos de ensino ou, mesmo, aos professores, funcionários e alunos que não cumprissem as atribuições legais. À Inspetoria de Ensino, composta de técnicos em educação, cabia a responsabilidade da orientação e da fiscalização técnica das escolas no que dizia respeito à *"observância dos métodos e processos de ensino recomendados pelo Departamento"*. O Conselho de Educação, composto pelo diretor do Departamento de Educação, como presidente, e pelos Diretores da Escola de Farmácia, do Atheneu, da Escola Normal de Natal e de um dos grupos escolares da capital e de mais quatro membros nomeados pelo Governador, para o período de quatro anos, tinha entre suas atribuições a organização dos programas dos cursos primários distribuídos pelas diferentes escolas, cursos normais e profissionais; a indicação de livros didáticos para os cursos primários e aprovação ou não dos que forem escolhidos para os demais cursos; medidas pedagógicas de melhoramento da educação; auxílio na indicação de livros para as bibliotecas escolares.⁴²

Nesse sentido, a homogeneização das práticas pedagógicas da escola deu-se, em parte, através da ação normativa do Conselho de Educação, indicando conteúdos, métodos, livros didáticos, com respectivos autores eleitos como prioritários dentro do conhecimento transmitido pela escola, e publicados em anexo aos impressos que serviam de suporte aos Regimentos Internos das diferentes

escolas, como forma de operacionalização dos dispositivos da Lei da Reforma do Ensino de 1916.

Os propósitos do programa de Governo de José Augusto quanto à disseminação generalizada da educação primária, ao lado da melhoria da qualidade do ensino, voltavam-se para a *"elevação da mentalidade das pessoas de forma a integrá-las na vida moderna da qual depende o progresso do Rio Grande do Norte"*.⁴³ É com essa ótica que a educação sempre foi amplamente "valorizada" por ele, como sendo investimento na capacidade produtiva do *"principal dos capitais, o capital humano"*; sobressaía-se, portanto, uma influência direta da educação sobre a mudança de mentalidade, atitudes, valores e conseqüentemente sobre a *"superação do atraso econômico e social"*,⁴⁴ além de ser um eficiente instrumento de controle social.

As convicções de José Augusto, nesse sentido, reverteram durante o seu governo na realização de uma ampla campanha, em termos de ampliação da oferta do ensino primário nas escolas públicas e privadas subvencionadas pelo Estado, e que tinha nas comemorações de "Um Século de Ensino Primário" o principal suporte.⁴⁵ Dados do censo escolar do Departamento de Educação sobre o movimento da matrícula do ensino primário, no início do ano escolar de 1924, mostravam que, de uma população de 530 mil habitantes (42 mil em idade escolar), a matrícula nos grupos escolares atingiu 2.366 alunos, com a média de freqüência mensal de 1.777; nas escolas isoladas, esses números ficaram em torno de 1.481 e 1.438, respectivamente; nas escolas rudimentares, a matrícula foi de 3.378 alunos, com a média de freqüência mensal de 3.188; e, nas escolas subvencionadas, incluindo as municipais, a matrícula registrada tratava de 3.732, com a freqüência mensal de 2.655 alunos. Essa performance foi considerada não muito satisfatória pelo Diretor do Departamento de Educação, em relatório enviado ao Governador

Prestigiada pelo Governo de José Augusto, a cidade de Caicó, situada na época em uma zona econômica considerada próspera em vista da produção do algodão, foi uma das primeiras a entrar na campanha de ampliação da oferta do ensino primário, quando, por iniciativa do Prefeito Cel. Joel Damasceno, o "moderno" prédio do Grupo Escolar "Senador Guerra" começou a ser construído com auxílio de recursos estaduais, sob a responsabilidade do construtor L. Sigaud. Tal obra foi inaugurada por José Augusto em abril de 1925. No regime de parceria ajustado, o Governo Estadual colaborou com investimentos na compra de um motor para o abastecimento da energia elétrica, em lugar dos antigos lampiões acesos manualmente, e construiu o prédio do Hospital do Seridó, que foi inaugurado em agosto de 1926 pelo Presidente Washington Luis. De outro lado, auxiliou na instalação e manutenção do Colégio Santa Terezinha do Menino de Jesus, criado em outubro 1925, pela Congregação Filhas do Amor Divino, de origem austríaca, a partir de um movimento organizado pelo vigário Cônego Celso Cicco e pelas chamadas famílias tradicionais, para que houvesse na cidade um educandário destinado à "educação integral" das mulheres. Ministrava na época, além do ensino de humanidades, religião, música, culinária, pintura, desenho e datilografia.⁵⁰ O Jornal A República procurou registrar "*a capacidade operativa e o patriotismo*" do Cel. José Damasceno e do Governador José Augusto, no empenho do "*progresso social*" da cidade, firmemente determinado na "*ampliação da oferta do ensino e de uma escola para a educação das mulheres*", como forma de responder às "*exigências da modernidade*".⁵¹

Nessa operação, a propaganda funcionava como mecanismo persuasivo para atrair adeptos na chamada "*corrida ao progresso e à modernidade*", com apelos traduzidos nos signos de "*patriotismo e de civismo*"; assim buscava o Governo do Estado enfocar, através de linguagem ideológica, os temores quanto ao

"preço do retardamento do progresso social", e de esperanças quanto à ação condutora das "elites" esclarecidas, para que se fazia necessária a ampla difusão do ensino, objetivando, em última análise, progresso humano e geral.

Ao tratar desse período em sua dissertação de mestrado, Marta Araújo faz o registro da gestão de Nestor Lima como marcada por medidas administrativas tão inovadoras, *"que para muitos seu trabalho foi considerado como sendo uma nova reforma do ensino".*⁵² Vejamos como isso aconteceu.

A partir do segundo Governo de Alberto Maranhão, a meta de criação de grupos escolares tornou-se prioridade nos programas dos governos da chamada Primeira República. Com exceção dos Grupos Escolares "Augusto Severo," anexo à Escola Normal, e "Frei Miguelinho," em Natal, funcionando em prédios próprios, os demais costumavam funcionar nos salões das Prefeituras (ou Intendências) com apenas o curso primário ou elementar, como se chamava na época, sem os cursos infantil e complementar. Recebiam, geralmente, a denominação de pessoas consideradas ilustres da cidade como o "Senador Guerra", em Caicó, "Tomás de Araújo", em Acari, "Capitão Mor-Galvão", em Currais Novos, "Fabrício Maranhão", em Pedro Velho, "Alberto Maranhão", em Nova Cruz, "Nisia Floresta", em Papary (hoje Nisia Floresta), "Auta de Souza", em Macaíba, entre outros. (No Governo de José Augusto foi elaborado um amplo programa de incentivo à construção de grupos escolares por parte das Prefeituras, com o auxílio de recursos do Estado e com a proposta de inclusão, ao lado do curso primário, dos cursos infantil e complementar na organização da estrutura do ensino daqueles grupos escolares quando se verificasse aumento de matrícula. O incentivo valia para a criação das escolas rudimentares e para as construções de prédios de escolas isoladas e, no caso de aumento de matrícula e dependendo da zona econômica, tais escolas construídas nas cidades podiam se transformar em grupos escolares. De igual

maneira, o incentivo foi assegurado na ampliação das escolas subvencionadas, de conformidade com o previsto na legislação do Departamento de Educação.

Destinava o Estado nesse período cerca de 20% de sua receita à educação, à cultura e às atividades desportivas, contando ainda com parte dos recursos provenientes do Fundo Escolar.⁵³ O clima cívico e persuasivo da campanha educacional, veiculado pela imprensa no combate ao analfabetismo, convergindo sempre para as questões de ordem da moralização dos costumes citadinos e do progresso em geral, servia, assim, de recurso para mobilização de todos os setores da sociedade no apoio à campanha encetada.⁵⁴

A operação do Departamento de Educação no incentivo as Prefeituras para construção de grupos escolares, escolas isoladas, entre outras, significou, por um lado, a estratégia da expansão do atendimento escolar e, com ela, a homogeneização pedagógica e administrativa da escola *"de acordo com os processos mais recentes da pedagogia ativa ou moderna"*,⁵⁵ por outro lado, significou, no caso específico da criação dos grupos escolares, a introdução da concepção de educação implícita na organização do ensino dos respectivos estabelecimentos, como veremos mais adiante.

Dar publicidade à campanha educacional promovida pelo Departamento de Educação no combate ao analfabetismo, através do incentivo à ampliação da oferta escolar pela iniciativa pública e privada, foi o que fez o Jornal A República, divulgando diariamente as realizações do Governo José Augusto, assim como as adesões das instituições privadas e associativas sob o incentivo das subvenções financeiras do Estado, tanto no sentido da oferta do ensino primário, quanto em relação às iniciativas culturais e desportivas.

As primeiras adesões de instituições privadas e associativas vieram através da ampliação da oferta do ensino primário nas escolas então subvencionadas pelo Estado, a exemplo da "Jovino Barreto", mantida pelas Industrias Reunidas Norte-Riograndense, que tinha uma escola destinada aos filhos dos operários; a "Ponciano Barbosa", do Círculo Operário Católico; a "Escola Evolução", da maçonaria. Enquanto a "Escola "Augusto Leite", do Centro Operário do Rio Grande do Norte (instituição sindical que congregava as entidades sindicais do operariado do Estado), e o Grupo Escolar "Antônio de Souza", da Associação dos Professores do Estado, não somente ampliaram a oferta do ensino, como também criaram cursos profissionalizantes de música, no caso da "Escola Augusto Leite". O Grupo Escolar "Antônio de Souza", procurou, desde então, equiparar seu programa com o das escolas públicas, introduzindo o nível infantil e complementar, este último como desdobramento do nível primário que, além das disciplinas regulares, tinha os cursos de bordado, corte e costura à máquina, e de música.⁵⁶ Sem contar outras escolas criadas, como a "Dioclécio Dantas",⁵⁷ pela Associação "União dos Sapateiros", a "Escola N. S. do Rosário", pelo capelão Theodoro Kokk da igreja Sagrada Família, no bairro das Rocas, e vários externatos e escolas noturnas criados, estas pela Prefeitura de Natal para funcionar principalmente nos bairros operários e periféricos da cidade em ampliação e remodelação.

Em Natal, as subvenções financeiras do Estado contribuíram para a instalação dos institutos de música, como o "Carlos Gomes", que funcionava na Associação dos Escoteiros do Alecrim e o "Santa Cecília", com cursos de piano, violino, bandolin, flauta, oboé (instrumento musical de sopro, feito de madeira), clarineta e canto. Assim como contribuiu para a fundação nas dependências do Atheneu Norte-Riograndense de um Instituto de Línguas para ministrar cursos de francês (prof. Abel Barreto), inglês (prof. Celestino Pimentel, Miss Florence Swart e

Miss Isabel Baird), Alemão (Dr. Waldemiro Fetterman) e italiano (Cônego Estevam Dantas). No incentivo às atividades físicas e desportivas de maior interesse de uma parte da população que freqüentava as associações recreativas, o Estado passou a subvencionar os clubes como o Centro Náutico Potengi, a Associação de Remo e Natação, o Sport Club de Natal, o Centro Esportivo Natalense e o América Foot Ball Club.⁵⁸

Como a cidade em remodelação, as práticas escolares, culturais e desportivas, subvencionadas pelo Estado, tinham o papel não somente de disciplinamento do corpo e do espírito das populações citadinas, mas também, ao lado das práticas de saúde, higiene e saneamento, eram tomadas como sendo um investimento na "qualidade" do "capital humano", face às exigências de vida e de trabalho produtivo na ordem capitalista.⁵⁹ Alargar a oferta da educação escolar e, com ela, uma aprendizagem prática, levando a população para dentro das escolas, distribuída desigual e diferencialmente pelos bairros demarcados de ricos e pobres, com o aumento crescente da última categoria, atendia aos objetivos em favor de uma ampla reforma social, moral e da melhoria da "qualidade" do "capital humano", com desdobramentos no cotidiano da cidade em processo de crescimento urbano sob o signo do moderno e do racional. Segundo Schultz, pela "teoria" do capital humano, de cujos postulados José Augusto era adepto, investimentos em saúde, higiene, saneamento, lazer, cultura e educação são, em parte, *"responsáveis pelo impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador"*.⁶⁰

Se em Natal a campanha educacional de aumento da oferta da educação escolar deu-se, praticamente, através do aumento de vagas nas escolas públicas, privadas e associativas, ou, mesmo, pela criação de escolas rudimentares, pequenos externatos e escolas noturnas, no interior do Estado, outros mecanismos foram acionados por meio de auxílios financeiros às Prefeituras com o objetivo da

construção de uma rede de grupos escolares e de escolas isoladas, sob as bases de uma nova organização do ensino primário, moldada pela Reforma de 1916 e ampliada na gestão de Nestor Lima.

Tinha José Augusto, conforme já foi tratado neste trabalho, como uma das principais prioridades do seu governo a fomentação, por meio de projetos especiais e experimentais, o melhor aproveitamento industrial do sal, dos óleos vegetais, principalmente da cera de carnaúba, da cultura algodoeira e, em menor escala, do açúcar e da indústria de couros de certos animais. Em virtude da fomentação de tais projetos, tornou-se, também, prioritário o desenvolvimento das principais cidades inseridas nas zonas econômicas responsáveis por tais atividades, consideradas como economicamente prósperas. Nesse sentido, José Augusto procurou combinar a fomentação da produção das principais fontes econômicas do Estado, sob o suporte de projetos especiais, como os acima citados, com outros investimentos em "capital humano", a exemplo dos programas de "educação integral," construções de escolas e bibliotecas, entre outras melhorias materiais, sempre com vista ao soerguimento moral, higiênico e econômico das principais cidades desses municípios.

Seduzidos pelas proclamações de combate ao analfabetismo veiculadas pela campanha educacional, ao lado da campanha de soerguimento moral, higiênico e econômico das principais cidades instaladas nas chamadas zonas econômicas prósperas, os Prefeitos de tais cidades firmaram convênios com o Departamento de Educação com o compromisso de realizar as construções dos grupos escolares ou escolas isoladas. Com efeito, foi elaborado um plano de edificações escolares, que previa a construção de mais 20 grupos escolares nas cidades de Caicó, Jardim de Seridó, Currais Novos, Parelhas, Serra Negra e São José (zona algodoeira e pecuária); Assu, Pedro Velho e Caraúbas (zona de

produção de óleos vegetais); Mossoró, Areia Branca e Macau (zona salineira); Ceará-Mirim e Macaíba (zona açucareira); Lages, Martins, Angicos, Patu (zona pecuária), além de 50 escolas isoladas, 100 escolas rudimentares e melhoramentos de unidades escolares existentes. Desse plano, a construção efetivamente realizada abrangeu 1 grupo escolar modelo em Mossoró anexo a Escola Normal; 17 grupos escolares, em oito dos quais foram instalados cursos infantil, primário e complementar; 34 escolas isoladas, 36 escolas rudimentares e alguns melhoramentos, em um universo de 37 municípios. Considerando as 38 escolas subvencionadas pelo Estado, a matrícula atingiu a 19.563, com uma frequência média de 14.840 alunos. Pelos dados do Departamento de Educação, A República noticiou *"que pela primeira se conseguiu a maior estatística escolar conhecida no Estado"*.⁶¹

As edificações e o mobiliário escolar, mais particularmente dos grupos escolares, tinham que seguir as normas de recomendações do Departamento de Educação. A principal característica da nova arquitetura foi a substituição do *"velho casarão sombrio"* por edifícios escolares *"amplos, arejados, higiênicos, iluminados e com áreas livres, bibliotecas etc"*., além de providos de material pedagógico adequado em face das *"exigências da nova pedagogia"*.⁶² Para Margareth Rago, a perspectiva de introdução do taylorismo e do fordismo no Brasil, a partir de São Paulo, colocou a necessidade de uma redefinição dos procedimentos de disciplinarização do trabalho, configurando, no período que vai de 1918 a 1922, um projeto de edificações fábricas amplas e higiênicas *"com boa ventilação e iluminação nas unidades produtivas"*; tratava-se, pelo visto, de estratégias de *"um novo regime disciplinar do trabalho"*, que pretendia tornar o espaço da produção mais *"agradável e atraente"*, para exercer efeitos no *"aumento de produtividade e de facilitar a exploração 'racional' da força de trabalho"*.⁶³ Conforme Rago, o modelo disciplinar

da fábrica moderna e racional pode ser percebido posteriormente a sua ampla utilização em diversos campos da atividade social, a exemplo da própria escola,⁶⁴ mais especificamente com a introdução da chamada pedagogia moderna ou escolanovista.

Para efeito de homogeneização da organização pedagógica e administrativa do ensino, foi elaborado pelo Conselho de Educação, com base na Lei da Reforma de 1916, o Regimento Interno para cada tipo de escola primária. A introdução dos níveis infantil (questão importante da pedagogia escolanovista) e complementar em alguns dos grupos escolares construídos no interior do Estado teve em José Augusto e Nestor Lima os mais entusiastas defensores de sua ampliação, como será visto a seguir.

O ideal deweyano de uma máxima integração entre a educação escolar e a vida social objetivava, no desenvolvimento do ensino dos grupos escolares, a possibilidade de melhor praticá-la. Preparando seletivamente os alunos para a continuidade dos cursos secundário ou normal e o possível ingresso em um curso superior, a organização do ensino nos grupos escolares constava de um nível infantil com dois anos de funcionamento, devendo desenvolver as atividades (ler, escrever, contar, caligrafia, canto, poesia e exercícios físicos). O nível primário ou elementar, propriamente dito, com quatro anos de duração compreendia as disciplinas (língua nacional, aritmética, geometria prática, noções de geografia e história do Brasil e do Rio Grande do Norte, instrução moral e cívica, noções de ciências físicas e naturais, com aplicações à higiene, desenho, música, exercícios físicos). O nível complementar, conferido durante dois anos, constituía o desdobramento das disciplinas estudadas no nível anterior e era acrescido das disciplinas (línguas estrangeiras, datilografia, escrituração mercantil, noções de agricultura, zootecnia e veterinária para os alunos do sexo masculino e economia

doméstica e trabalhos manuais para as alunas do sexo feminino).⁶⁵ Partindo da observação dos fatos para os princípios, pretendia-se, intencionalmente, por meio do processo ensino-aprendizagem, desenvolver nos alunos o alargamento de comportamentos e sentimentos diante de uma vida social em mutação.

As atividades propostas pelo Conselho de Educação, contidas no Regimento Interno, bem como o relato da professora Belkiss Monteiro, que lecionou no Grupo Escolar "Senador Guerra", em Caicó, à época de sua fundação e as recordações de ex-alunos das primeiras turmas, são exemplos para entender a integração entre as atividades escolares e a comunidade. De espaço fechado (na sede da Prefeitura), a ida para o "moderno" prédio do "Grupo Escolar Senador Guerra" fez com que a escola se tornasse palco de diferentes atividades culturais, contribuindo para a constituição de uma vida escolar intensa, inovadora e ativa; cumpria, assim, a função político-pedagógica de adaptação do aluno às condições existenciais da vida social em mutação. As atividades culturais nos primeiros anos da década de vinte voltavam-se para as comemorações das festas juninas, natalinas e os feriados nacionais e locais, com saudações convenientes para cada data. Incentivava-se a apresentação de hinos oficiais, canções e danças folclóricas regionais e os chamados dramas ou, mesmo, teatro. Em face da máxima valorização da iniciativa do aluno, o resultado foi a fundação do grêmio estudantil "Ideal da Juventude" e o seu órgão cultural de publicidade - o "26 de julho".⁶⁶ De forma intencional, incutiam-se representações construídas no âmbito da pedagogia oficial (formação do espírito cívico e patriótico, disciplina do corpo, virtudes higiênicas, valorização da língua nacional e da escrita erudita, valores morais etc.) e, em decorrência, procurava-se estendê-las para toda a comunidade.

A máxima preocupação de José Augusto com a "*socialização plena dos alunos em todas as maneiras de encarar e utilizar a vida*",⁶⁷ que tinha no

pragmatismo deweyano seu suporte, desdobrava-se no caso do processo ensino-aprendizagem na valorização das atividades extra-classes, como a pesquisa em bibliotecas, exercícios físicos e jogos recreativos, além de atividades de estudos nas fazendas, nas praças e nas feiras, como forma de observação e aplicação dos princípios estudados nas disciplinas às situações práticas reais com os quais se pretendia assegurar maior eficiência ao trabalho pedagógico. Com tais procedimentos, vislumbrava-se o "aperfeiçoamento" do indivíduo em todas suas potencialidades e aptidões técnicas requeridas pela sociedade moderna na ordem social capitalista.

A despeito dos propósitos não explícitos de uma redistribuição ordenada dos indivíduos por diversas atividades entre cidade e campo, era essa a função social do ensino das escolas isoladas e das escolas rudimentares. Destinavam-se as primeiras, às cidades cuja população escolar não atingisse o máximo de 120 alunos em idade escolar, exigência legal para criação de um grupo escolar. As escolas isoladas, que podiam ser mistas, diurnas ou noturnas, possuíam um nível infantil com um ano de funcionamento e compreendiam as atividades (canto, leitura e escrita, língua materna, aritmética, desenho, lições de coisas, noções de geografia, moral e civismo, exercícios físicos e história pátria) e um nível elementar de dois anos de duração, com o mesmo programa do nível infantil, porém mais aprofundado e acrescido de trabalhos manuais para as alunas e práticas agrícolas e veterinárias para os alunos do sexo masculino. Partindo dos fatos para os princípios, nas escolas isoladas valorizavam-se sobretudo as "*situações prático-concretas do meio*" no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.⁶⁸

As escolas rudimentares eram destinadas aos bairros operários, vilas, povoados e fazendas que contassem com mais ou menos cinquenta analfabetos

entre crianças e adultos. Durante o Governo de José Augusto elas se disseminaram com base em um programa de ensino rudimentar, que admitia escolas ambulantes, que funcionavam por períodos ou ciclos completos de cinco meses, ministrando leitura, escrita e contabilidade. Já as fixas, funcionando em dois anos, operavam o ensino reduzido de leitura, escrita, linguagem, contabilidade e noções gerais de geografia, história, ciências, moral e civismo. As lições nas escolas rudimentares deviam ser dadas de *"conformidade com as circunstâncias de vida do meio local"* e a capacidade pedagógica do professor ou regente.⁶⁹ A disseminação da oferta do ensino permitiu que as restantes chamadas cadeiras isoladas, que ainda funcionavam em alguma localidade pequena, fossem substituídas por alguma escola isolada ou rudimentar, colocando em disponibilidade os respectivos professores com 50% dos vencimentos mensais.⁷⁰

Umás e outras escolas destinavam-se à população operária com poucas condições de prosseguir os estudos e tinham a finalidade prática de apreensão de um conhecimento básico mínimo, que repousava sobre uma base moral, higiênica e econômica, dando mostras de discriminação quanto à qualidade do ensino ministrado, quando comparado com os grupos escolares.

Para lidar com o combate ao analfabetismo, no Governo de José Augusto foi elaborado um programa educacional de ampliação da oferta escolar através da construção de grupos escolares e escolas isoladas; ao aumento geral da matrícula correspondeu um aumento efetivo da frequência; com relação aos cursos secundário, profissional (incluindo a escola normal) e a Escola de Farmácia, não existiu praticamente um programa cultural voltado para a inovação daqueles cursos. O que se cogitou, pelo Departamento de Educação, foi o incentivo à ampliação da matrícula das escolas secundárias privadas, com prioridade para as confessionais, através do recurso da subvenção financeira operada pelo Estado.

A finalidade de preparação seletiva de uma elite intelectual através dos cursos de nível superior - reconhecida por José Augusto, como de *"indeclinável necessidade"*⁷¹ -, levou o ex-Governador Antônio José de Melo e Souza, por autorização Congresso Legislativo, a criar, mediante o Decreto nº 192, de 8 de janeiro de 1923, a primeira Faculdade no Estado, que foi a Escola de Farmácia. Em virtude da reforma do ensino federal, nos termos do Decreto de 13 de janeiro de 1926, foi exigido um patrimônio de 1.000.000\$ para sua equiparação com às congêneres da União. Como o Estado não dispunha desse valor, a saída foi a suspensão do funcionamento da Escola de Farmácia pelo Governador José Augusto. A propósito declarou para o historiador Itamar de Souza, um professor daquela Escola, ressentido com a medida de José Augusto: *"todos os professores ensinavam por amor à causa educacional. Ninguém recebia salário pelas aulas dadas"*.⁷² Somente no período da II Guerra Mundial, o Estado se viu na obrigação, ante a possibilidade iminente de um ataque à cidade, de fundar, em fevereiro de 1947, uma nova Faculdade de Farmácia e Odontologia que veio a funcionar em dezembro de 1948.⁷³

O conjunto de medidas envolvendo o ensino primário concorreu para que o Departamento de Educação realizasse, nos anos de 1925 e 1926, Cursos de Férias para os professores das escolas públicas e privadas, visando, conforme José Augusto, na solenidade de abertura do 1º Curso de Férias, *"a renovar, uniformizar e melhorar o trabalho educativo dos professores"*, além de formar uma nova mentalidade docente, considerando os *"melhoramentos técnicos"* então introduzidos na educação escolar.⁷⁴

Foi Nestor Lima quem, como Diretor do Departamento de Educação, estabeleceu os temas das palestras e designou como expositores os professores da Escola Normal de Natal, também membros da Associação dos Professores do

Estado. O temário proposto voltou-se para as questões de ordem mais específica do ensino no que diz respeito ao “como” ensinar língua materna e leitura na escola; “como” abordar lição das coisas e “como” ensinar aritmética e geometria na escola primária, bem assim “como” tratar de assuntos ligados à higiene, a exercícios físicos, à saúde mental e à disciplina escolar que, segundo Nestor Lima, tinham a ver com os *“graves problemas de correção sanitária em geral.”*⁷⁵ A escassez de documentação disponível sobre o conteúdo dos temas abordados dificultou uma apreciação sobre os mesmos, à exceção da palestra do Prof. Elyseu Vianna sobre a Escola Ativa, que foi transcrita n’A República e depois publicada em livro. É possível, entretanto, levantar algumas informações sobre os temas mais gerais dos Cursos de Férias a partir de algumas materiais publicadas na Revista Pedagogium da Associação dos Professores.

Como foi anteriormente abordado nesse trabalho, propostas de educação higiênica e sanitária associadas à eugenia, como apontam diversos estudiosos, estiveram presentes nos planos dos governos estaduais nas décadas de 20 e 30, repercutindo na instauração de inúmeros dispositivos de dominação, controle e produção do cotidiano das cidades. Nos cursos para os professores, tais temas apareceram ligados ao esclarecimento de questões morais, sanitárias e higiênicas e na fixação de *“hábitos sadios de higiene do corpo e de saneamento moral”* como o combate aos vícios da bebida, do tabagismo e do jogo, por serem *“verdadeiramente úlcera social”*. Em vista disso, tornava-se indispensável a escola primária inculcar no espírito do aluno o *“amor à limpeza, o culto à higiene e o horror aos hábitos que prejudicam a saúde física e mental”* - como valor inestimável à sociedade.⁷⁶

A palestra de Elyseu Vianna, então Diretor da Escola Normal de Natal e professor de Pedagogia, sobre a Escola Ativa, tinha o objetivo de fazer a

propaganda da Escola Nova. Elyseu Vianna encaminha sua exposição de modo a mostrar o movimento da Escola Nova a partir de alguns Estados *"vanguardeiros"*, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Norte, em que estão fazendo do ambiente da escola um espaço de *"auto-educação intensa"*, desenvolvendo na criança o *"espírito da disciplina"* e a adaptação *"à vida social"*. Conforme Vianna, os partidários da Escola Nova vêem que o valor da educação escolar na contemporaneidade reside muito menos na cultura da inteligência e mais na preparação para o *"trabalho interessante e consciencioso"*, tomado de movimento e ação. Para o conferencista, os modelos educacionais sistematizados e utilizados nos países adiantados culturalmente, como o escolanovismo, pareciam os mais corretos, por fornecerem exemplos do tipo de sociedade a ser construída.⁷⁷

A época do Governo de José Augusto, ou mesmo antes, coincidiu com a organização dos educadores profissionais e da classe trabalhadora em todo o Brasil. Na década de 1920, a cidade de Natal é um espaço que se politiza e a expressão desse fato está na criação da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, em dezembro de 1920, e na organização da classe trabalhadora, apesar desta ser bastante reduzida. Portanto, para compreender a relação empreendida por José Augusto com a classe operária potiguar, vamos nos apoiar nos argumentos do historiador Itamar de Souza, que estudou o assunto.⁷⁸ De acordo com o Censo Demográfico de 1920, o Rio Grande do Norte possuía em torno de 197 estabelecimentos industriais e mais ou menos 2.146 operários. Na sua maioria, eles trabalhavam nas salinas de Macau, Areia Branca e Canguaretama; nas ferrovias Great Western e a Estrada de Ferro Central; nos portos de Natal e de outras cidades marítimas; nas indústrias de alimentos, tecidos, calçados, bebidas, sabão, usinas de beneficiamento de algodão, entre outras, assim como no setor gráfico. É desses setores que emergiram as principais organizações operárias do

Estado; algumas delas tiveram a criação ainda nos anos oitocentos, do século XIX. No contexto do Rio Grande do Norte, das 42 associações operárias que existiam em 1930, 25 delas foram criadas no período que vai de 1919 a 1930. Segundo Itamar de Souza, tais iniciativas, por um lado, têm a ver com as repercussões da Revolução Russa de outubro de 1917 e, por outro, pela crescente interferência da Igreja Católica que, inspirada na Encíclica *Rerum Novarum*, iniciou a organização dos operários católicos em todo o Brasil. Aqui, os Círculos Operários Católicos começaram a ser fundados em 1919, a partir de Natal, pelo Bispo D. Antônio dos Santos Cabral. Do ponto de vista ideológico, as organizações operárias do Estado, durante o período da República Velha, procuraram seguir, ainda que com menor intensidade, as lutas pautadas nas representações de tendências anarquista, socialista, comunista, liberal conservadora e católica.⁷⁹

No Rio Grande do Norte, entre 1921 e 1923, a liderança de João Café Filho, advogado (provisionado) e proprietário do "Jornal O Estado," conquistou a confiança da classe operária pela sua iniciativa de organizar os trabalhadores em sindicatos; a partir daí, liderou em 1923 várias greves em Natal, em que os trabalhadores reivindicavam melhores salários. Perseguido pela polícia do Governador Antônio de Souza, Café Filho fugiu para Pernambuco, onde morou por um certo tempo. Em seu livro de memórias, referiu-se ao seu passado de líder sindical em Natal, dizendo: "*de muito advogar a causa dos pobres, aderi ao drama deles e tomei a frente das suas reivindicações, nos sindicatos e nas ruas*".⁸⁰

Concomitantemente à organização e à mobilização da classe operária com deflagrações de greves dentro e fora das fábricas, principalmente entre 1917 e 1923, inúmeras estratégias de repressão e de controle ideológico passaram a compor o universo de atuação de políticos e agentes sociais nos Estados.

Tentando conter a influência de Café Filho junto à classe operária em formação no Rio Grande do Norte, a estratégia política de José Augusto, compartilhada com o Bispo de Natal, D. José Pereira Alves (apesar do ensino ser leigo no Rio Grande do Norte) e com apoio das elites dominantes do Estado, foi a de exercitar o controle ideológico sobre a classe operária potiguar; medidas como atendimento com subvenções às escolas criadas pelas entidades operárias de uma maneira geral; eleição do líder operário e gráfico João Estevam Gomes da Silva, para o mandato de Deputado ao Congresso Constituinte do Estado (1926-1929), pelo Partido Republicano Federal, agremiação política das oligarquias que dominavam o Estado desde a instituição da República. Por último, a instalação da "Universidade Popular" de Natal, Goianinha e Touros por iniciativa do Governo do Estado e do Centro Operário Natalense, por ocasião das comemorações de 1º de maio de 1925, com um programa de aulas sobre temas ligados às "questões sociais", saúde, moral e educação operária.

A aula inaugural da referida Universidade foi ministrada por D. José Pereira, conclamando o "*operariado a ser pacifista*" e apresentou Deus como sendo o "*grande operário*." Para o referido Bispo, a própria igreja não era indiferente à "*teoria socialista*", por existir no seu interior adeptos do chamado "*socialismo cristão*", e evocou a vida de Jesus Cristo como exemplo de um "*socialista cristão*". No entanto, encerrou sua aula dizendo que o operariado possuía duas alternativas a seguir: "*ou Deus ou a revolução*".⁸¹ Na aula de José Augusto, coube-lhe falar sobre a "Educação Operária", fazendo a defesa da educação popular para os operários de modo que possam, através desta, constituir "*verdadeiros elementos da harmonia do país e do progresso social*".⁸² As outras aulas em Natal foram ministradas por Dr. Manoel Onofre (O Momento Operário); Aduino Câmara (Regulamentação do Trabalho); Dr. Alfredo Lira (Alcoolismo) e Dioclécio Duarte

(Importância da Educação Moral e o Valor do Cooperativismo na Vida dos Povos). Por iniciativa do operariado local foi instalada a "Universidade Popular" de Goianinha, em junho de 1925, e a de Touros, em julho de 1926. A aula inaugural em Goianinha foi proferida pelo Padre Fernando Nolte que discorreu sobre "A Questão Social", seguida das aulas de Dr. Manoel Onofre sobre "Heróis do Rio Grande do Norte" e de Vicente de Souza, morador da cidade, que abordou o tema: "A ação operária e a fé católica". A única aula em Touros foi proferida pelo vigário da paróquia, Padre José de Oliveira Barbalho, que falou sobre "Questões Sociais".⁸³

Pelos temas abordados, verifica-se que o fulcro das Aulas da "Universidade Popular" era a "questão social", tomado como enumeração e exemplo de ações sociais do governo e das associações operárias, principalmente, da educação popular dos filhos do operariado, com a aprendizagem prática de algum ofício, com vistas à ordem, à paz e ao progresso.⁸⁴

A aliança do Governo do Estado com a Igreja e as elites dominantes locais estava articulada na interseção de inúmeras estratégias de homogeneização cultural, controle ideológico de uma conveniente "harmonia" entre as classes, de reforma moral e de higienização social no cotidiano das cidades; nesse sentido, as "Universidades Populares" se delinearam como projeto dominante de moldagem da classe operária contra a influência política, não somente de Café Filho no Estado, mas também das tendências ideológicas socialistas, anarquistas e comunistas que tomavam forma na organização do movimento operário brasileiro.

Tanto a reforma da Constituição Federal Brasileira quanto a reforma administrativa do Estado e de suas instituições e respectivas práticas culturais, levou a elaboração, durante o ano de 1926, de uma nova Constituição Política, pelo Congresso Estadual Constituinte eleito para essa finalidade. Quando da elaboração

da lei eleitoral para adaptá-la à nova Constituição, o Deputado e líder do governo, Adauto da Câmara, por insistência do candidato de José Augusto ao Governo do Estado, o seridoense Juvenal Lamartine, acolhendo sugestão da Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz, fez inserir no então texto a seguinte constitutiva redação, no art. 77 das Disposições Gerais: "*No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados sem distinção de sexo todos os cidadãos exigidos por esta lei*".⁸⁵ Assim, nasceu o direito do sufrágio feminino no Brasil que ainda não tinha atingido a qualquer outra parte da América Latina e países da Europa, a exemplo da França.

Com a vigência da nova lei eleitoral (Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927), inscreveu-se, nos cadastros eleitorais dos municípios até fevereiro de 1928, cerca de 20 mulheres, precisamente dois meses antes da eleição em que saiu indicado José Augusto, para Senador da República, a 5 de abril de 1928, na vaga aberta com a renúncia do Senador Juvenal Lamartine de Faria, candidato eleito para o Governo do Estado.(1928-outubro de 1930). Indicado para o Senado, José Augusto tornou-se o primeiro brasileiro a receber o voto feminino no Brasil. Contrária ao sufrágio feminino, por ainda não constar na Constituição Federal; a Comissão de Poderes do Senado, excluiu dos 10.612 votos considerados válidos, os 15 votos femininos recebidos por José Augusto para Senador da República, cujo mandato foi exercido até a Revolução de Outubro.⁸⁶

As pautas modernizadoras do Governo de José Augusto estavam articuladas, na década de 20, a projetos de homogeneização cultural e moral da sociedade. Elas se constituíram em realizações vivas das representações liberais de José Augusto. Nelas se propôs a reforma de educação como realização da *práxica* escolanovista e como sendo um investimento na capacidade produtiva do principal dos capitais, o "capital humano," ao contrário do que vem sendo registrado

na historiografia educacional, baseado em que o ensino oferecido a cargo dos Estados limitava-se a atender aos interesses das oligarquias locais. Nelas se procurou disseminar a educação com vistas à elevação da mentalidade dos indivíduos e de integração à vida moderna. Nelas se delineou a reorganização do aparelho do Estado nos moldes da fábrica moderna. Nelas se constituíram as elites intelectuais portadoras do conhecimento especializado, atribuindo-se as mesmas, o papel de reformadores sociais. Nelas se procurou elaborar o que Lamounier define de *"visão paternalista-autoritária do conflito social,"* característica do *"modelo de ideologia de Estado"* na Primeira República, que operava no sentido de *"erradicação total do conflito pela adoção do modelo político (técnico) apropriado"*.⁸⁷ Elas forneceram munição para todos aqueles que, a *posteriori*, principalmente os chamados cafeístas, acusaram José Augusto de conservador e de pouca disposição para o exercício do poder executivo.⁸⁸

NOTAS DO QUARTO CAPÍTULO

- 1 Com o Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910, estruturou-se o cargo de Diretor da Escola Normal do Rio Grande do Norte, cargo que antes era exercido pelo Diretor da Instrução Pública, que também acumulava a função de Diretor do Atheneu. Cf. Lêda M. Nunes. **Uma escola pioneira na formação do professor primário no Rio Grande do Norte**. Natal, 1990. 315p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p.16.
- 2 A primeira viagem de Nestor Lima para observação dos "melhoramentos técnicos do ensino primário e normal" teve como roteiro São Paulo e Rio de Janeiro. A segunda, além do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, foram acrescentadas Montevideo e Buenos Aires. Cf. Nestor dos Santos Lima. **Melhoramentos técnicos do ensino primário e normal**. Natal: Typ. do Instituto, 1913. Cf. do mesmo autor: **Da organização do ensino normal, profissional e primário no sul do Brasil e no Rio do Prata**. Natal: Typ. d' A República, 1923.
- 3 RIO GRANDE DO NORTE. **A reforma do Ensino: texto e comentário da Lei n. 405, de 29 de novembro de 1916**. Natal: Typ. d'A República, 1917. p. 15.
- 4 Nestor Lima propunha nas conclusões finais do relatório as seguintes observações entre outras. Com relação ao ensino primário, sugeriu, para as práticas de leitura, a utilização do método analítico ao fônico, por ser aquele *"mais adiantado, assegurando com mais vantagens o desenvolvimento intelectual da criança."* E com respeito ao ensino normal, registra que na *"orientação profissional, em nada ficamos a dever as congêneres, quiçá ultrapassando-as na maneira como encarava-se o assunto da preparação prática do magistério."* O que precisávamos, segundo Nestor Lima, era atingir a eficácia e a segurança dos professores paulistas. Enquanto estes *"criam, modificam, adaptam e inventam processos de ensino ou aspectos originais de um método (...), os do Rio Grande do Norte parecem ser mais meros executores de sugestões oficiais."* Cf. Nestor S. Lima. **Melhoramentos técnicos do ensino primário e normal (1913) Op. Cit., p. 45.**
- 5 Nestor dos Santos Lima. **Op. Cit., p. 45.**
- 6 Idem, *ibidem*. p. 45.
- 7 Cf. A República. 17.01.1924. Cf. Também: MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Natal/Rio de Janeiro: Fundação José Augusto/Senado Federal, 1984. v. 8, p. 35; José Augusto B. de Medeiros.
- 8 A República. 16.09.1924; 05.11.1924 e 06.06.1926. Cf. MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. **Op. Cit., p. 24.**
- 9 Angel Rama. **A cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.103.
- 10 MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. **Op. Cit., p. 51.**
- 11 Antonio Gramsci. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 396.
- 12 MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. **Op. Cit., p. 50.** Cf. A República. 23.07.1924.

- 13 Francisco de Oliveira. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes.** 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.45 a 56.
- 14 Antonio Gramsci(1989) **Op. Cit.**, p. 383.
- 15 Roberto C. Simonsen. **O trabalho moderno.** São Paulo: Secção de Obras do "Estado," 1919.
- 16 Margareth Rago. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil: 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.44.
- 17 Maria Auxiliadora Guzzo Decca. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 87 a 88.
- 18 Edgar Salvadori de Decca. **A ciência da produção: fábrica despolitizada. À luta dos trabalhadores,** São Paulo, Marco Zero, 1984, p. 70 a 71.
- 19 Idem, **ibidem.** p. 48.
- 20 Luís C. Cascudo. **História da cidade do Natal.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980. p. 14.
- 21 Idem, **ibidem.** Segundo Câmara Cascudo, em 1904, o "*master-plan*", previa, para a Cidade Nova, 08 avenidas paralelas e 14 ruas "enxadrezando," o bairro, conforme, relatório do Secretário de Governo, Henrique Castriciano, datado de 14 de junho de 1904. p. 335.
- 22 Amphilóquio Câmara. **Scenários norte-riograndenses.** Rio de Janeiro: Editora "O Norte," 1923. Cf. L. Câmara Cascudo (1980) **Op. Cit.**, p. 226 a 256.
- 23 A República. 04.04.1924.
- 24 A ADMINISTRAÇÃO de José Augusto. A República. 09.05.1925.
- 25 Angel Rama. **Op. Cit.**, p. 97.
- 26 A República. 27.05.1924.
- 27 Margareth Rago. **Op. Cit.**, e Maria Auxiliadora G. Decca. **Op. Cit.**, Cf. Também: Luis Carlos Soares. **Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX.** São Paulo: Ática, 1992.
- 28 Margareth Rago. **Idem, ibidem;** Maria Auxiliadora G. Decca **Idem Ibidem.**
- 29 Maria Auxiliadora G. Decca. **Op. Cit.**, p. 75. e o artigo Eugenia. **A Educação, Natal, v. 3, n.2, p. 13-14, ago. 1920.**(Orgão do Grêmio da Escola Normal de Natal)
- 30 Cf. Magareth Rago principalmente os capítulos sobre a colonização da mulher e a preservação da infância. **Op. Cit.**, p. 61 a146.
- 31 MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. **Op. Cit.**, p. 30 a 31.
- 32 A República. 13.05.1927. Cf. Também: MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. **Op. Cit.**, p. 31.

- 33 A República. 20.06.1926. Cf. Também: MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Op. Cit., p. 135 a 136.
- 34 João Maurício F. de Miranda. 380 anos de história foto-gráfica da cidade de Natal (1599-1979). Natal: Editora Universitária, 1981. p. 117 a 118.
- 35 Angel Rama. Op. Cit., p. 81 a 82.
- 36 Humberto Hermenegildo de Araújo. Uma introdução do estudo do modernismo no Rio Grande do Norte. Campinas, 1991, 191p. (Mestrado em Teoria Literária) - Universidade de Campinas. p. 37 a 38.
- 37 A República. 23. 02.1927 e 11.08.1927. Cf. também: José Augusto. O Rio Grande do Norte - seu idealismo e suas possibilidades econômicas. Carta Mensal. Rio de Janeiro, v. 12, n. 137, p. 3-14, ago.1966.
- 38 PROPAGANDA do Estado. A República. 11.07.1927. Cf. MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Op. Cit., p. 59.
- 39 MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira Republica. Op. Cit., p. 36.
- 40 Cf. Clarice Nunes. A Gestão política dos profissionais da educação: uma revisão histórica. Educação e Sociedade. São Paulo, n.21, p. 92-121, maio/ago.1985.
- 41 Amphilóquio Câmara. A Instrução no Rio Grande do Norte. A Educação. v.3, n.24, p. 592-599, Jul. 1924. Cf. RIO GRANDE DO NORTE. A Reforma do Ensino (1916) Op. Cit., p. 10 a 12.
- 42 RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Geral do Departamento de Educação e Regimento Interno do Conselho de Educação. Natal, Typ. d' A República. 1925
- 43 RIO GRANDE DO NORTE Atual. A República. 14.10.1927.
- 44 MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Op. Cit., p. 31.
- 45 A Lei de 15 de outubro de 1827 assinada por D. Pedro II manda criar escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Cf. Nestor Lima. Um século de ensino primário. Natal: Typ. d'A República. 1925.
- 46 Idem, Ibidem. p. 39 a 41. Cf. A República. 21.05.1925.
- 47 UMA VISÃO administrativa realizada. A República. 04.08.1927.
- 48 A República. 28.05.1927. e 07.04.1927.
- 49 Angel Rama. Op. Cit., p. 79 e p. 91.
- 50 A República. 25.05.1925. e 28.05.1927. Cf. Maria Marta de Araújo. Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte - Da Colônia à Primeira República. Natal, Pró-Reitoria Para Assuntos de Extensão Universitária, 1982. 230p. p. 115 a 116.
- 51 A República. 07.05.1927.
- 52 Maria Marta de Araújo. Op. Cit., p. 121.

- 53 Sobre o Fundo escolar Cf. RIO GRANDE DO NORTE. A Reforma do Ensino. Op. Cit., p. 17 a 18.
- 54 PELO Ensino. A República. 06.02.1924.
- 55 Amphilóquio Câmara. Op. Cit., p. 592 a 593.
- 56 QUARTO aniversário do Grupo Escolar "Antonio de Souza." A República. 27.04.1927.
- 57 Na época Dioclécio Dantas era Diretor do Jornal A República e Deputado Estadual.
- 58 Amphilóquio Câmara(1923) Op. Cit., A República. 16.05.1925. 28.02.1926.
- 59 UMA administração realizada. A República. 21.03.1927.
- 60 Theodore W. Schultz. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 32.
- 61 MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Op. Cit., p. 244 a 250. Cf. A República. 22.09.1926.
- 62 MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Op. Cit., p. 245. Cf. O MOVIMENTO educacionista no Rio Grande do Norte. A República. 16.04.1925.
- 63 Margareth Rago. Op. Cit., p.37 a 47.
- 64 Idem, Ibidem, p. 65.
- 65 As informações sobre a organização dos grupos escolares tiveram como base o trabalho de dissertação de Maria Marta de Araújo. Op. Cit., p. 124 e o texto de Amphilóquio Câmara(1924) Op. Cit., p. 593.
- 66 A análise empreendida tem o suporte das informações provenientes das entrevistas realizadas com a professora Belkiss Monteiro e os estudantes das primeiras turmas do Grupo Escolar Senador Guerra, José Augusto Torres, Valdira Medeiros, Inácio Bezerra e Yara Diniz. Entrevista feita em Caicó aos 11.10.1993.
- 67 José Augusto. Pela Educação Nacional. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, 1918. p. 215 a 216.
- 68 RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Interno das escolas isoladas. Natal: Typ. A República, 1925.
- 69 RIO GRANDE DO NORTE. Regimento interno das escolas rudimentares. Natal: Typ. A República. 1925.
- 70 A República. 16.05.1925.
- 71 José Augusto. Eduquemo-nos. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1922.p.24.
- 72 Itamar de Souza. Universidade para quê? para quem? Natal: Clima, 1984. p.18.
- 73 Idem, Ibidem. p.37.

- 74 CURSO de Férias: papel eficiente do professor para a verdadeira ação educativa. A República. 06.01.1925.
- 75 CURSO de Férias. A República. 01.01.1926.
- 76 CURSO de Férias. Pedagogium Natal, v.5, n.17, p. 17-46, jan./fev. 1925. Cf. A República. 15.01.1925. (Revista da Associação de Professores do Rio Grande do Norte).
- 77 Elyseu Vianna. A escola Activa: pela sua propaganda. Natal: Imprensa Oficial, 1930.
- 78 Itamar de Souza. Universidade para que? para quem? (1984) Op. Cit., p. 21 a 28. Cf. também do autor A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989. p. 78 a 108.
- 79 Itamar de Souza (1989) Op. Cit., p. 82 a 86.
- 80 João Café Filho. Do sindicato ao Catete. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966. v.1, p. 35. Apud, Itamar de Souza (1984) Op. Cit., p. 24.
- 81 Itamar de Souza. (1984) Op. Cit., p. 26.
- 82 UNIVERSIDADE Popular: palavra do Exmo. Dr. José Augusto. Pedagogium. v.5, n.19, p. 42 a 43, mai./jun. 1925.
- 83 Itamar de Souza(1984) Op. Cit., p. 26.
- 84 A República. 11.06.1925.
- 85 José Augusto (1966) O Rio Grande do Norte: seu idealismo e suas possibilidades econômicas. Op. Cit., p. 11. Cf. também: João Batista Cascudo Rodrigues. A mulher brasileira: direitos políticos e civis. Fortaleza. 1962. (Coleção Mossoroense).
- 86 José Augusto (1966) Idem, Ibidem. p. 11.
- 87 Bolívar Lamounier. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: Boris Fausto (Org.) O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930). 4.ed. São Paulo: Difel, 1977, t.3, v.2, cap.10, p.345-374, p. 366.
- 88 Gil Soares. 1919 a 1930: delenda oposição. Mossoró: ESAM, 1992.(Coleção Mossoroense, v.778, série C). Cf. também: João Maria Furtado. Vertentes (memórias). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1976. E Itamar de Souza.(1989) Op. Cit., p. 247 a 250.

5 - DA TRAJETÓRIA À CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE

Neste último capítulo, procuraremos resgatar as lutas de representações de José Augusto, ao lado de outros agentes sociais, na instituição de práticas educacionais e políticas, momento que segue o término do seu mandato de Governador do Rio Grande do Norte e coincide com o período dos anos de 1930 e se prolonga até início dos anos de 1960. Como visto nos capítulos anteriores, procurou-se explicitar, nos discursos de representações, o lugar de sua enunciação e articulá-los ao contexto das práticas que produzem o ordenamento cultural.

Em 1928, José Augusto voltou ao Congresso Nacional como Senador da República, mandato esse interrompido com a chamada Revolução de 1930, retornando, conforme havia determinado Assembléia Nacional Constituinte (novembro/1933 a julho /1934), através das eleições nacionais de 14 de outubro de 1934, como Deputado Federal pelo então Partido Popular do Rio Grande do Norte, fundado sob sua orientação e Presidência.¹ Nos anos de 1930-1961 foi intensa a militância de José Augusto no campo da educação e da política, como veremos a seguir.

A época da volta de José Augusto para o Rio de Janeiro em 1928 como Senador da República, coincidiu com a realização de um programa de atividades da ABE na promoção de eventos como os inquiridos

sobre o ensino secundário e superior, semanas de educação e a realização da primeira das Conferências Nacionais, que teve o objetivo de fazer propaganda da *"causa educacional"* e, concomitantemente, promover a unidade nacional do movimento.² O projeto de constituir-se, nacionalmente, através da formação de departamentos estaduais origina-se nos estatutos da ABE e era partilhado, desde sua fundação, por Heitor Lira, Levy Carneiro, Vicente Licínio Cardoso, além de Celina Padilha, Mário de Brito, José Augusto e outros; buscava aquele projeto a realização de *'um grande movimento, de caráter nacional, continuado e intensivo, em prol da educação'*, além de tornar a ABE, na perspectiva de Heitor Lira, um *'órgão legítimo de opinião das classes cultas'*, *"sobre questões educacionais"*.³ Com a morte de Heitor Lyra da Silva, verificou-se uma série de desentendimentos entre aqueles membros que queriam e os que não aceitavam a criação da ABE nacional.⁴

Por iniciativa de Vicente Licínio, após deixar a Presidência da ABE (1928 -1929), com a realização de *raids* cívicos por todos os Estados brasileiros, decidiu aquele educador desencadear, sem o respaldo do Conselho Diretor, um movimento em favor da organização nacional da ABE. Importava para os partidários dessa proposta a constituição de organização de uma Federação Educacional, na qual as diversas associações educacionais estivessem em uma mesma situação de igualdade de decisões. Tal proposta encontrava resistência no Conselho Diretor do Departamento carioca por comprometer sua posição de hegemonia no movimento.⁵

(Em julho de 1929, sem o apoio da Associação, a Federação Nacional das Sociedades de Educação (FNSE) é fundada por inspiração de Vicente Licínio, sob a presidência do então Senador José Augusto). O

Departamento carioca da ABE, como relata Marta Carvalho, não conseguiu, desde então, realizar as reuniões das associações educacionais por dois anos seguintes e começou a enfrentar crescente desprestígio, mal conseguindo sobreviver, consumindo-se em tentativas de recuperar o prestígio perdido para a recém-criada Federação.⁶

O clima de mobilização política inaugurado por Vicente Licínio e José Augusto em 1929 favoreceu a Federação, que conheceu dias de grande prestígio.⁷ De 20 de setembro a 1º de outubro de 1930, no Distrito Federal, a Federação promoveu uma Reunião Educacional com os Diretores de Instrução Pública dos Estados brasileiros para discutir, segundo José Augusto, "*não teses doutrinárias ou princípios teóricos,*" mas a divulgação do programa de ação educacional de cada Estado e o intercâmbio de experiências.⁸

(Em agosto de 1929, aproveitando o clima de mobilização inaugurado, José Augusto empenhou-se em fundar o órgão de publicidade da Federação - Revista Brasileira de Educação) com o objetivo de fazer circular matérias que serviriam de suporte à reforma integral da educação nacional, reclamada pelo grau de progresso e de civilização atingido no país.⁹

O primeiro número da Revista Brasileira de Educação explicitava, na sua apresentação, a partilhada convicção dos associados da Federação contra o "*cultivo da retórica*" e a preocupação preferencial por uma "*educação prática*", em que tivesse por objetivo a "*capacidade para o trabalho sob todos os aspectos*" e pela reforma do homem brasileiro pela "*moral, higiene e eugenia*".¹⁰ Dizia pretender introduzir nas suas operações a

sistematização de atividades - fundamento da Escola Nova - com cursos para professores e para formação de aprendizes operários por parte de cada sociedade estadual. Procurando demarcar a diferença em relação à ABE colocava-se, não como promotora de conferências e congressos para estudo de *"teses abstratas,"* mas com a pretensão de *"atacar todas as faces da educação"*; para isso já contava em suas fileiras com especialistas de diversas áreas do conhecimento e estudiosos da problemática educacional brasileira, *"indo estudá-las em flagrante, na observação palpitante de caso a caso"*. Iniciativas de alcances muitos diversos como criação de escolas de aprendizagem prática, bibliotecas, bancos de dados estatísticos, preservação de museus, obras de assistência social na área de alimentação e saúde da criança, eram amalgamadas, de modo a angariar adeptos na campanha da reforma da educação nacional.¹¹

A cisão no movimento educacional dos "renovadores" não durou muito tempo em suas inflexões políticas. (A Revolução de Outubro afastou José Augusto do mandato de Senador da República.) Vicente Licínio Cardoso suicidar-se-ia, em julho de 1931, pessimista com os rumos do país e descrente quanto às possibilidades do movimento educacional. O Conselho Diretor da ABE passaria a contar com novos integrantes, educadores vindos para a Capital Federal para exercer postos administrativos no Governo de Getúlio Vargas. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a indicação do abeano Francisco Campos, como Ministro, estreitaram as ligações entre ABE e o Estado. Aquela, funcionando, algumas vezes, como desdobramento do Ministério e este, em outras, por exemplo, como coorganizador da Quarta Conferência Nacional de Educação, convocando, através dos Interventores, as delegações estaduais ao seu comparecimento

em dezembro de 1931. Ainda no decorrer desse ano, precisamente de abril a junho, o Governo Federal reformou o ensino superior, secundário e comercial, instituindo, ainda, o Conselho Nacional de Educação.¹²

Em 1932, por ocasião da eleição de Anísio Teixeira e Carneiro Leão para Presidentes, seria finalmente organizada a ABE nacional. O lançamento de Manifesto dos Pioneiros, em meados de 1932, a reforma estatutária imprimida pela gestão de Anísio com a proposta apresentada na Quinta Conferência Nacional, em janeiro de 1933, de articular uma nova imagem da Associação, a firmar-se como organização inspirada no *'generoso critério de ampla e livre discussão e de livre e amplo exame'*,¹³ ao lado da criação do MEC -, em que seus dirigentes procuravam pôr em prática as reivindicações históricas do movimento renovador educacional - são questões que, combinadas, indicam a disposição do retorno de José Augusto entre outros membros da Federação das Sociedades da Educação à ABE. Na condição de sócio titular assumiu a Presidência em 1943, 1957, 1960 e 1961. Alí, procurou investir, acima de tudo, na realização de seminários e cursos de aperfeiçoamento durante as férias, para professores e técnicos educacionais. Os cursos versavam sobre os mais variados temas como literatura infantil, serviço social escolar, relações públicas na educação, as metodologias de ensino, alimentação escolar, desajustamentos infantis, entre outros. Em 1943, dada à situação da guerra, com a conseqüente falta de transportes, os cursos foram ministrados pelo rádio, através da emissora PRA-2, do Ministério da Educação, com o patrocínio do Departamento Nacional da Criança, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.¹⁴

(No Rio de Janeiro, onde ficou morando, José Augusto assumiu o comando das forças derrotadas no Rio Grande do Norte em 1930) O jornal carioca Diário de Notícias funcionou como porta-voz da facção zé-augustiniana, no combate sem tréguas aos Interventores indicados pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, com uma certa ressalva ao Interventor Aluísio Moura (28/01 a 03/03/1931), em virtude de este, no curto período em que ficou na interventoria, haver privilegiado setores políticos derrotados pelo Movimento de Outubro.¹⁵

Com a confirmação das eleições para Assembléia Nacional Constituinte, marcada para 03 de maio de 1933, José Augusto, articulado por Dinarte Mariz, esteve no Estado com o objetivo de fundar uma nova agremiação política. A 12 de fevereiro de 1933 era constituído o Partido Popular do Rio Grande do Norte, resultado de uma fusão do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte e União Democrática Norte-Rio Grandense, dirigidos respectivamente por José Augusto e Monsenhor João da Matha Paiva. Para a Presidência do Partido Popular foi escolhido José Augusto e para Vice-Presidência Monsenhor João da Matha.¹⁶

Em assembléia deliberativa de 23 de abril de 1933, o Partido Popular definiu sua chapa para as eleições federais formada por Alberto Roselli, José Ferreira de Souza, Francisco Martins Vêras e Capitão Júlio Perouse Pontes. Os dois últimos, como destaca Spinelli Lindoso, foram revolucionários em 1930; o Capitão Perouse, por exemplo, foi um dos integrantes da Junta Governativa Militar que ocupou o poder no Rio Grande do Norte, após a deposição do Governo de Juvenal Lamartine.¹⁷ O Partido Popular, nas eleições de 3 de maio de 1933, conseguiu eleger três dos

quatro representantes do Estado na Assembléia Constituinte: Francisco Vêras, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza.

O Partido Social Nacionalista, filiado à União Cívica Nacional (UNC), articulada por Juarez Távora e Osvaldo Aranha, aglutinador das forças políticas ligadas ao Interventor Bertino Dutra e a Café Filho, conseguiu eleger dos quatro candidatos somente Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque (ex-aluno de José Augusto no Atheneu Norte-Rio-Grandense), ligado ao cafeísmo. Tal resultado significou uma grande derrota para os representantes do Governo Provisório e seus aliados no Rio Grande do Norte. E a vitória do Partido Popular demonstrou a liderança de José Augusto, enquanto representante das forças políticas derrotadas com o advento do Movimento de 1930, com o apoio de novas lideranças, descontentes com a Revolução.¹⁸

→ (Organizador do Partido Popular,) coube a José Augusto conceber seu programa. Atribuía as falhas da democracia brasileira à ausência de uma política educacional, de partidos políticos nacionais e ao regime presidencialista, que contribuía para a concentração de poderes, reforçando as crises políticas e as tendências à ditadura. Defendia o sistema parlamentar representativo; voto universal; proteção à agricultura e à indústria, com possibilidades de desenvolvimento; proteção à propriedade privada e combate ao latifúndio; parceria agrícola; cooperativismo; indissolubilidade do casamento; plano nacional de educação, abrangendo todos os níveis de ensino; educação gratuita e obrigatória para toda a população em idade escolar; ensino religioso facultativo; higiene urbana e rural e assistência social em geral; leis que assegurassem os direitos dos

trabalhadores e melhorassem as condições de vida morais e materiais e, por fim, a constitucionalização do problema da seca no Nordeste.¹⁹

O Partido Popular, enquanto bloco heterogêneo de egressos das fileiras da Revolução e remanescentes do “antigo regime oligárquico”, procurou, em seu programa, contemplar as tendências políticas existentes, a exemplo de algumas concepções fundamentais defendidas pela igreja, como a defesa da família e do casamento indissolúvel; o ensino religioso nas escolas e assistência social ampla (com a participação da igreja), sem deixar de manter a fidelidade aos postulados da abordagem liberal utilitarista (defendida por José Augusto), voltada para ação e resultados úteis, como medida de investimento sócio-econômico.²⁰

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte foram iniciados a 15 de novembro de 1933. É ilustrativo o fato de Vargas dispor de ampla maioria na Constituinte; isso não significava que ele obtivesse apoio automático. Prudentemente, compôs-se com os grandes Estados onde ganhou as eleições e procurou se aproximar das facções políticas que imprimiram derrota aos Interventores Estaduais, como foi o caso de São Paulo e Rio Grande do Norte. Nesse sentido, a nomeação do Interventor do Estado, o civil Mário Leopoldo Pereira da Câmara (seu pai, Augusto Leopoldo Raposo Câmara foi Vice-Governador de José Augusto), se incluía nesta estratégia de garantir apoios na Constituinte e da parte do grupo de José Augusto, à recuperação, no Estado, de posições perdidas.²¹

Aqui cabem algumas observações sobre o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte de 1933-34, seguindo-se, para isso, a análise desenvolvida por Spinelli Lindoso.²² Os trabalhos da Constituinte

tiveram sua autonomia limitada pela intervenção do Governo Provisório que apresentou o anteprojeto previamente elaborado. Em seguida, foi escolhida uma Comissão Constitucional para estudá-lo, bem assim as emendas nele apresentadas; ao final, seria elaborado, o substitutivo para apreciação do plenário. Tal Comissão era formada por um representante de cada Estado e dos grupos profissionais, perfazendo o total de 26 pessoas; por isso, ficou conhecida por Comissão dos 26. O representante potiguar na Comissão era o líder da bancada do Partido Popular, Deputado Alberto Roselli.

A Assembléia Constituinte, além da autonomia relativa, organizou-se em torno de formação de blocos em que se dividiu o plenário; a maioria, agrupando basicamente as bancadas dos grandes Estados, e a minoria, agrupando as bancadas situacionistas do Norte e Nordeste, sob a liderança de Juarez Távora, então Delegado do Governo Federal no "Norte" do País; ambas as partes eram orientadas por uma postura situacionista e, também, pelas vicissitudes da política regional, ocorriam, portanto, realinhamentos constantes na Assembléia, em função de cada tema discutido.²³

A par disso, a bancada do Partido Popular, sob a liderança e instruções de José Augusto, movimentou-se no sentido de seguir as orientações do então Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, reconhecidamente uma das mais importantes forças do Ministério Vargas. Foi assim que a bancada populista participou de reuniões de entendimentos com Osvaldo Aranha e Juarez Távora, e assinou a "indicação Medeiros Neto" (Deputado do Partido Social Democrático baiano, líder do governo na Assembléia), apesar das restrições feitas pelo líder Alberto Roselli e os Deputados Francisco Vêras e José Ferreira de Souza. A

"indicação", que tinha como estratégia inverter a ordem dos trabalhos constitucionais, colocando a eleição presidencial antes da votação da promulgação da Constituição, gerou violenta reação na Assembléia, não obstante o apoio inicial de algumas bancadas de grandes Estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Pelas manifestações contrárias, a "indicação" foi retirada, ocasião em que se firmou um acordo para apressar os trabalhos da Constituição. Voltado para seus interesses no Rio Grande do Norte, articulando-se em torno de uma política de conciliação com o Governo Provisório, o Partido Popular assinou, em abril de 1934, o manifesto de apoio à candidatura Vargas. A promulgação da Constituição brasileira em julho de 1934 e a eleição de Vargas, pela Assembléia Constituinte, significou o referendo do poder constituído em outubro de 1930.

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou eleições para a Câmara e o Senado, assim como para as Assembléias e os Governos Estaduais, a serem realizadas em 14 de outubro de 1934. Os deputados federais e estaduais, em pleito direto, enquanto governador e senadores seriam eleitos pelas respectivas Assembléias. (Sob a presidência de José Augusto, o Partido Popular realizou sua convenção a 23 de setembro de 1934 em Natal.) Para candidato ao Governo Estadual foi escolhido o médico e comerciante de algodão, Rafael Fernandes, ex-Deputado Federal e parente de Juarez Távora. Para o Senado foram indicados Elói de Souza, ex-Deputado Federal, ex-Senador e irmão de Henrique Castriciano, além de Joaquim Ignácio de Carvalho Filho, Vice-Governador de Juvenal Lamartine. Para a Câmara Federal, José Augusto, Alberto Roselli, José Ferreira de Souza, Bruno Pereira e Luiz Antônio. As escolhas da Convenção foram comunicadas a Vargas por sugestão do Mons. Matha.²⁴

A apuração final da eleição daria vitória ao Partido Popular sobre a Aliança Social, resultado da coligação entre o Partido Social Democrático do Interventor Mário Câmara, e o Partido Social Nacionalista, de Café Filho. Aquele elegeu três representantes para a Câmara Federal: José Augusto, Alberto Roselli e Joaquim Ferreira de Souza, enquanto a Aliança Liberal elegeu João Café Filho e Francisco Martins Vêras. Para a Assembléia Constituinte Estadual o Partido Popular conseguiria 14 cadeiras, contra 11 cadeiras da Aliança Social. Com tal maioria, o Partido Popular conseguiu eleger, através da Assembléia Estadual, o Governador Rafael Fernandes e os Senadores Eloy de Souza e Joaquim Ignácio de Carvalho Filho.²⁵

Na Câmara Federal, a bancada do Partido Popular, por orientação de José Augusto, passou a adotar uma postura oposicionista e compôs com o bloco da Minoria no Congresso, formado por uma comissão central (José Augusto, Borges de Medeiros, Otávio Mangabeira, Artur Bernardes, João Sampaio Correia, Roberto Moreira e Regos Barros), liderada por João Neves da Fontoura, destinada a articular uma oposição no país.²⁶ Os cinco primeiros nomes dessa comissão integraram as fileiras da União Democrática Nacional (UDN), oficialmente fundada a 7 de abril de 1945.

No primeiro semestre de 1935, o Congresso Nacional e a opinião pública foram surpreendidos com o projeto de segurança nacional elaborado, como mostra Spinelli Lindoso, por setores reacionários do governo, a exemplo do Ministro da Justiça Vicente Ráo, os chefes militares Góes Monteiro e Protógenes Guimarães, além de Armando Salles de Oliveira e Flores da Cunha. Segundo aquele projeto, seriam canceladas as

garantias de liberdade vigentes no texto da Constituição. Nesse momento, apesar dos apelos desses setores, que se esforçavam em nome dos "interesses nacionais", pela sua aprovação, a bancada do Partido Popular votou contrária à matéria. No entanto, quando o Governo Federal determinou, através de Decreto, o fechamento das sedes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), com base na então aprovada Lei de Segurança Nacional, a atitude da Minoria parlamentar no Congresso, naquele momento, foi qualificada de tímida, por enviar ao governo um requerimento solicitando algumas informações. Essa atitude da Minoria levou setores da direita a acusá-la de "extremista" ao que ela se apressou em responder, em manifesto à nação, justificando-se.²⁷

Era estratégia de Vargas que os canais para o diálogo com o Partido Popular permanecessem sempre abertos, mesmo nos momentos críticos. O golpe de Getúlio Vargas, que implantou o Estado Novo a 10 de novembro de 1937, deixou no ostracismo grande parte da elite política que conduzira o Partido Popular. Por essa época, conforme relata Dinarte Mariz, Getúlio Vargas, sabendo da identidade de José Augusto com as questões educacionais, quis fazê-lo seu Ministro da Educação. O portador do convite foi o então Ministro do Exterior João Neves da Fontoura, ex-líder do bloco da Minoria no Congresso, do qual José Augusto era integrante. A sua resposta para o Ministro João Neves foi de que preferia "*continuar com as minhas convicções*".²⁸

Com o Estado Novo, no ostracismo político, José Augusto trabalhou como professor, jornalista e inspetor de seguros da empresa Equitativa no Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, oportunidade em que viajou por vários Estados do Nordeste. Em suas passagens por Natal,

organizou, juntamente com Aluizio Alves, Vingt'un Rosado e Antonio Soares Filho, a Biblioteca de História Norte-Riograndense, com a publicação de uma coleção de livros sobre história, aspectos geográficos, economia, traços biográficos, costumes e tradições no Rio Grande do Norte.²⁹

Após as eleições constituintes de 28 de fevereiro 1945, verificase uma relativa liberalização do regime. Logo depois da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 5 de fevereiro de 1946, José Augusto participou, no Rio de Janeiro, da criação da União Democrática Nacional (UDN), em 7 de abril de 1945. A UDN surgiria da reunião de partidos estaduais e uma ampla frente de oposição (oligarquias derrotadas em 30; antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37; participantes do Estado Novo e que se afastaram antes de 1945; grupos liberais com identificação regional e de esquerda), com o objetivo de luta contra a ditadura Vargas e a *"reconquista das liberdades democráticas"*. Além do objetivo declarado da reunião de 7 de abril, de organização do partido, a outra intenção, como mostra Benevides, era a preparação da Convenção que lançaria a candidatura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes às eleições presidenciais.³⁰

(José Augusto e os integrantes do Partido Popular situavam-se mais ou menos dentro da categorização de Benevides como membros das oligarquias derrotadas em outubro de 30.) A vitória do candidato de Getúlio, pela coligação do Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), General Eurico Gaspar Dutra, nas eleições de 2 dezembro de 1945, indicou, na prática partidária, uma política de conciliação no Governo Dutra (30/01/46 a 30/01/51) e o gradativo abandono de propostas de alcance popular constitutivas do programa partidário da UDN. Revendo a

historiografia estabelecida sobre o Governo do General Dutra, Benevides mostra que, ao contrário do que aparece como '*governo da união nacional e de pacificação*', não obstante foi um governo de coalizão partidária (PSD-UDN-Partido Republicano) e de intensa repressão aos movimentos operários e à atuação dos comunistas. Assim, a chamada Constituição liberal democrática de 1946 foi obra, em grande parte, dos representantes do PSD (majoritário na Assembléia), partido esse formado por políticos egressos do Estado Novo.³¹

(Eleito pela UDN, nas eleições de 2 de dezembro de 1945 para a Assembléia Constituinte (instalada em 5 de fevereiro de 1946 e encerrada em 20 de novembro de 1946) e nos mandatos seguintes (1946-1951/1951-1955),³² José Augusto se empenhou prioritariamente na campanha em favor do Parlamentarismo). Fez, debatendo na Assembléia Nacional Constituinte, as bases de organização para a implantação do regime parlamentar. (Não conseguida a aprovação na votação da Constituição, esboçou, em 1948, um Manifesto Parlamentarista³³ dirigido à Nação,) que vai assinado por ele e, em segundo lugar, por Raul Pilla, seguindo-se por Ary Franco, Modesto Perestrello de Carvalhosa, João Sampaio, Vlademir Toledo Piza, Antônio Nader, Aluizio Alves, Juvenal Lamartine e outros. (Em 1949, seguindo seu objetivo de implantação do regime parlamentarista, apresentou a Emenda nº 4, substituída em 1954 pela Emenda de nº 15-A,³⁴ contendo em torno de 35 artigos e mais as Disposições Transitórias.) Nelas estão apostas as assinaturas de José Augusto, Raul Pilla, Tarso Dutra, Aliomar Baleero, Ranieri Mazzilli, Nelson Carneiro, Herbert Levy, Magalhães Pinto, Menotti del Picchia e outros. (Não conseguindo aprovação de tais Emendas, procurou ampliar o debate para a sociedade, escrevendo em jornais nacionais, em

revistas e livros sobre o tema.³⁵) Havia, em suas representações, como considera Nilo Pereira, a melhor maneira de exercitar seu liberalismo militante.³⁶

Como militante do movimento parlamentarista procurou articular o discurso político de modo a apresentar o presidencialismo versus parlamentarismo. O presidencialismo era apresentado como engendrador de "revoluções", "ditaduras" e "governos arbitrários, irresponsáveis e despóticos", configurando-se como a própria "negação da democracia", e, por isso, urgia combatê-lo e aboli-lo. Enquanto o regime parlamentarista era a única forma de "realização do ideal democrático". Segundo seus pressupostos, para que a democracia subsista é indispensável que o "*Parlamento se revele um instrumento apto à solução dos problemas sociais e econômicos surgidos pela complexidade crescente do momento histórico contemporâneo*".³⁷ Para José Augusto, a adoção de um "*regime de plena responsabilidade*"³⁸ seria o caminho para o Brasil participar dos avanços das nações civilizadas livres e possuir instituições que assegurassem a liberdade e a democracia para o povo.

Condensando os males da América Latina no regime presidencial, o discurso de José Augusto opera no sentido de negação ao presidencialismo e, ao mesmo tempo, se constitui em apelo à adoção do parlamentarismo. Sobre o futuro do Brasil, dizia: "*tudo quanto há de novo e renovador, é no sentido liberal, antipresidencialista*".³⁹ Para ele, enquanto vigorou o parlamentarismo (1848 a 1889), viveu a nação anos de "*paz e tranquilidade, sem uma revolução, sem um golpe*". Fêz-se a República presidencial, o resultado foi "*revoltas, quarteladas e revoluções*", o mesmo

ocorrendo em toda América Latina presidencialista, redundando na desordem econômica e na degradação financeira.⁴⁰

A dicotomia presidencialismo / parlamentarismo servia para demarcar o campo de constituição de cada regime. Nesse sentido, o parlamentarismo era apresentado como o "*mais perfeito dos sistemas de governo*", e, ao contrário do presidencialismo, foi idealizado por "*homens de governo e pensadores políticos*" e, não obstante de algumas insuficiências e falhas era compreendido como o "*melhor guardião das liberdades das aspirações de justiça social*".⁴¹ O entusiasmo de José Augusto por um regime parlamentar sintetizava esperanças de colocar as instituições políticas a serviço da democracia, do respeito às vontades coletivas, do homem atual, educando-o, e do futuro; arquitetava, assim, uma utopia, pois se estivéssemos no regime parlamentarista não teríamos o regime de exceção de novembro de 1937.

Sem querer estabelecer estrita equivalência entre a campanha do parlamentarismo liderada por José Augusto, Raul Pilla e outros da UDN, é importante registrar a sedução das proclamações democráticas que na sua dispersão davam-se a ver como representações pontuais que se esgotavam no próprio temário do discurso ideológico. Assim, a implantação de um novo regime - parlamentarista - entendido como sendo "*mais perfeito dos sistemas de governo*" para o país, ver-se-ia, naquele momento, diante de um dilema prático: o de conciliar as representações tautológicas presentes no Manifesto e nos intertextos discursivos com as práticas conspiratórias dos anos de 1950 e início de 1960, monopolizadas pela UDN, como mostra o estudo de Maria Victoria Benevides. Haveria assim, nesses anos, como mostra Benevides, "*artes conspiratórias*" monopolizadas pelos integrantes da UDN,

de maneira velada; por meio de contatos com militares e com a imprensa, e pública; com recurso de defesa do "estado de exceção".⁴² Com sua extinção, ocorrida com a de outros partidos, por força do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, a própria UDN renasceria na Aliança Renovadora Nacional - ARENA, sob a hegemonia do poder militar, no pressuposto de que o "regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia liberal".⁴³ Esse pressuposto foi certamente a justificativa para que muitos de seus quadros se constituíssem como elites orgânicas do Regime Militar(1964-1985).⁴⁴

Assim, da infância à idade adulta, a trajetória de José Augusto foi marcada por uma formação liberal. A apropriação subjetiva dessa formação dominou o universo de suas representações, corporificando uma ordenação diferenciada do mundo social e da existência em geral.

Em sua trajetória como político e educador militante liberal, definiu-se intelectualmente por um certo pensamento econômico liberal utilitarista, concebido na Inglaterra no final do século XIX, momento de alterações político-econômicas do capital e que tiveram em Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Alfred Marshall os seus principais expoentes. Para essa tendência liberal, o "princípio da utilidade" deve ser a norma adotada na defesa da economia de mercado e dos limites impostos à intervenção do Estado na sociedade. Do ponto de vista analítico, a tendência liberal-utilitária tem como suporte a teoria malthusiana da população e a chamada teoria do capital humano.⁴⁵

Como militante do movimento de renovação educacional desde sua constituição, José Augusto filiava-se ao liberalismo deweyano

representante dessa tendência utilitária.⁴⁶ A filiação ao pensamento educacional de John Dewey indica a necessidade de encontrar respostas pragmáticas para as questões educacionais sobre as quais estava debatendo e lidando, com a intenção de extrair do pensamento a prática educativa nos moldes da chamada Escola Nova, que tinha, na ciência, industrialismo e democracia, suas idéias-forças, especialmente, por dar as bases morais, psicológicas e sociais da formação de indivíduos, compatíveis com as exigências de uma sociedade industrial moderna e por moldar projetos políticos dominantes, culturalmente.

NOTAS DO QUINTO CAPÍTULO

- 1 A 12 de fevereiro de 1933 era fundado no Estado o Partido Popular do Rio Grande do Norte, resultado de uma fusão do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, dirigido por José Augusto, e da União Democrática Norte-Rio-Grandense, dirigido pelo Monsenhor João da Matha Paiva, criado em julho de 1932, inspirado na experiência das Frentes Únicas do Sul. Segundo Spinelli Lindoso, o Partido Popular era qualificado como um bloco heterogêneo de egressos das fileiras da Revolução e os derrotados pela Revolução. Cf. José Antonio S. Lindoso. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. Campinas, 1989. 361p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas - São Paulo. p.186 a 206.
- 2 Marta M. C. de Carvalho. *Molde Nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1951)*. São Paulo, 1986. 339p. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade de São Paulo. p. 34.
- 3 Idem, *Ibidem*, p. 36 a 37.
- 4 Idem, *Ibidem*, p.38 a 41.
- 5 Para Marta Carvalho (1986) "o que estava em jogo na resistência do Conselho Diretor à Campanha de Licínio era, então, não mais o controle do Departamento Carioca da ABE, como foi o caso nos anos 1927-1928, mas o controle nacional do movimento." *Op. Cit.*, p.36.
- 6 Idem, *Ibidem*, p.41.
- 7 As sociedades educacionais federadas eram as de Sergipe, Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Estudos Pedagógicos do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Liga de Ensino de Natal, Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rádio Sociedade do Distrito Federal. In: *FEDERAÇÃO Nacional das Sociedades de Educação*. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto. 1932.
- 8 José Augusto. Vicente Licínio Cardoso. *Educação*. n. 19-20, p. 21-24, jan./dez. 1994.
- 9 *REVISTA Brasileira de Educação*. n.1, v.1, p.5, 1929. (Publicação mensal dedicada à Instrução no Brasil) Obs. Somente encontramos nos arquivos da Biblioteca Nacional os números 1 e 2 da respectiva Revista.
- 10 Idem, *Ibidem*, p. 40 a 47.
- 11 Idem, *Ibidem*, p. 46 a 47.
- 12 Marta M. C. de Carvalho (1986) *Op. Cit.*, p. 44 e 45. Cf. Também: Clarice Nunes. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. v. 2. Rio de Janeiro, 1991, Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.p. 390 e p. 394.
- 13 Marta M. C. de Carvalho (1986) *Op. Cit.*, p. 44 e p. 45.
- 14 José Augusto. *Iniciativa privada e educação*. *Educação*, Rio de Janeiro, n. 57 e 58, p. 39-45, 1957 e 1958.
- 15 José A. S. Lindoso. *Op. Cit.*, p. 94 a 110.

- 16 Idem, *Ibidem*, p. 185 a 186.
- 17 Idem, *Ibidem*, p. 194.
- 18 Idem, *Ibidem*, p. 202.
- 19 José Augusto. A democracia e os partidos políticos. In: Edgar Barbosa. *História de uma campanha: notas, photographias e documentos do último pleito político norte-riograndense (1934-1935)*. Natal: Imprensa Oficial, 1936. p. I-VI.
- 20 Para José Augusto, "a complexidade crescente dos interesses sociais tem feito surgir, continuamente, necessidades novas a que é preciso atender. Isso mostra que a mais assinalada feição dos tempos que correm é a feição econômica. O mais inflexível utilitarismo é a marca precisa da época em que vivemos. José Augusto. *Pela Educação Nacional*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1918. p. 53.
- 21 José Augusto elogiou as intenções do Governo Provisório por este nomear interventores civis e filhos da terra para São Paulo e Rio Grande do Norte. Recomendou aos correligionários ajudar o governo em sua 'nova e salutar orientação.' José Augusto. Carta a Monsenhor Matha. Arquivo Mons. João da Matha. IMP. 33.08.23. (PUC-SP/NPDH). In: José A. S. Lindoso. *Op. Cit.*, p. 234.
- 22 José A. S. Lindoso. *Op. Cit.*, especialmente cap. 3, p. 280.
- 23 À medida que a subcomissão elaborava o ante-projeto constitucional, José Augusto procurou fazer uma análise dos principais temas examinados pela Assembléia Constituinte, como economia, parlamentarismo, educação, a seca do Nordeste e outros, tendo como referência o Programa do Partido Popular. Cf. José Augusto. *O ante-projeto de Constituição em face da democracia: texto e comentário*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1993.
- 24 Entre os nomes dos 24 candidatos a Deputados Estaduais constava a senhorinha Maria do Céu Pereira, considerada a primeira mulher Deputada na América Latina. Sobre os outros nomes dos Deputados Estaduais cf. José Spinelli Lindoso. *Op. Cit.*, p.338.
- 25 Sobre as eleições suplementares de outubro de 1943 no Rio Grande do Norte. Cf. Edgar Barbosa. *Op. Cit.*, e José. A. S. Lindoso. *Op. Cit.*, especialmente cap. 3, p. 280 a 301.
- 26 Cf. José A. S. Lindoso. *Op. Cit.*, p. 312.
- 27 Idem *Ibidem*, p. 320.
- 28 Dinarte Mariz. *José Augusto: o líder*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984. p.39.
- 29 São os seguintes livros publicados pela Biblioteca de História Norte-Riograndense. José Augusto. *Famílias seridoenses; Seridó; O sal na economia norte-riograndense; Aluizio Alves. Angicos; Ving'tun Rosado. Mossoró; Aducto de Câmara. Miguelinho e Nysia Floresta; Manoel Dantas. Homens de Out'ora*.
- 30 Sobre a criação da União Democrática Nacional (UDN) e a classificação dos grupos que integravam essa grêmiação cf. Maria Victoria de M. Benevides. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- 31 Idem, *Ibidem*, p. 62 a 68.
- 32 José Augusto deixou de ser reeleito para o mandato (1955-1959), conforme denúncia de desvios de seus votos para o candidato Djalma Marinho, especialmente os do município de São José de

Mipibú. Por conta desse episódio, dizia ele em discurso na ABE: "sinto-me em desarmonia com o espírito da época, mas não tenho nenhum desencanto, embora reconheça que a democracia brasileira deixou de ser política para ser econômica." Discurso de Dr. José Augusto (1955) Educação. Op. Cit., p. 20. Ainda no ano de 1959, José Augusto foi eleito por um período de dois anos para Presidir a Associação Comercial do Rio De Janeiro, a Federação das Associações Comerciais do Brasil e a Federação das Câmaras de Comércio Exterior. Cf. Revista da Associação Comercial. Rio de Janeiro, v.22, n. 894, jun. 1959.

- 33 **MANIFESTO Parlamentarista.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1948.
- 34 **Sobre a Emenda de nº 15-A, de 1954.** José Augusto. **Presidencialismo versus Parlamentarismo.** Rio de Janeiro: Bolsoi, 1962. p. 137 a 159.
- 35 **Sobre o tema parlamentarismo** José Augusto publicou os seguintes livros. **Por que sou parlamentarista.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, 1936; **Presidencialismo versus parlamentarismo.** Op. Cit., Além dos seguintes artigos: **Os males do presidencialismo.** Carta Mensal (órgão do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio e da Administração Nacional do Serviço Nacional do Comércio). p. 3-39; [195_]. **Objecções ao sistema parlamentar no Brasil.** Carta Mensal. p. 9-25, [195_]. **Reforma Constitucional.** Carta Mensal, v. 1, n.3, p.105-120, jun. 1955.
- 36 **Nilo Pereira. José Augusto B. de Medeiros: um democrata.** Natal: Fundação José Augusto, 1982. v. 1. p. 178.
- 37 **José Augusto. Por que sou parlamentarista.** Op Cit., p. 42.
- 38 **Idem ibidem,** p. 46.
- 39 _____ . **Os males do presidencialismo.** Op. Cit., p. 3-40.
- 40 _____ . **Presidencialismo versus parlamentarismo.** Op. Cit., p. 7 a 33.
- 41 _____ . **Idem, Ibidem,** p. 70 a 76.
- 42 **Maria Victoria de M. Benevides.** Op. Cit., p. 84.
- 43 **Idem, Ibidem,** p. 135.
- 44 **Cf. Renê Armand Dreifuss. 1964: a conquista do Estado.** Ação política, poder, e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- 45 **Eduardo Gianetti da Fonseca. Liberalismo X pobreza.** A liberdade vencendo a miséria. São Paulo: Inconfidentes, 1989. p. 27 a 28.
- 46 **Clarice Nunes (1991)** Op. Cit., v.2. p. 544.

BIBLIOGRAFIA

1. OBRAS DE JOSÉ AUGUSTO:

MEDEIROS, José Augusto B. de. **Cartas do Recife. A República**, Natal, 16.07.1903 31.07.1903. 03.12.1903.11.12.1903.

_____. **A liga de ensino. A República**, Natal, 07.07.1911.

_____. **Pela educação Nacional**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1918.

_____. **Eduquemo-nos**. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1922.

_____. **A educação**. In: **A Educação**. Rio de Janeiro, v.1, n.1 a 5, 1922.

_____. **Aos homens de bem - política do Rio Grande do Norte**. Natal: Typ. d'A República, 1927.

_____. **A representação profissional nas democracias**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

_____. **O ante-projeto de Constituição em face da democracia (texto e commentarios)**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

_____. **A democracia e os partidos políticos**. In: Edgar Barbosa. **História de uma campanha: notas, photographias e documentos do último pleito político norte-riograndense (1934-1935)**. Natal: Imprensa Oficial, 1936.

_____. **Porque sou parlamentarista**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1936.

_____. **Vicente Licínio Cardoso. Educação**. Rio de Janeiro: n. 19 e 20, p. 21-24, Jan./dez. 1944.

_____. **Discursos. Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, maio, 1951.

_____. **A missão na ABE. Educação**. Rio de Janeiro, n. 38, out. 1952.

_____. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

_____. **A Federação Mundial**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

DISCURSO do José Augusto Bezerra de Medeiros. Educação. Rio de Janeiro, n. 49, p. 23-25, set. 1955.

_____. **Reforma Constitucional. Carta Mensal**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 105-120, Jun. 1955.

_____. **Iniciativa privada e educação. Educação**. Rio de Janeiro, n. 57 e 58, p. 39-45, 1957 e 1958.

- _____. **Cultura geral e cultura técnica. Carta Mensal. Rio de Janeiro, v. 4, n. 43, p. 1-12, out. 1958.**
- _____. **Tavares de Lira e a reforma do ensino público. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal, v.52, p. 31-47, 1959.**
- _____. **Nota de Apresentação. In: Raimundo Nonato. Bacharéis de Olinda e Recife. norte-riograndenses formados de 1832 a 1932. Rio de Janeiro: Pongetti, 1960.**
- _____. **Manifesto da maioria do corpo discente da Faculdade de Direito do Recife. In: Raimundo Nonato. Bacharéis de Olinda e Recife: norte-riograndenses formados de 1832 a 1832. Rio de Janeiro: Pongetti, 1960.**
- _____. **Clóvis Beviláqua na Faculdade de Direito do Recife. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v.247, p. 103-122, abr./jun. 1960.**
- _____. **Presidencialismo versus parlamentarismo. Rio de Janeiro: Bolsoi, 1962.**
- _____. **O Rio Grande do Norte no Senado da República. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1980.**

2) LIVROS E OPÚSCULOS:

- ALBUQUERQUE, José Geraldo de. Henrique Castriciano de Souza: um reformador social. Recife, 1981.**
- ALVES, Aluizio. Angicos: notas de história, aspectos geográficos, economia, costumes e tradições. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1940.**
- ANTUNHA, Heládio C. G. A instrução na Primeira República: A união e o ensino primário na Primeira República. São Paulo, FEUSP, 1975. v.1. (mimeog).**
- ARAÚJO, Maria Marta de. Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte - da Colônia à Primeira República. Natal: Pró-Reitoria de Assuntos de Extensão Universitária, 1988. 216p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.**
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. Uma introdução do estudo do modernismo no Rio Grande do Norte. Campinas, 1991. 191p. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Universidade de Campinas.**
- ARINOS, Afonso et al. Deputado José Augusto: comemoração do 40º aniversário do seu primeiro mandato popular. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1955.**

- AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.**
- _____. **A transmissão da cultura. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília:INL, 1976.**
- BARBOSA, Edgar. Imagens do tempo. Natal: Imprensa Universitária, 1966.**
- BEISIEGEL, Celso Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.**
- BENEVIDES, Maria Victoria de M. A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.**
- BERMAN, Marshall. tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.**
- BONFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.**
- BURGER, Peter. et al. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.**
- CÂMARA, Amphiloquio. Scenários norte-riograndenses. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1923.**
- CÂMARA, Clementino. Décadas. Recife: Emp. Jornal do Comércio, 1936.**
- CARDOSO, Ruth C. L. (org.) A Aventura antropológica. Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.**
- CARVALHO, Marta M. C. de. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo, 1986. 339p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo.**
- CARVALHO, Rômulo de. História do ensino de Portugal, desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Caloriste Gulhenkian, 1986.**
- CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia de Pedro Velho: Natal: Departamento de Imprensa, 1954.**
- _____. **História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1965.**
- _____. **Nosso amigo Castriciano: (1874-1947) - reminiscências e notas. Recife: Imprensa Universitária, 1965.**
- _____. **História da República no Rio Grande do Norte: da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições Do Val, 1965.**

- _____. **Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte: conclusões, pesquisas e documentários.** Natal: Fundação José Augusto, 1972.
- _____. **História da cidade do Natal.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.
- CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1922, Rio de Jan. Anais. Rio de Janeiro: Editora O Norte, 1922.
- CUNHA, Luis Antonio. **A Universidade Temporã: da Colônia a era Vargas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. **Homens de Outr'ora.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **A ciência da produção: fábrica despolitizada. À luta dos trabalhadores,** São Paulo: Marco Zero, 1984.
- DEWEY, Jonh. **Liberalismo, liberdade e cultura.** São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP, 1970.
- DREIFUSS, Renê Armand. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Dioclécio Dantas. José Augusto B. de Medeiros: o último abencerragem da democracia liberal. In: Nilo Pereira. **José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983. v.2.
- DUARTE, Moacir. **José Augusto & Câmara Cascudo: dois nomes, duas legendas.** Brasília: Senado Federal, 1984.
- DUARTE, José Haroldo Teixeira. **História da Associação de Professores do Rio Grande do Norte.** Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, 1985.
- FEDERAÇÃO Nacional das Sociedades de Educação. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1932.
- FERNANDES, José P. , BEZERRA, Luis G. M. **Relembrando o passado - Acari-Rn.** Niterói: Zoomgraf - K, 1980.
- FONSECA, Eduardo Gianetti da. **Liberalismo x pobreza: a liberdade vencendo a miséria.** São Paulo: Inconfidentes, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

- _____. **A microfísica do poder**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREIRE, Gilberto. Prefácio. In: Nilo Pereira. **A Faculdade de Direito do Recife (1927-1977)**. Recife: Editora Universitária, 1977.
- FURTADO, João Maria. **Vertantes (memórias)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1976.
- GAY, Peter. **O estilo na história - Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GANDINI, Raquel Pereira C. Anísio Teixeira: limites da pedagogia liberal. In: **INTELIGÊNCIA brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOFF, Jaques Le. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- GONDIM, Isabel. **Sedição de 1917 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Typ. Gaseta do Commercio, 1908.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org) **O Brasil Monárquico: o processo de emancipação**. 6.ed. São Paulo: Difel, 1985. t.2, v.1, cap.4, p. 207-237: A agitação republicana no Nordeste: importância de Pernambuco na Região Nordeste (História Geral da Civilização Brasileira).
- LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.
- _____. **Sertões do Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1980.
- LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: Boris Fausto (Org.) **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, t.3, v.2. (História Geral da Civilização Brasileira).
- LEÃO, Antonio Carneiro. Os deveres das novas gerações brasileiras. In: **À margem da história da República**. Vicente Licínio Cardoso (Org). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. t.1, p. 19-30.
- LIMA, Nestor dos Santos. **Melhoramentos técnicos do ensino primário e normal**. Natal: Typ. do Instituto, 1913.

_____ **Da organização do ensino normal, profissional e primário no Sul do Brasil e no Rio do Prata.** Natal: Typ. d' A República, 1923.

_____ **Um século de ensino primário.** Natal: Typ. d'A República, 1925.

LINDOSO, José A. S. **A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935.** Campinas, 1989. 361p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas - São Paulo.

LIRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1921.

MANIFESTO Parlamentarista. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1948.

MARIZ, Dinarte. **José Augusto: o líder.** Brasília: Senado Federal, 1984.

MANACORDA, Mário A. **O princípio educativo em Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____ **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** In: **OBRAS Escolhidas.** v.1. São Paulo: Alfa-Omega, 1950.

MARX, Karl. , ENGELS, F. **A ideologia alemã (I Feuerbach).** 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

_____ **Índios do Açu e do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

_____ **Caicó cem anos atrás.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____ **Árvore genealógica de costado.** (mimeog).

MELQUIADES, José. **Padre Francisco de Brito Guerra: 2.ed.** Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MENSAGENS dos Presidentes do Rio Grande do Norte na Primeira República. Brasília: Senado Federal; Natal: Fundação José Augusto, 1984. v.8: José Augusto B. de Medeiros.

MIRANDA, João Maurício F. de. **380 anos de história foto-gráfica da cidade de Natal (1599-1979).** Natal : Editora Universitária, 1981.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade: a Escola Nova.** São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1990.

MONTEIRO, Eymard L' E. **Caicó: subsídios para a história completa do município.** Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1973.

- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1973.
- MOTA, Mauro. Um tempo do Recife.** Recife: Ed. Universitária, 1978. p.159-178: O Recife no tempo de Tobias e Castro Alves.
- NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: poesia da ação.** Rio de Janeiro, 1991. 221p. 2.v. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
-
- A escola reinventa a cidade. In: **HERSCHMANN, Micael M. et al. (Org.) A invenção do Brasil moderno - medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- NUNES, Lêda M. Uma escola pioneira na formação do professor primário no Rio Grande do Norte.** Natal, 1990. 315p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: sudene, -nordeste, planejamento e conflitos de classes.** 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- OTHON FILHO, Antônio. Meio século da roça à cidade.** Recife: Editora de Pernambuco, 1970.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos.** 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- PEREIRA, Francisco das Chagas. Leitura de Jorge Fernandes: contribuição ao estudo do modernismo na província.** Natal: Nordeste Gráfica/Fundação José Augusto, 1985.
- PEREIRA, Nilo. José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata.** Natal: Fundação José Augusto. 1982.
- POMBO, Rocha. História do Estado do Rio Grande do Norte.** Porto: Renascença Portuguesa; Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921. (Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil - 1822-1922).
- QUINTINO FILHO, Antônio. História de Currais Novos.** Natal: Fundação José Augusto, 1978.
- RAGO, Margareth. Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil: 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMA, Angel. A cidade das letras.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Grimaldi. et al. José Augusto: presença no Rio Grande do Norte.** Brasília: Senado Federal, 1984.
- RIO GRANDE DO NORTE. A reforma do ensino: texto e comentário da Lei nº 405 de 29.11.1916.** Natal: Typ. d' A República, 1917.

- RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Geral do Departamento de Educação e Regimento Interno do Conselho de Educação. Natal: Typ. d'A República, 1925.**
- RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Interno das escolas isoladas. Natal: Typ. d'A República, 1925.**
- RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Interno das escolas rudimentares. Natal: Typ. d'A República, 1925.**
- RODRIGUES, João Batista Cascudo. A mulher brasileira: direitos políticos e civis. Fortaleza, 1962. (coleção mossoroense).**
- ROSA, Jayme da Nóbrega Santa. Acari. - fundação, história e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.**
- SÁ, Francisco de S. de Meira e. Breve notícia da inauguração da Eschola Doméstica de Natal, Estado do Rio Grande do Norte em 1º de setembro de 1914. Natal: Typ. d'A República, 1914.**
- SAVIANI, Dermalval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.**
- SCHEFFLER, Israel. A linguagem da educação. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1947.**
- SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.**
- SIMONSEN, Roberto C. O trabalho moderno. São Paulo: Secção de Obras do "Estado", 1919.**
- SOUZA, Itamar de. Universidade para quê? para quem? Natal: Clima, 1984.**
- _____ A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930). Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1989.**
- TAKEYA, Denise M. Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.**
- VIANNA, Eliseu. A escola activa: pela sua propaganda. Natal: Imprensa Oficial, 1930.**
- WANDERLEY, Rômulo C. História do batalhão de segurança - a polícia militar do Rio Grande do Norte de 1834 a 1968. Natal: Edições Walter Pereira, 1969.**

3. ARTIGOS DE REVISTAS, JORNAIS E CARTAS.

- A LIGA Contra o Analfabetismo. *A República*, Natal, 07.08.1916. e 31.01.1917.
- ABE: vinte e cinco anos de atividade. *Educação*. Rio de Janeiro, n.26, out. 1949.
- CÂMARA, Amphilóquio. A instrução no Rio Grande do Norte. *A Educação*. v. 3, n. 24, p. 592-599, jul. 1924.
- CARVALHO, Marta M. C. de Carvalho. Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.66, p. 4-11, ago. 1988.
- _____. NUNES, Clarice. A nova história cultural e a história da educação. *Cadernos ANPED*, Porto Alegre, n.5, p. 38-60, 1993.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v.11, n.5, p.173-191, 1991.
- DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. A liga de ensino. *A República*, Natal, 18.07.1911.
- _____. A comemoração de O Povo: reminiscências de quase trinta anos. *A República*, Natal, 09.03.1918.
- _____. Natal daqui a cinquenta anos. *ESAM*, Mossoró, n. 608, p. 7-28, 1989. (coleção mossoroense).
- DECCA, Edgar Salvadori. A ciência da produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.6, p. 47-79, 1983.
- DISCURSO de Henrique Castriciano na entrega de diplomas à turma de 1938 da Escola Doméstica de Natal. *A República*, Natal, 18.11.1938.
- LIRA, Heitor da Silva. Carta. 10 de maio de 1995, Rio de Janeiro, para José Augusto (Natal-RN).
- NUNES, Clarice. A gestão política dos profissionais da educação: uma revisão histórica. *Educação e Sociedade*. São Paulo, n. 21, p. 92-121, mai./ago. 1985.
- _____. História da educação: espaço do desejo. *Em Aberto*, Brasília, v.9, n.47, p. 37-45, jul/set. 1990.
- _____. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.6, p. 151-182, 1992.
- PROGRAMA da Liga Contra o Analfabetismo. *A República*, Natal, 07.08.1916.
- REVISTA BRASILEIRA de Educação. n. 1, v.1, p.5, 1929. (publicação mensal dedicada à Instrução no Brasil).

SOARES, Gil. A oligarquia Maranhão. **ESAM**, Mossoró, n.602, p. 3-56, 1992. (coleção mossoroense).

_____. 1919 a 1930: delenda oposição. **ESAM**, Mossoró, n. 778, p. 3-68, 1992.(coleção mossoroense).

SOUZA, Itamar de. O rompimento de Ferreira Chaves com os Maranhões. **Vivência**, Natal/UFRN, v. 2, n.1, p. 48-66, 1984.

UNIVERSIDADE Popular: palavra do EXMO Dr. José Augusto. **Pedagogium**. v.5, n.19, p.42-43, mai./jun.1925.

VIEIRA, Evaldo. Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v.4, n.12, p. 110-112, set. 1982.

WARDE, Miriam Jorge. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. **Em Aberto**, Brasília, v.3, n.23, p. 1-6, set/out. 1984.

4. ENTREVISTAS.

DANTAS, Edgar Ramalho, DANTAS, Osório Bezerra. Criação do Jornal "Diário de Natal" e o "Estado". por Diógenes da Nóbrega, Janúncio da Nóbrega e Manoel Dantas. Natal, 29.03.1994.

DINIZ, Yara. MEDEIROS, Valdira. BEZERRA, Inácio. Sobre as atividades realizadas pelos alunos do Grupo "Senador Guerra" em Caicó, no período de 1924-1927. Caicó, 11.10. 1993. (alunos do referido grupo escolar).

MONTEIRO, Belkiss. Sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Grupo Escolar "Senador Guerra" em Caicó, no período de 1924-1927. (professora do referido grupo escolar). Caicó, 11.10.93.

TORRES, José Augusto. Sobre as atividades culturais do Grupo escolar "Senador Guerra" em Caicó, no período de 1924-1927. (aluno do referido grupo escolar e foi diretor do Jornal "O Ideal da Juventude"). Niterói, 05.01.93.

COMISSÃO JULGADORA
